



**OTOC**  
ORDEM DOS TÉCNICOS  
OFICIAIS DE CONTAS

# Relatório e Contas 2012

# Índice

04	I - Apresentação	63	V - Comissões	83	X - Relações internacionais
06	II - Estratégia global de ação	63	V.I - Comissão da História da Contabilidade	84	XI - Outras ações
07	III - Breve caracterização da Ordem	63	V.II - Júri de Exame	86	XII - Considerações finais
25	IV - Organização funcional	64	V.III - Comissão de Controle da Qualidade	87	XIII - Análise da situação económica e financeira
25	IV.I - Departamento de Apoio aos Órgãos	67	V.IV - Comissão de Acompanhamento de Estágios	87	XIII.I - Análise económica
27	IV.II - Departamento de Consultoria	67	V.V - Comissão de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada	98	XIII.II - Análise financeira
28	IV.III - Departamento de Comunicação e Imagem	67	V.VI - Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio	104	XIV - Balanço, demonstrações e anexos
38	IV.IV - Departamento de Funcionamento	68	VI - Apoio técnico aos membros	108	XV - Anexo
41	IV.V - Departamento Jurídico	70	VII - Apoio social aos membros	126	Parecer do Conselho Superior sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012
45	IV.VI - Departamento de Sistemas de Informação	72	VIII - Comunicação	129	Relatório anual da atividade fiscalizadora de 2012
60	IV.VII - Serviço de Contabilidade	75	IX - Formação profissional	134	Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012
61	IV.VIII - Serviço de Recepção e Expedição de Correio	76		136	Relatório de auditoria
62	IV.IX - Serviço de Tesouraria				



---

## Apresentação

# I

**R**elatar 366 dias da vida de uma instituição como a nossa Ordem, onde os desafios permanentemente se colocam, não é fácil.

Transcrever para o papel emoções, expectativas, dúvidas, meios e a necessidade de se atingir os objetivos programados, é algo que ao fazê-lo nos deixa um entrecruzar de sentimentos, uma sensação de incompetência quanto à capacidade de transcrevermos para o papel tudo aquilo que nos perpassou pela alma.

É esse pulsar das instituições, esse permanente renascer, recriar, conceber e executar, num alinhamento com o que foi prometido, mas em permanente atenção com a necessidade da sua readaptação à evolução das circunstâncias, que cria em quem relata um sentimento de insegurança quanto à forma, mas ao mesmo tempo de certeza quanto ao cumprimento do dever.

Insegurança natural para quem tem preocupações de transcrever com a maior fidelidade possível a atividade de uma instituição que prima pelo rigor e pela necessidade de modificar concepções minimalistas do exercício de uma profissão de inegável importância para a sobrevivência e desenvolvimento da economia nacional. Daí, não raras vezes, evitamos a evocação direta da profissão, mas antes nos servimos de meios indiretos ou alegóricos que diretamente com ela se conexas, para atingirmos os fins pretendidos.

Diga-se em abono da verdade que, em nossa opinião, temos conseguido de uma forma estrutural questionar aqueles conceitos e demonstrar que ser técnico oficial de contas, bem como o papel de grande responsabilidade que desempenha na sociedade, vai muito para além da imagem daquele que evita os problemas com o fisco. Falamos sim de um profissional que constrói informação fundamental para a sustentabilidade da empresa, que tem a capacidade de a converter em veículo de suporte às decisões da gestão, mas acima de tudo, de alguém que ocupa um papel fundamental e proativo, através da análise e interpretação da informação contabilística, evitando o surgimento de problemas de sustentabilidade económica e financeira nas empresas e criando condições para a sua continuidade como unidades económicas.

Visionar hoje o papel das empresas na sociedade, numa ótica de interesse apenas dos detentores do seu capital, será ignorar a realidade que nos rodeia e o importante papel que elas desempenham na estabilidade social das sociedades em que se inserem.

Nesta lógica de pensamento que, em nosso entender, é coerente com a realidade, a informação contabilística, nas suas mais diversas vertentes, ganha uma outra dimensão e responsabilidade que lhe confere um indiscutível interesse público.

O ano de 2012 foi multifacetado e repleto de acontecimentos. Foi o caso das conferências realizadas em diversos distritos, no âmbito da iniciativa «Portugal



- A soma das partes», em que numa busca de dinamização da sociedade civil, procurámos, em conjunto com a TSF, sensibilizar as diversas regiões das suas potencialidades económicas e da importância do seu contributo para a economia nacional.

Ouvimos, distrito a distrito, empresários, universitários, intelectuais, deputados e autarcas. Juntámos, em torno das mesmas preocupações, todos aqueles que com o seu empenho, conhecimento, disponibilidade e boa vontade querem dar a volta, de forma positiva, à espécie de marasmo em que o país estava a cair.

O IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, sem qualquer dúvida, a maior manifestação profissional que se realizou em Portugal, foi um momento alto de afirmação da nossa profissão, não só pela sua capacidade de mobilização, mas também e, sobretudo, porque o evento mobilizou de forma ímpar a academia contabilística e os profissionais.

A consolidação da profissão e da Instituição nos fóruns internacionais onde pontifica a aceitação da Ordem como membro da IFAC, para além do início da colaboração com os países lusófonos, com relevo para Angola e Moçambique, é outro facto que marca definitivamente o ano de 2012.

Estas pequenas mas grandes realizações são o somatório de muitas alegrias, dúvidas, momentos de euforia, contrabalançados com outros de desânimo, que vos trazemos, esperemos que de forma simples e completamente compreensível, para que, também, connosco, sintam a alegria e a paz de consciência que o dever cumprido propicia.

Nada disto acontece por acaso. Quem assim julga está enganado. O risco de fazermos, de concebermos projetos diferentes e de os executarmos, é sempre muito elevado e ninguém tem o condão, nem a varinha mágica de, pura e simplesmente, os fazer acontecer.

Eles executaram-se porque existe pessoas que dão o seu melhor, muitas no anonimato, outras com maior evidência, mas todas elas eivadas do mesmo espírito construtivo e da mesma vontade de servir a nossa profissão.

Nem mesmo essas coisas apareceram como resultado da sorte ou de inspiração divina. Elas enquadram-se dentro de um conjunto de ideias, metas e objetivos em que cada um tem a sua missão, mas que todos eles se enquadram e confluem para uma estratégia previamente definida e que de seguida analisaremos.

---

## Estratégia global de ação

# II

Se não temos um rumo, um caminho, uma direção, uma meta, um fim, temos fortes probabilidades de nos perdermos, porque não conseguimos orientar os recursos disponíveis em determinado sentido.

Não sabendo para onde ir, não há ventos que nos empurrem na direção certa, por muito fortes que sejam. Daí o imperativo de, antes de definir qualquer ação, estabelecer de forma clara e objetiva, o que se pretende com a mesma.

Os técnicos oficiais de contas traçaram, desde há muito, o seu caminho, a sua meta.

É um rumo que passa por um conjunto muito sério de desafios de natureza endógena e exógena, que marcaram a profissão e que de uma forma construtiva estão a ser assumidos pelos TOC, que têm revelado forte vontade de contra eles lutar.

A visão que temos da atividade e a necessidade da sua mudança radical, no sentido de converter os profissionais em elementos proativos nas empresas é, em nossa opinião, o maior desafio que se coloca. Uma conceção da profissão numa ótica meramente técnica, é desmerecer o elevado nível de preparação académica, desconhecer a realidade concreta e objetiva do universo empresarial português e das suas necessidades, bem como condenar a prazo uma profissão cuja função é imprescindível na economia nacional.

Para tanto, é necessário uma mudança de mentalidades, não só nos profissionais, mas também nos empresários e em todos aqueles que lidam com a contabilidade, como sejam a Ordem, a academia contabilística ou as instituições de ensino superior, no sentido de darmos as mãos nesta causa comum e mudarmos a face da nossa profissão.

Este é o nosso grande objetivo, pelo que todas as nossas ações, independentemente da sua natureza, forma ou dimensão, confluem para esse fim. Para ser alcançado, contamos com a seguinte estrutura:

# III

## Breve caracterização da Ordem

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública do tipo associativo de gestão privada, a quem foram cometidas funções de regulação e disciplina dos técnicos oficiais de contas.

Pela sua natureza jurídica, exerce funções, para além da organização profissional, de autoridade delegada, na medida em que, através do poder disciplinar pode coartar o direito ao exercício da profissão e do poder de regular, pode definir a forma e os meios para o efetivo exercício da profissão.

Para além das descritas, exerce ainda as funções definidas no artigo 3.º do seu estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 459/99, de 5 de novembro, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro.

Aquelas funções são desempenhadas por diversos órgãos eleitos diretamente pelos membros da Ordem e pelos diversos serviços de apoio à instituição:

### Assembleia Geral

Tem poder deliberativo e é constituída por todos os profissionais no pleno gozo dos seus direitos.

Reúne ordinariamente duas vezes por ano para analisar o Relatório e Contas do Conselho Diretivo e o Plano de Atividades e Orçamento do ano seguinte e, de forma extraordinária, por convocação do seu presidente, a solicitação do Bastonário, do Conselho Diretivo, do Conselho Fiscal ou por um mínimo de três por cento dos membros da Ordem no pleno gozo dos seus direitos.

Em 2012 reuniu no dia 31 de março em Beja para análise e deliberação sobre o relatório e contas, tendo aqueles documentos sido aprovados por larga maioria, com nove votos contra e uma abstenção.

Para análise e deliberação sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2013, reuniu no dia 15 de dezembro, em Castelo Branco, tendo os documentos sido aprovados com uma única abstenção.

Em 2012 não houve necessidade de qualquer reunião extraordinária, nem a mesma foi solicitada por quem tinha competência, nos termos do estatuto.

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Manuel António dos Santos
Vice-Presidente	Rui Fernando da Silva Rio
Secretário	António de Carvalho Martins
Secretária	Maria Leonor R. C. Fernandes Ferreira da Silva
Secretária suplente	Maria José da Silva Fernandes
Secretária suplente	Isabel Rosa Martins Cunha

---

## António Domingues de Azevedo

O Bastonário desempenha as funções que lhe estão adstritas no estatuto, competindo-lhe em termos gerais a gestão da Ordem, executando, para além das competências próprias, a estratégia e ação definida pelo Conselho Diretivo a que preside.

É o máximo representante da Ordem, desempenhando ainda a presidência do Conselho Diretivo.

A atividade do Bastonário, de algum modo, confunde-se com a atividade da Ordem no seu cômputo geral. Esteve presente em diversas conferências em representação da Ordem, proferiu aulas a mestrandos em diversas universidades e instituições de ensino superior e conduziu toda a representatividade externa e interna da Ordem.

É um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Diretivo, tendo por funções dar parecer sobre a estratégia global da Ordem, as linhas orientadoras do plano de atividades e verificar a estratégia inicialmente definida por via do relatório de atividades.

No cumprimento da sua missão, reuniu nos termos estatutariamente previstos, elaborou os pareceres sobre o Relatório e Contas de 2011 e sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2013. Avaliou e acompanhou ainda a evolução da execução do Plano de Atividades para 2012.

Na execução das funções que estatutariamente lhe estão cometidas, aconselhou a estratégia da Ordem, com vista ao cumprimento dos objetivos e participou em diversas manifestações de representatividade, interna e externa, sempre que para tal foi solicitado pelo Bastonário.

---

## Bastonário

---

## Conselho Superior

Presidente	António Domingues de Azevedo
Vogal	Armando Pereira Marques
Rep. do Norte	José Alberto Pinheiro Pinto
Rep. do Centro	José das Neves Raimundo
Rep. do Sul	António Manuel dos Santos Nabo
Rep. da Madeira	Carlos Pinto
Rep. dos Açores	Fernando Manuel Botelho de Andrade
Cooptados:	António José Alves da Silva
	João Lopes Ribeiro
	Avelino Azevedo Antão
	Leonel da Silva Pontes

---

## Conselho Diretivo

É o órgão por excelência responsável pela implementação da estratégia de funcionamento da Ordem, competindo-lhe tomar deliberações em todas as áreas de gestão e funcionamento que não sejam da competência específica de outro órgão.

Em 2012, a sua ação traduz-se na ação desenvolvida pela Ordem em geral. É presidido pelo Bastonário e composto pelos seguintes membros:

Presidente	António Domingues de Azevedo
Vice-presidente	Armando Pereira Marques
Vogal	Jaime Soares dos Santos
Vogal	Filomena Maria F.A.L. Moreira
Vogal	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Ezequiel António Nunes Fernandes
Vogal	Rita Gonçalves Cordeiro
Primeiro suplente	Rosa Teresa Teixeira Reis Pinto Santos
Segundo suplente	Rui Alberto Machado de Sousa
Terceiro suplente	Artur Maria da Silva
Quarto suplente	Manuel Madeira Teixeira

---

## Conselho Fiscal

O conselho fiscal é o órgão que zela pelo cumprimento do plano de atividades e orçamento, bem como o garante da fidelidade das demonstrações financeiras da Ordem à realidade patrimonial da instituição.

No ano em análise, por efeito do falecimento de Joaquim Fernando da Cunha Guimarães, a presidência foi assumida pelo membro que lhe sucedia na ordenação da lista: António Cerqueira. Simultaneamente, assumiu funções como vogal a até então suplente Cláudia Santos.

Em 2012, para além das funções descritas, elaborou e apresentou, nos termos estatutários, à Assembleia Geral, o seu relatório/parecer sobre o relatório e contas apresentado pelo Conselho Diretivo, e pronunciou-se sobre o plano de atividades e orçamento, aquando da sua análise e discussão na assembleia geral.

Presidente	António Joaquim Fernandes Cerqueira
Vogal	Tomás Pires Vieira dos Santos
Vogal	Cláudia Isabel Afonso dos Santos
Primeiro suplente	Maria de Lurdes Rebelo Marques

Ao Conselho Disciplinar, em termos genéricos, compete-lhe a gestão da ética e deontologia que os membros devem observar no exercício da profissão, através da aplicação da disciplina.

Tem a seguinte composição:

Presidente	António Joaquim Pereira Silvão
Vogal	Alberto Carlos Morais Brás
Vogal	José Albino Prodêncio

Face à necessidade do contraditório e às consequências da disciplina, há características próprias no trabalho desenvolvido por este órgão que, não obstante integrar-se numa estratégia genérica definida para a instituição, tem no entanto limitações comportamentais que obrigatoriamente se enquadram nos princípios constitucionalmente definidos para a aplicação da justiça.

Antes de mais, a descoberta da verdade dos factos, o tratamento igualitário de todos perante as mesmas realidades, a garantia do contraditório e a defesa dos valores éticos e deontológicos no exercício da profissão, são premissas em que, obrigatoriamente, assentam a atividade do Conselho Disciplinar.

Pelas razões apontadas, descreve-se mais pormenorizadamente a ação, os balizamentos e a estrutura ao serviço do funcionamento deste órgão:

O Conselho Disciplinar tem como princípio básico de atuação o estrito cumprimento da lei, não estando nem querendo estar acima dela, o que, por si só, já é uma tarefa agravada pela minúcia que reveste a aplicação correta do direito e o bom senso que tem de estar presente aquando da formulação das suas decisões, de tal forma que o seu julgamento não deixe de ser entendido como a medida exata da reparação do bem jurídico afetado.

É claro que nem sempre assim é entendido, mas o facto das suas decisões serem passíveis de uma permanente sindicância externa por via do recurso aos tribunais, não deixa de ser uma garantia e até diremos, um alívio, para quem tem de julgar atos ou omissões, de quem faz da profissão um modo de vida. Não é fácil tal tarefa, mas também não deixa de ser de certa forma gratificante verificar que tal atividade é também uma forma de poder medir o pulso ao modo como a profissão é, e tem vindo a ser exercida, no todo nacional.

Tal só tem sido possível face a um grande esforço e dedicação de todos aqueles que permanentemente intervêm nos procedimentos e decisões proferidas.

A atividade jurisdicional não pode nem deve medir-se exclusivamente pela vertente quantitativa, não só porque cada caso é um caso, e por isso carece de ser bem avaliado e tratado como tal, situação que se traduz numa ação que não pode significar ou vir a expressar-se numa produção em massa.

Nesse sentido, os dados constantes do presente relatório já permitem avaliar do impacto que a aprovação do Regulamento do Conselho Disciplinar produziu na celeridade de conclusão dos processos. Como dado mais relevante e como oportunamente se verá, o número de sessões veio a reduzir-se por via da alteração da periodicidade das suas reuniões, verificando-se que, em 2012, o Conselho Disciplinar realizou apenas 27 sessões contra 37 do ano anterior.

No âmbito dos recursos judiciais interpostos nos diversos Tribunais Administrativos e Fiscais e julgados por estes no ano de 2012, que apreciaram decisões proferidas por este Órgão, apenas um obteve vencimento a favor do recorrente, o que significa que a OTOC, por via das decisões do Conselho Disciplinar, levou a melhor em oitenta por cento dos casos julgados nos referidos tribunais. Neste particular, não há melhor forma de sindicarmos o mérito do trabalho desenvolvido no âmbito deste Conselho.

O quadro que se apresenta é suficientemente elucidativo do acolhimento que os tribunais têm feito do entendimento da Ordem, quanto à gestão que o Conselho Disciplinar tem feito da disciplina.

Na verdade, o número de recursos em que fez vencimento o nosso entendimento é bem elucidativo do cuidado que colocamos neste processos.

Quadro I

Recursos finalizados no ano de 2012			
Processo	Acórdão	Penal	Decisão
PD-533/04	0056/09	Multa	Favorável
PDI-268/09	1621/10	Multa	Desfavorável
PDI-216/07	1118/08	Suspensão	Favorável
PD-1486/08	0820/11	Expulsão	Favorável
PDI-160/06	2383/09	Advertência	Favorável

Ainda no âmbito da sindicância jurisdicional externa aprez-nos registar que por decisão de 12 de julho de 2012, o Tribunal Constitucional, no âmbito do Processo n.º 879/10, proferiu o Acórdão n.º 377/2012, que veio a não julgar inconstitucional a norma contida no n.º 2, do art.º 56.º do EOTOC, no sentido de que esta não dispõe sobre o livre exercício da profissão consagrado no art.º 47.º da Constituição da República Portuguesa, pelo que não contende com qualquer restrição à liberdade de exercício da profissão de técnico oficial de contas.

A informação funcional que ora se disponibiliza é aquela que, face aos condicionalismos impostos pelo sigilo, foi possível preparar para livre apreciação no âmbito do relatório de atividades da Ordem.

No cumprimento das funções que lhe estão estatutariamente atribuídas, no decurso de 2012, o Conselho Disciplinar teve a seguinte atividade:

Realizou no período em referência 27 sessões plenárias.

Constata-se que, por efeito da entrada em vigor do Regulamento do Conselho Disciplinar, realizaram-se menos sessões plenárias, sendo tal facto devido a que passou a reunir quinzenalmente, por efeito daquele regulamento.

Relativamente a cada sessão plenária, manteve-se o procedimento habitual, ou seja, continuou-se a redigir, aprovar e assinar a respetiva ata no fim de cada sessão, na qual constam as deliberações tomadas pelo Conselho sobre os factos e peças processuais que lhe são presentes, como resulta da lei, podendo assim e, desde logo tais deliberações serem executadas. Como é sabido, o conteúdo destas atas está inserido no âmbito do sigilo a que já anteriormente nos referimos, pelo que o mesmo não é passível de divulgação, a não ser em partes muito específicas, através de extratos, devidamente certificados, mas sempre tendo por pano de fundo duas realidades: a primeira no âmbito da salvaguarda da informação de carácter sigiloso e a segunda quanto à efetiva legitimidade do interessado.

No quadro que infra se desenvolve pode ter-se uma visão mais concreta do número de sessões realizadas pelo Conselho Disciplinar, podendo comparar-se tal realidade tendo em conta os dados dos três últimos anos. Como já foi referido, a aprovação do regulamento de funcionamento deste órgão e a sua entrada em vigor, operou-se sensivelmente a meio de 2011. Está, por isso, bem patente no referido quadro tal realidade, ou seja, o número de sessões antes da entrada em vigor do regulamento, no ano de 2010 de quase a plenitude de uma sessão por semana, no ano de 2011, a redução a meio do ano para a periodicidade quinzenal e no ano de 2012 a fixação na periodicidade semanal em pouco mais do que uma sessão por semana.

Ano	2010	2011	2012
N.º de sessões plenárias	51	37	27

**Quadro II**

No quadro-resumo que se segue pode ver-se uma pequena síntese da atividade desenvolvida pelo Conselho Disciplinar nos três referenciados últimos anos. Mais adiante serão apresentados novos quadros e gráficos onde se pode ter uma visão mais alargada e de âmbito mais geral das atividades desenvolvidas.

	2010	2011	2012
1- N.º de processos de inquérito abertos (PI)	196	134	161
2- N.º de processos disciplinares instaurados (PD)	Não quotas	321	350
	Quotas	2 092	4 129
3- N.º de sessões plenárias	51	37	27
4- N.º de acórdãos emitidos	Não quotas	484	445
	Quotas	1 699	1 654
5- N.º de recursos de revisão concedidos	28	21	30

**Quadro III**  
(síntese de 2010 a 2012)

---

Decorrentes de decisões formuladas nas sessões plenárias, foram entre outras, tomadas deliberações no sentido de:

**Instauração de processos disciplinares e abertura de processos de inquérito:**

P.I.	161
P.D.	274
P.D.Q.	2 201

O que significa uma diminuição relativamente ao ano de 2011, em processos não quotas e processos de quotas.

Durante o ano de 2012, foram analisadas e tomadas decisões sobre 3 083 participações apresentadas pelas pessoas ou entidades infra indicadas, sendo que destas 2 472 eram relativas a quotas e 611 a não quotas. As referidas participações foram apresentadas por:

- a) Conselho Diretivo da OTOC;
- b) Clientes dos TOC;
- c) TOC;
- d) Administração Tributária e Aduaneira;
- e) Tribunais;
- f) DIAP/Ministério Público;
- g) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (POEFDS/POPH);
- h) IDP - Instituto do Desporto de Portugal, I.P.;
- i) Ordem dos Advogados;
- j) OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- k) Anónimos

Refira-se, por ser pertinente, para uma melhor perceção dessa realidade, que a instauração ou abertura de processos no ano não decorre apenas das denúncias recebidas no decurso do mesmo, mas também tem que ser levado em conta que existem denúncias recebidas no final do ano anterior, as quais só são analisadas no decorrer do ano seguinte, sendo este o período que releva para efeitos de contagem, ou seja, no ano da instauração ou abertura do processo, e não no da entrada.

Após análise das referidas participações, e verificando-se tal necessidade, solicitação aos participantes ou a terceiros, de elementos de prova ou informações adicionais, o CD deliberou:

- Instaurar 2 475 processos disciplinares, sendo que destes, 2 201 são relativos a quotas, e designar os respetivos instrutores, todos eles internos e pertencentes aos quadros da OTOC;
- Abrir 161 processos de inquérito e designar os respetivos instrutores;
- Apensar 144 participações a processos já instaurados/abertos; e,
- Arquivar liminarmente 294 participações, com fundamento, em:
  - Regularização do débito (quotas);
  - Falta insuprível de elementos (imputável ao participante) para instruir o processo;

- Prescrição; e,
- Inexistência de indícios de infração.

### Acompanhamento e análise dos processos

O Conselho Disciplinar, no decurso de 2012:

- Analizou 556 despachos de acusação (incluindo os relativos a quotas);
- Aprovou 1 433 relatórios com proposta de arquivamento (incluindo os relativos a quotas);
- Aprovou 50 relatórios com proposta de convoção de processo de inquérito em disciplinar, e
- Aprovou 333 relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar.

Todas as peças processuais atrás referidas são, previamente à sua aprovação final em sessão do conselho, revistas ou avaliadas pelos membros do referido órgão, o que significa que foram no seu conjunto analisadas 2 372 peças processuais.

A finalização das supra referidas peças processuais é sempre precedida de diligências instrutórias/disciplinares que, formalmente, compreendem a realização, pelo instrutor designado, de todos os atos destinados a recolher prova que habilite o Conselho Disciplinar ao seu julgamento.

Em termos substanciais, destinam-se a promover, para além da descoberta da verdade material, a dar cumprimento ao princípio do contraditório, trave mestra de todo o procedimento disciplinar.

No gráfico infra, pode ver-se a distribuição por tipologia de peças processuais.

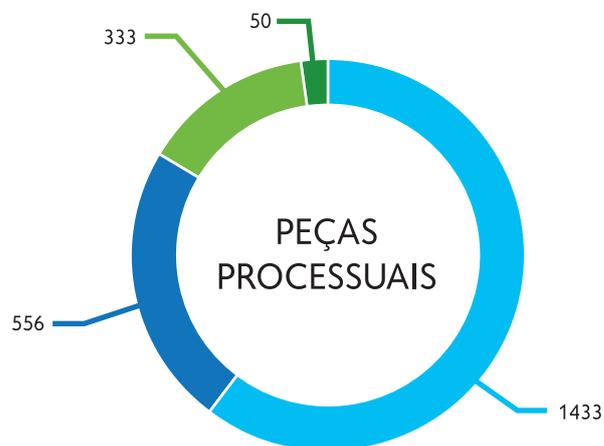


Gráfico I

■ Proposta de arquivamento   ■ Despachos de acusação   ■ Penas disciplinares   ■ Inquéritos disciplinares

---

Assim, dentro das atribuições do Conselho Disciplinar, no âmbito específico da instrução de processos:

- Foram elaborados e expedidos 14 226 ofícios e protocolos.

#### **Julgamento dos processos instaurados/abertos**

Finda a instrução, o Conselho Disciplinar analisa e verifica os relatórios apresentados e todos os elementos de prova que constam dos autos, decidindo através da prolação do competente acórdão.

Neste âmbito, realizou:

- 1 855 julgamentos dos quais 1 558 relativos a quotas e 297 de não quotas, sendo que destes resultou o arquivamento de 1 481 processos, dos quais 1 318 de quotas e 163 não quotas e a aplicação de 374 penas disciplinares, com a seguinte graduação:
  - 70 penas de advertência;
  - 287 penas de multa; e
  - 12 penas de suspensão, e
  - 5 penas de expulsão.

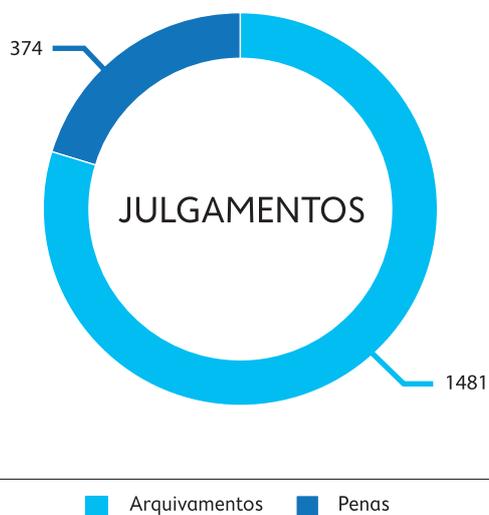
No quadro da página seguinte pode ver-se de forma analítica uma síntese com informação reportada aos três últimos anos, sendo de relevar o decréscimo do valor médio das multas aplicadas nos processos quotas e o aumento dos processos não quotas, sendo explicável esta situação pelo facto de os valores de referência em termos de dívida para efeitos de aplicação de pena terem vindo a diminuir, e o referencial do RMMG aplicável nos processos não quotas ter sido aumentado de cinco para dez vezes aquando da alteração de ECTOC para EOTOC. Releva-se ainda no ano de 2012, comparativamente aos anos anteriores, o aumento do número de processos decididos com a aplicação pelo Conselho Disciplinar da pena de expulsão, o que significa que as infrações cometidas assumem maior gravidade comportamental por parte dos TOC. Verifica-se ainda uma diminuição das decisões de arquivamento e um aumento das penas de multa nos processos não quotas, o que parece vir confirmar o que já atrás se disse quanto às situações de expulsão. O mesmo se dirá das penas de suspensão, mas aqui apenas levando em conta a comparação dos anos de 2011 e 2012, razão pela qual tendo por referencial as decisões de aplicação de penas de suspensão e expulsão se chega ao valor percentual que se aproxima de seis por cento do total das penas aplicadas, o que parece ser um valor nominal de algum significado.

**Quadro IV**  
Quadro analítico  
dos acórdãos emitidos

Decisão		Quotas			2010	
		2010	2011	2012	Total	Incidência %
1 - Arquivamento		1 099	1 265	1 318	272	56,20
2 - Advertência		395	126	10	109	22,52
3 - Multas	Total parcial	205	262	230	84	17,36
	Valor aplicado	175 450 €	178 950 €	141 950 €	81 557 €	
	Valor médio de multa	856 €	683 €	617 €	971 €	
	Pagas	161 950 €	141 938 €	136 250 €	33 730 €	
4 - Suspensões					16	3,31
5 - Expulsões					3	0,62
					484	100

Nos gráficos inseridos infra pode avaliar-se a sistematização estatística atrás descrita.

**Gráfico II**



Não quotas				Total geral					
2011		2012		2010		2011		2012	
Total	Incidência %	Total	Incidência %	Total	Incidência %	Total	Incidência %	Total	Incidência %
309	69,28	163	54,88	1 371	62,80	1 574	74,99	1 481	79,84
75	16,82	60	20,20	504	23,09	201	9,58	70	3,77
49	10,99	57	19,19	289	13,24	311	14,82	287	15,47
43 158 €		53 783 €		257 007 €		220 608 €		195 733 €	
881 €		944 €		889 €		709 €		682 €	
20 600 €		44 454 €		195 680 €		162 538 €		180 704 €	
10	2,24	12	4,04	16	0,73	10	0,48	12	0,65
3	0,67	5	1,68	3	0,14	3	0,14	5	0,27
446	100	297	100	Total de acordãos 2 183	100	2 099	100	1 855	100

Gráfico III



■ Multa    
 ■ Advertência    
 ■ Suspensão    
 ■ Expulsão

No quadro que se segue, sintetiza-se o resultado final em termos numéricos das decisões do conselho.

		2010	2011	2012
N.º de acordãos emitidos	Não quotas	484	445	297
	Quotas	1 699	1 654	1 558
<b>Soma</b>		<b>2 183</b>	<b>2 099</b>	<b>1 855</b>

Quadro V

Comparando este quadro com os resultados dos anos de 2010 e 2011, verifica-se, tendo em conta que no decurso do ano de 2012, foram emitidos no global 1 855 acórdãos, a seguinte evolução:

- 2010: temos um total de 2 183 acórdãos emitidos;
- 2011: temos um total de 2 099 acórdãos emitidos;
- 2012: temos um total de 1 855 acórdãos emitidos;

Assiste-se, como facilmente se vê, a uma tendência para redução do número de acórdãos emitidos. Tal não significa um menor esforço quer dos membros do Conselho quer de todos os recursos humanos que lhe são disponibilizados pelo departamento jurídico. As razões para esta situação fundam-se, embora haja outras, em três grandes fatores, como segue:

- Existência permanente de pessoal afeto à instrução em situação de ausência por doença, em gozo de férias e outras razões, o que em termos absolutos se traduz em média numa redução permanente de quatro instrutores;
- Aumento do nível de dificuldade em concluir os processos, por se ter dado prioridade:
  - a) Aos casos bastante antigos;
  - b) Aos casos com maior grau de complexidade;
  - c) Aos casos com maior número de apensações;
  - d) Aos PI, sendo que este tipo de processos, pelas suas características, carecem de um maior nível de instrução, dada a sua tipologia;
- Aos casos que simultaneamente envolvem infração disciplinar e abuso de confiança e finalmente.

- Maior dificuldade em notificar os visados e interessados, o que para além de se traduzir em custos financeiros adicionais e numa escusada morosidade na prática dos atos, mas de alguma forma insubstituível, por se tratar de um procedimento essencial para ser cumprido o princípio do contraditório.
- Segue-se um quadro analítico por tipo de ações praticadas ou omitidas que deram origem à qualificação por tipologia das infrações denunciadas, sendo interessante verificar que as grandes áreas de afetação se mantêm sem grandes variações de ano para ano.

Quadro VI

Natureza das infrações denunciadas	Ano de 2010		Ano de 2011		Ano de 2012	
	Total	Imputação %	Total	Imputação %	Total	Imputação %
01. Incorreções técnicas (contabilísticas e fiscais)	75	9,16	70	12,01	99	11,76
02. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações fiscais	139	16,97	104	17,84	137	16,27
03. Retenção de documentos	121	14,77	86	14,75	119	14,13
04. Apropriação de verbas confiadas para pagamento de contribuições e impostos	22	2,69	11	1,89	14	1,66
05. Falsificação de documentos	16	1,95	7	1,20	8	0,95
06. Falta de colaboração para com o colega sucessor	8	0,98	8	1,37	11	1,31
07. Falta de comunicação ao colega antecessor	71	8,67	46	7,89	52	6,18
08. Assunção de funções, havendo honorários em dívida ao colega antecessor	93	11,36	48	8,23	75	8,91
09. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da Ordem	3	0,37	0	0	8	0,95
10. Comportamento contrário à dignidade e prestígio dos órgãos sociais e respetivos membros	1	0,12	0	0	1	0,12
11. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da profissão	61	7,45	50	8,58	69	8,19
12. Angariação ilícita de clientela	18	2,20	17	2,92	40	4,75
13. Quebra de sigilo profissional	9	1,10	1	0,17	3	0,36
14. Não pagamento atempado de quotas e outros encargos devidos à Ordem	2 372	0,00	2 720	0	2 493	0
15. Não actualização do domicílio perante a Ordem	0	0,00	0	0	0	0
16. Falta de cumprimento do art.º 10º (nº de clientes, volume de negócios)	8	0,98	4	0,69	19	2,26
17. Recusa de oposição de assinatura em declarações fiscais	0	0	0	0	0	0
18. Recusa de encerramento de exercício fiscal	7	0,85	0	0	6	0,71
19. Incompatibilidade no exercício de funções	4	0,49	4	0,69	6	0,71
20. Concorrência desleal	11	1,34	3	0,51	4	0,48

Natureza das infrações denunciadas	Ano de 2010		Ano de 2011		Ano de 2012	
	Total	Imputação %	Total	Imputação %	Total	Imputação %
21. Aceitação de trabalhos sem a adequada capacidade técnica e meios (Princípio da idoneidade)	2	0,24	13	2,23	1	0,12
22. Falta de colaboração com a Administração Fiscal	4	0,49	6	1,03	5	0,59
23. Falta de colaboração com a Ordem	3	0,37	3	0,51	7	0,83
24. Fraude fiscal	3	0,37	4	0,69	7	0,83
25. Falta de colaboração/informação ao cliente	46	5,62	27	4,63	60	7,13
26. Abandono indevido de funções	14	1,71	14	2,40	11	1,31
27. Incumprimento do Regulamento de Estágio	0	0	0	0	1	0,12
28. Subscrição de declarações fiscais e outros documentos que não resulta do exercício de funções	8	0,98	6	1,03	5	0,59
29. Prática de actos da competência de outros profissionais	6	0,73	2	0,34	1	0,12
30. Incumprimento do Regulamento de Controlo de Qualidade	14	1,71	15	2,57	5	0,59
31. Falta de contrato escrito relativo à prestação de serviços de TOC	0	0	9	1,54	11	1,31
32. Não participação ao Ministério Público, através da Ordem, de crimes públicos.	1	0,12	0	0	5	0,59
33. Divulgação e/ou crítica do trabalho efectuado por colega sem o seu consentimento.	0	0	1	0,17	2	0,24
34. Quebra de independência técnica no exercício de funções	10	1,22	6	1,03	9	1,07
35. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações para fiscais a seu cargo	18	2,20	3	0,51	9	1,07
36. Omissão de pedido de recusa de assinatura junto da Direção	1	0,12	2	0,34	3	0,36
37. Burla	14	1,71	4	0,69	8	0,95
38. Violação do princípio da responsabilidade	8	0,98	9	1,54	21	2,49
<b>Total não quotas</b>	<b>819</b>	<b>100</b>	<b>583</b>	<b>100</b>	<b>842</b>	<b>100</b>
<b>Total quotas</b>		<b>2 372</b>		<b>2 720</b>		<b>2 493</b>
<b>Total</b>		<b>3 191</b>		<b>3 303</b>		<b>3 335</b>

Obs: Não foram considerados no cômputo geral percentual as infrações sancionadas relativas ao não pagamento de quotas à Ordem.

### Análise sociológica das participações não quotas de que resultou aplicação de pena disciplinar

Este é o terceiro ano em que são inseridos no relatório dados meramente estatísticos numa aproximação a uma análise sociológica. O quadro que se segue pretende dar apenas uma ideia aproximada dessa realidade face aos parâmetros nele insertos. Mantemos como alerta, tal como o fizemos nos anos de 2010 e 2011, que se tem que levar em conta que os resultados expressos poderão estar ligeiramente desfasados da concreta realidade, face à existência de um valor residual referenciado como «Distrito não identificado» dado que a base de dados existente não estratifica completamente essa componente. Não obstante, julgamos que a amostra é significativa e bastante elucidativa em termos analíticos.

Quadro VII

Distritos	TOC ativos		Participações que deram origem a pena	Análise dos infratores por distrito, sexo e idade										Total arguidos		% por distrito	
	M	F		Sexo		Faixa etária (à data do acórdão)						M	F				
				M	F	< 25	25 - 29	30 - 49	50 - 59	>= 60	S/D						
Aveiro	2 609	2 802	102	48	19	0	2	35	18	11	1	67	1,83	0,67			
Beja	237	247	10	6	3	0	0	6	3	0	0	9	2,53	1,21			
Braga	2 614	2 843	45	35	9	0	1	32	8	3	0	44	1,33	0,31			
Bragança	253	284	15	10	2	0	0	8	3	1	0	12	3,95	0,70			
Castelo Branco	620	440	13	10	3	0	1	7	2	3	0	13	1,61	0,68			
Coimbra	1 406	1 466	52	29	12	0	1	22	10	7	1	41	2,06	0,81			
Évora	415	336	14	10	5	0	0	8	6	1	0	15	2,40	1,48			
Faro	1 027	1 141	52	21	8	0	2	15	9	3	0	29	2,04	0,70			
Guarda	341	350	5	6	3	0	1	4	4	0	0	9	1,75	0,85			
Leiria	1 469	1 715	72	35	18	0	1	35	7	10	0	53	2,38	1,04			
Lisboa	10 310	10 071	597	188	98	0	2	143	84	56	1	286	1,82	0,97			
Portalegre	270	241	8	3	1	0	0	3	1	0	0	4	1,11	0,41			
Porto	6 695	6 916	240	127	55	0	2	111	44	25	0	182	1,89	0,79			
Região Autónoma da Madeira	604	565	25	17	4	0	0	12	5	4	0	21	2,81	0,70			
Região Autónoma dos Açores	462	327	3	4	0	0	0	3	1	0	0	4	0,86	0			
Santarém	1 232	1 178	49	31	11	0	0	21	17	4	0	42	2,51	0,93			
Setúbal	2 724	3 255	113	67	36	0	2	60	24	17	0	103	2,45	1,10			
Viana do Castelo	493	670	16	11	5	0	0	11	4	1	0	16	2,23	0,74			
Vila Real	346	446	8	4	3	0	1	5	0	1	0	7	1,15	0,67			
Viseu	849	761	21	16	2	0	0	10	3	5	0	18	1,88	0,26			
Distrito não identificado	823	797	202	27	12	0	0	24	7	6	2	39	3,28	1,50			
<b>Totais</b>	<b>35 799</b>	<b>36 851</b>	<b>1 662 *</b>	<b>705</b>	<b>309</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>575</b>	<b>260</b>	<b>158</b>	<b>5</b>	<b>1 014 *</b>	<b>1,96</b>	<b>0,83</b>			
		<b>72 650</b>															

\* - O número de participações não tem de ser igual ao número de infratores, porque uma participação pode abranger vários infratores e estes podem corresponder a várias participações.

#### Recursos de revisão

Por força do disposto no art.º 84.º do EOTOC, as decisões disciplinares podem ser revistas a todo o tempo pelo Conselho Disciplinar, a requerimento do TOC

---

visado, com fundamento em novas provas ou novos factos que não puderam ser considerados no decorrer da instrução, suscetíveis de alterar a decisão anteriormente proferida, dos quais no ano de 2012, indeferiu 15 do total de 45 apreciados. Dos restantes 30, cuja reabertura foi deferida, 27 são relativos a processos de quotas e 3 não quotas, verifica-se que 11 permanecem em curso para futura decisão, 18 viram a pena alterada de multa para arquivamento e 1 manteve a pena anteriormente aplicada de advertência. Tal como já se referiu em relatórios anteriores, deverá alertar-se que o deferimento dos requerimentos de revisão não implica, necessariamente, a revogação da decisão anteriormente proferida e plasmada em acórdão, podendo ser mantida a decisão ou revogada parcialmente, após recolha de prova no decurso das novas diligências instrutórias efetuadas no âmbito dos processos entretanto reabertos, razão pela qual o conselho mantém as mesmas diretrizes.

#### **Assuntos diversos**

A matéria acabada de descrever corresponde à atividade específica e intrínseca desenvolvida pelo Conselho Disciplinar enquanto órgão da OTOC previsto estatutariamente e corresponde às atribuições e competências que naquele âmbito lhe estão conferidas.

Não obstante, como se trata de um órgão inserido na estrutura da Ordem, o âmbito do desenvolvimento dos seus trabalhos abordou todo um conjunto de temas que relevam não só da necessária e inerente interação entre órgãos, mas também os procedimentos e orientações internos.

Neste âmbito, foram desenvolvidas ou promovidas as intervenções seguintes:

- Participação em assembleias gerais da OTOC;
- Participação em reuniões de coordenação com a responsável pelo departamento jurídico;
- Realização de reuniões breves com os juristas afetos à instrução de processos;
- Elaboração de memorandos e notas internas ao Conselho Diretivo e ao Bastonário;
- Notas informativas à responsável pelo departamento jurídico;
- Acompanhamento de um programa de objetivos mínimos no âmbito da redução de pendências;
- Estabelecimento de diversas normas no âmbito da sistematização de procedimentos inerentes à condução da instrução dos processos;
- Colaboração na medida do possível com a responsável pelo departamento jurídico no âmbito do planeamento e preparação das ações de formação sobre procedimento disciplinar realizadas no ano de 2012.

#### **Movimento de correspondência**

**Remetida para órgãos/departamentos internos** - Quer no âmbito da sua atividade específica – relevando-se a imposição estatutária de comunicação dos acórdãos ao Conselho Diretivo –, quer no âmbito da interação entre órgãos

---

e, ainda, dos procedimentos e orientações internos, o Conselho Disciplinar, efetuou 335 comunicações internas, discriminadas da seguinte forma:

Bastonário	11
Conselho Diretivo	115
Conselho Diretivo/alteração de moradas	17
Conselho Diretivo/PDQ	185
Conselho fiscal	1
Departamento jurídico	1
Instrutores	1
Tesouraria (remessa de cheques):	4

Acresce ainda que, no âmbito da atividade interna do conselho, são avaliadas pelos seus membros e pelo assessor jurídico em sistema de rotação, previamente à abertura ou instauração de processo de inquérito ou disciplinar, as participações que lhe chegam dos diversos interessados, as quais, por norma, originam um ou mais pedidos adicionais de dados e elementos de prova ou mesmo de meros esclarecimentos, o que se traduz num aumento significativo do expediente, pois todos esses pedidos são efetuados por escrito, carecendo de verificação de conformidade e assinatura.

**Remetida para o exterior** - Neste âmbito, e para além das já mencionadas 368 comunicações internas foram expedidas para o exterior no âmbito do pelo Conselho Disciplinar entre notificações, dirigidas aos interessados nas deliberações e ofícios de instrução num total de 10 254.

Constata-se assim que, no conjunto, se verificou um valor global de 10 589 expedições.

**Correspondência recebida** - No decurso de 2012, foi rececionada diversa correspondência, a qual atingiu o significativo número de 13 967 registos de entrada.

#### **Quadro geral das atividades do Conselho Disciplinar**

Como corolário do que se vem referindo, pode ver-se pela análise dos dados constantes do quadro a seguir inserido, identificado como estatística geral do Conselho Disciplinar, reportado a dezembro de 2012, a evolução desde o ano de 1999 dos aspetos mais relevantes das atividades gerais desenvolvidas por este órgão, e apesar dos esforços desenvolvidos ainda não foi possível alargar o nível e tipo de informação, tal como havíamos referido no relatório do ano anterior.

No quadro que se segue pode ter-se uma visão mais alargada e completa de grande parte da atividade do Conselho Disciplinar, com valores acumulados até final do ano de 2012.

**Quadro VIII**  
Estatística geral  
do Conselho Disciplinar

			Até 2009	2010	2011	2012	Acumulado
1	N.º de TOC inscritos	1.1 - Ativos	73 423	1 150	1 300	1 307	72 650
		1.2 - Suspensos ou cancelados <sup>(1)</sup>	13 460	1 347	1 998	1 831	17 773
2	Pareceres <sup>(2)</sup>	2.1 - Recebidos	—	3	1	1	5
		2.1 - Concluídos	—	3	1	1	5
3	N.º de participações recebidas:		23 016	2 995	5 168	3 083	34 262
		3.1 - Quotas	19 293	2 461	4 608	2 472	28 834
		3.2 - Outras	3 723	534	560	611	5 428
4	Correspondência expedida <sup>(3)</sup>		99 053	14 605	14 226	10 589	153 129
5	N.º processos de inquérito abertos (PI)		1 909	196	134	161	2 400
6	N.º processos disciplinares instaurados (PD)		20 005	2 413	4 479	2 475	29 372
		6.1 - Quotas	18 467	2 092	4 129	2 201	26 889
		6.2 - Outros <sup>(4)</sup>	1 538	321	350	274	2 483
7	N.º de acórdãos emitidos:		17 110	2 183	2 099	1 855	23 247
	7.1 - Com penas aplicadas	7.1.1 - Quotas	3 720	600	389	240	4 949
		7.1.2 - Outras	646	212	136	134	1 128
	7.2 - De arquivamento	7.2.1 - Quotas	11 677	1 099	1 265	1 318	15 359
		7.2.2 - Outras	1 067	272	309	163	1 811
8	Processos em curso		4 028	1 931	4 047	2 438	7 461
	(O total é calculado p/ano de instrução do processo)	8.1 - PI	653	172	94	147	399
		8.2 - PD	323	177	231	204	586
		8.3 - PDI <sup>(4)</sup>	146	69	56	35	70
		8.4 - PDQ	2 906	1 513	3 666	2 052	6 406
9	N.º de juristas a colaborar com o CD (internos)		9	9	9	9 <sup>(5)</sup>	—
10	N.º de administrativos a colaborar com o CD		6	6	5	5 <sup>(6)</sup>	—
11	N.º de membros do CD		3	3	3	3	—
12	N.º de sessões plenárias		484	51	37	27	599

(1) Inclui as inscrições que, entretanto, foram anuladas por suspensão, cancelamento e óbito.

(2) Art.º 41.º, al. b) do EOTOC. Os totais são calculados por ano de entrada no Conselho Disciplinar.

(3) Para outros órgãos/departamentos ou para o exterior.

(4) Inclui PI convolados em PD e PD's reabertos.

(5) Do total, há 8 permanentes e 1 eventual, a que acresce 1 externo.

(6) Ausente, desde agosto de 2012 por maternidade.

\* Desde março de 2000.

 Total de remessas do Conselho Diretivo. Após filtragem dos dados, alguns processos não são instaurados, por regularização da dívida de quotas ou outra situação.

# IV

## Organização funcional

A estrutura organizacional da Ordem contempla departamentos e serviços, de acordo com as necessidades funcionais que determinam as suas atribuições específicas.

Em consequência existem os departamentos de apoio aos órgãos, comunicação e imagem, consultoria, funcionamento, jurídico e sistemas de informação.

Conta ainda com os serviços de contabilidade, tesouraria e receção e expedição de correio.

Para apoio ao Bastonário existem ainda três assessores, para a área técnica, jurídica e para a área da educação. Existem ainda três administrativos de apoio aos assessores.

Os departamentos e serviços desempenham as seguintes funções:

### IV.I Departamento de Apoio aos Órgãos

Este departamento tem como principal missão prestar assistência e apoio administrativo aos órgãos e assessoria ao Conselho Diretivo, integrando também todos os funcionários das representações permanentes da Ordem.

Tem ao seu serviço 27 colaboradores, e funciona sob a orientação do Bastonário. Em 2012 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Departamento Apoio aos Órgãos   Desempenho em 2012					
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>º</sup> 2011/12 (%)
Atas	Assembleias gerais	3	2	2	100
	Órgãos da OTOC	3	3	2	66,7
	Conselho Superior	3	4	2	50
	Conselho Diretivo	34	38	39	102,6
	Colégios de Especialidade	9	7	13	185,7
	Gabinete de Estudos	11	11	8	72,7
	Comissão do Controlo de Qualidade	20	18	15	83,3
	Júri de Exame	4	4	4	100
	Comissão EAVFE	4	2	3	150
	Comissão EAVRPDE	6	26	6	23,1

Departamento Apoio aos Órgãos   Desempenho em 2012					
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>3</sup> 2011/12 (%)
Notas internas		219	198	204	103
Protocolos externos		30	28	16	57,1
Protocolos internos		1 246	1 131	1 169	
Entidades equiparadas RAC		386	322	11	3,4
Formações equiparadas (novas ações)				232	
Controlo de Qualidade - Processos tratados		724	1 477	912	61,7
Inscrição/exames - Processos tratados		2 579	5 624	5 774	
Biblioteca		290	215	130	60,5
Fundo Solidariedade Social		16	14	24	171,4
Fundo de Pensões – Resgates			979	212	21,7
Revista Contabilidade e Gestão - Artigos tratados		19	19	15	78,9
História da Contabilidade - Membros associados			78	11	14,1
Correspondência	Correspondência recebida e tratada	14 074	18 366	22 062	120,1
	Correspondência enviada		18 650	7 728	41,4
Exames	Colégios e inscrição	2 579	2 873	2 908	101,2
	Colégios, trabalhos discutidos		38	25	65,8
	Inscrição, questões analisadas		270	505	187
Fotocópias		139 471	226 452	107 632	47,5
Pasta TOC	Questões respondidas DAO/ CQ/Bastonário	3 573	4 220	5 697	135
Organizações Internacionais	Deslocações a congressos, reuniões e assembleias			12	
	Representantes			32	
Receção – Sede	Atendimento presencial a membros	6 205	5 880	6 191	105,3
	Atendimento central telefónico	64 718	40 633	35 842	88,2
	Registo total de entradas	24 986	23 075	18 719	81,1
Representações	Atendimento presencial	6 277	4 102	3 421	83,4
	Correspondência recebida		720	741	102,9
	Correspondência enviada		1 422	1 366	96,1
Valores recebidos		282 805€	336 814 €	301 662 €	89,6

## IV.II Departamento de Consultoria

Este departamento tem como missão elaborar as respostas às questões técnicas colocadas pelos membros, prestar assistência técnica ao Conselho Disciplinar em matérias conexas com o exercício da profissão, elaborar textos de cariz técnico para os meios de comunicação social e assegurar, em caso de necessidade, a execução de ações de formação para os profissionais.

Tem ao seu serviço 17 técnicos superiores e dois administrativos e funciona sob a orientação do vice-presidente do Conselho Diretivo, Armando Marques.

Em 2012 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Departamento de consultoria técnica   Desempenho em 2012						
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2011/12	Dif <sup>a</sup> %
<b>Atendimento de membros</b>	Presencial	518	494	546	52	10,53
	Telefónico	19 928	19 349	18 217	-1 132	-5,85
<b>Pareceres</b>	Solicitados à OTOC	8 462	8 662	8 796	134	1,55
	Emitidos, incluindo os em curso do ano anterior	7 448	7 698	7 567	-131	-1,70
	Em curso em 31 de dezembro	308	339	686	347	102,36
	Pareceres anulados	706	625	543	-82	-13,12
Pareceres emitidos para o Conselho Disciplinar		31	40	29	-11	-27,50
Artigos elaborados para a imprensa		160	161	70	-91	-56,52
Intervenção no programa «Conselho Fiscal» da TSF		102	104	101	-3	-2,88

**Atendimento presencial** - Foram efetuados, durante 2012, 546 atendimentos presenciais a membros nas instalações da OTOC.

**Atendimento telefónico** - Durante o ano de 2012 foram atendidos 18 217 telefonemas de caráter técnico, sendo o valor médio registado por mês de 1 518 telefonemas. É de referir um decréscimo de 1 132 em relação ao número de atendimentos telefónicos de 2011.

Os técnicos internos emitiram 6 991 pareceres de resposta a questões colocadas pelos membros, englobando também aquelas que transitaram do ano de 2011, o que confere uma autonomia a este departamento para responder às questões colocadas pelos membros de 93 por cento do total de respostas. Os consultores externos asseguraram 605 respostas.

O total de pareceres emitidos durante o ano de 2012 foi de 7 596, o que comparando com o ano de 2011, em que foram emitidos 7 738 pareceres significa um decréscimo do número de respostas de 142.

## IV.III Departamento de Comunicação e Imagem

O departamento de comunicação e imagem (DCI) funciona sob a orientação do Bastonário e tem a seu cargo toda a comunicação da Ordem com o interior e exterior, isto é, a comunicação aos membros e com a sociedade em geral.

No decorrer de 2012, a Ordem viveu uma verdadeira consolidação da sua notoriedade junto da opinião pública.

Já não é possível falar de impostos em Portugal sem se ouvir a opinião do Bastonário. Por efeito da sua intervenção, os cidadãos têm hoje uma consciência mais esclarecida dos impostos, da sua necessidade, da sua razoabilidade e, acima de tudo, dos efeitos que eles têm na vida das pessoas.

Outro dado relevante em termos de comunicação e imagem: em 2012 a Ordem passou, com distinção, num dos seus mais ambicionados testes, a realização do IV Congresso.

Integralmente idealizado e produzido pela equipa do DCI, a estrutura organizativa do congresso foi um sucesso tecnologicamente avançado. Foram utilizados os materiais mais sofisticados disponíveis no mercado.

A disponibilização no sítio da Ordem dos vídeos das ações mais marcantes realizadas em 2012 revelou-se de capital importância para dar conhecimento aos membros da vida e dinâmica da sua instituição reguladora, propiciando-lhes, de algum modo, a vivência de momentos históricos como foi o caso do IV Congresso, da iniciativa «A Soma das Partes» e de tantos outros eventos.

O DCI desenvolve a sua atividade em diversos campos de atuação, destacando-se o seguinte:

- Assessoria de imprensa ao Bastonário, através do seu responsável;
- Ligação aos órgãos de comunicação social;
- Edição geral, *design* e paginação de todas as publicações da Ordem: Revista TOC, Contabilidade e Gestão, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e Setor Empresarial do Estado, manuais, brochuras de apoio a seminários e conferências e manuais das diversas formações;
- Manutenção e edição de conteúdos no sítio na internet; gestão das ferramentas relacionadas com as redes sociais: *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*.
- Coordenação das gravações dos cursos de formação à distância;
- Gerir a participação nos espaços de opinião dos diversos jornais: Jornal de Negócios, Diário Económico, Vida Económica, Diário de Notícias da Madeira, e TSF;
- Organização e coordenação das conferências da Ordem, designadamente as que decorrem de parcerias com a TSF e o Diário Económico;
- Elaboração da documentação e cobertura de todas as conferências/seminários da OTOC;
- Produção e atualização do SITOC;
- Coordenação, edição e atualização do tempo de antena e do vídeo institucional;
- Difusão de *newsletter* aos membros;
- Edição-geral dos vídeos realizados para a plataforma Canal OTOC;

- 
- Coordenação do programa «Conselho Fiscal» na TSF e «Praça da Alegria», da RTP;
  - Produção dos Recortes OTOC e revista de imprensa diária disponibilizados aos membros e colaboradores.

Em 2012 foram publicados 12 números da Revista TOC e dois da Contabilidade e Gestão.

Elaborou-se, diariamente, a revista de imprensa, distribuída por *email* aos colaboradores e disponibilizada aos membros no Facebook, totalizando 220.

Manteve-se os Recortes OTOC, com periodicidade semanal, disponibilizados aos membros (e replicados na Pasta TOC, *Facebook* e *Twitter*) e aos colaboradores internos, totalizando 34.

No Jornal de Negócios e na Vida Económica foram publicados 120 artigos de opinião da autoria de colaboradores da Ordem.

Em 2012 manteve-se, no Diário Económico, a coluna quinzenal da autoria do Bastonário, totalizando 28 presenças.

Na área da comunicação externa, a OTOC aprofundou a parceria firmada com a prestigiada rádio TSF, mantendo o programa diário «Conselho Fiscal», emitido durante a semana, de manhã e à tarde, totalizando 205 emissões.

Para além disso, deu-se seguimento ao ciclo de conferências «A Soma das Partes», iniciado em julho do ano transato, organizando-se 11 eventos.

Também no âmbito da parceria com a TSF, foram organizadas duas conferências de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (em fevereiro) e do Anuário do Setor Empresarial do Estado (em dezembro).

Esta “aliança” ajudou a reforçar o posicionamento da Ordem na sociedade civil. A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido ainda mais a visibilidade da Instituição e da profissão, imprimindo-se maior credibilidade pública.

A OTOC foi ainda mais procurada pelos *media* em 2012, estabelecendo novos recordes de presença na comunicação social.

O Bastonário foi convidado a pronunciar-se com maior assiduidade sobre temas de atualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade, em programas de grande audiência e aceitação pública.

Pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir uma leitura apenas através dos números.

Contudo, destacamos o que constituiu as principais tarefas desenvolvidas em 2012, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.

Entrevistas de fundo   Bastonário – António Domingues de Azevedo					
Televisão		Jornais		Rádio	
TVI	1	Correio da Manhã	2	TSF	3
TVI24	1	Diário Económico	2	Antena 1	1
RTP Informação	3	Diário de Notícias	1		
RTP1 Programas «Sexta às 9», «Prós e Contras», «5 para a meia noite», «Praça da Alegria»	6	Vida Económica	2		
SICNotícias «Negócios da Semana»	2	jornal I	1		
		Agência Lusa	1		
		Pontos de Vista	1		
		País Económico	1		
		Opinião Pública	1		
<b>Total - 29</b>					

Em 2012 realizaram-se 29 entrevistas de fundo ao Bastonário da OTOC.

Por outro lado, e no total, a Ordem fez declarações aos *media*, através do seu Bastonário, em 714 ocasiões.

Em muitos dos eventos públicos (conferências) foram realizadas entrevistas ao Bastonário e efetuadas parcerias com diversos jornais, em termos de *media partner*, articuladas pelo assessor de imprensa.

Uma análise mais detalhada permite-nos constatar o enorme crescimento da Ordem nos órgãos de comunicação social durante 2012.

Este ano introduzimos ainda as referências publicadas nos órgãos de comunicação social *online*:

Na imprensa	558
Na rádio	613
Na televisão	225
Na internet	60

No total: 1456 referências. Foram registados apenas as declarações com substância e não referências à OTOC inseridas noutra contexto.

Contra factos não há argumentos. Os números demonstram bem o crescimento exponencial da presença da Ordem na sociedade, através da comunicação social.

Presença da OTOC - Órgãos de Comunicação Social 2012	
Imprensa / Televisão / Rádio / Online	
Janeiro	118
Fevereiro	127
Março	202
Abril	120
Maio	115
Junho	90
Julho	127
Agosto	61
Setembro	121
Outubro	127
Novembro	118
Dezembro	130
<b>Total</b>	<b>1 456</b>

A OTOC foi mencionada 1 456 vezes em 2012 na comunicação social, atendendo a que nas rádios e televisões as declarações passam mais do que uma vez. No ano transato, a Ordem tinha sido mencionada em 1 018 ocasiões, o que representa uma subida de cerca de 40 por cento.

Os prestigiados eventos organizados pela Ordem e as tomadas de posição várias sobre o funcionamento do sítio das declarações eletrónicas, as constantes alterações fiscais e o OE 2013, explicam o substancial incremento de referências relativamente ao ano transato.

Opinião Media/Colaboração Vida Económica/Jornal de Negócios   Artigos publicados	
Bastonário – António Domingues de Azevedo	28
Colaboradores OTOC (Jornal de Negócios e Vida Económica)	120
Conselho Fiscal (TSF)	205
<b>Total</b>	<b>353</b>

### Revista TOC e Contabilidade e Gestão

Em 2012 foram publicados 12 números da Revista TOC e dois da Contabilidade e Gestão. Cumpriu-se com o estipulado.

Todos os conteúdos foram produzidos e paginados pelo DCl.

#### Livros editados/Apresentados pela OTOC – 2012

Relato financeiro – Análise e interpretação – Cristina Gonçalves, Sant’Ana Fernandes, Dolores Santos e José Rodrigo	
Fiscalidade, Finanças Públicas e Relato Financeiro – João Catarino	
Lições de fiscalidade – João Catarino e Vasco Branco Guimarães	
Infrações Tributárias – Anotações ao regime geral – João Ricardo Catarino e Nuno Vitorino	
Novo Regime de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) – Avelino Antão, Armando Tavares, João Paulo Marques e Sandra Alves	
Contabilidade Analítica e de gestão – Maria Hélder Martins Coelho	
<b>Total</b>	<b>6</b>

#### Livros/brochuras editados

Brochura do V Encontro de História da Contabilidade
Plano global de formação e conteúdos programáticos 2012
Contabilidade e Gestão n.ºs 12 e 13
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010
Anuário Financeiro do Setor Empresarial do Estado 2011
Relatório e Contas 2011
Plano de Atividades e Orçamento 2013
Compilação dos trabalhos dos colégios de especialidade
57 manuais de formação (segmentada, eventual, permanente e distância)

Eventos assessorados pelo departamento	
A Soma das Partes – Setúbal	
VI Conferência Internacional GEOTOC – Porto	
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010 – Lisboa	
A Soma das Partes – Guarda	
A Soma das Partes – Santarém	
XXV Seminário CILEA – Braga	
O SNC e o justo valor – Coimbra	
A Soma das Partes – Beja	
A Soma das Partes – Braga	
Conferência A Importância do Anexo   Atribuição do Prémio Sousa Franco – Lisboa	
Entrega de certificados aos primeiros especialistas – Lisboa	
A Soma das Partes – Castelo Branco	
Cerimónia de entrega dos certificados aos novos membros – Lisboa	
Conferência A Reforma Administrativa e Financeira do Estado – Braga	
Jornadas de Homenagem a Rogério Fernandes Ferreira  Comemorações do Dia do ISCAL e dos 253 anos da Aula do Comércio – Lisboa	
A Soma das Partes – Coimbra	
A Soma das Partes – Évora	
Seminário O Impacto da Contabilidade e Fiscalidade na Agricultura (OTOC/CAP) – Santarém	
A Soma das Partes – Vila Real	
A Soma das Partes – Viseu	
Encontro dos TOC – Viseu	
A Soma das Partes – Leiria	
IV Congresso dos TOC – Lisboa	
Entrega dos certificados aos novos membros – Lisboa	
Observatório da Fiscalidade Portuguesa (Justiça Fiscal) – Lisboa	
XV Encontro da AECA – Ofir	
III Fórum Fiscalidade – Lisboa	
Observatório da Fiscalidade Portuguesa – Justiça Fiscal – Porto	
VII Conferência Internacional GEOTOC/IDEFF – Lisboa	
V Encontro de História da Contabilidade – Lisboa	
VII Conferência GEOTOC/IDEFF – Porto	
Os novos desafios da inspeção tributária – Barcelos	
Apresentação do Anuário do Setor Empresarial do Estado 2011 - Lisboa	
<b>Total</b>	<b>35</b>

Diversos	Totais
Telefonemas atendidos: - Confirmações de presenças em eventos (39%) - Propostas comerciais (publicidade, apresentações) (15%)  - Assuntos relacionados com o SITOC (30%) - Receção e reencaminhamento de chamadas para responsável do departamento (6%)  - Esclarecimentos relacionados com o sítio (6%) - Pedido de reenvio de revistas (3%)  - Assuntos relacionados com <i>design</i> e imagem (1%)	3 622
<i>Emails</i> respondidos	5 322
Dossiê de Imprensa	8

Departamento de Comunicação e Imagem   Desempenho em 2012						
Natureza	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Variação %	
Entrevistas	-	-	29			
OTOC nos <i>media</i>	1 021	1 018	1 456	438	43	
Opinião da Ordem nos <i>media</i>	110	189	353	164	86,8	
Revista <b>TOC</b>	12	12	12	0	0	
Revista Contabilidade e Gestão	1	2	2	0	0	
Livros editados	5	7	9	2	28,6	
Apresentação de livros	14	16	6	-10	-63	
Reportagens para canal TVTOC	10	57	180	123	216	
Administração do sítio (intervenções)	693	948	2 600	1652	174	
Inserções nas redes sociais:	<i>Facebook</i>	-	-	992	-	-
	<i>Twitter</i>	-	-	992	-	-
	<i>Flickr</i>	-	-	871	-	-
Revista de imprensa	248	254	239	-15	-5,9	
Recortes OTOC	52	52	34	-18	-35	
<i>Newsletter</i> OTOC (enviada aos membros)	80	175	179	4	2,29	
<b>Correspondência corrente expedida:</b>						
Convites (também eletrónicos)	3 800	4 200	5 530	1 330	31,7	
Cartas	210	108	1 337	1 229	1 138	
<b>Pasta TOC</b>						
Questões respondidas	150	348	206	-142	-41	
Atendimento telefónico a membros	9 250	3 100	3 622	522	16,8	

Departamento de Comunicação e Imagem   Desempenho em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	Variação %
Atendimento presencial a membros	20	120	125	5	4,17
Formação à distância	27	37	19	-18	-49
Organização de eventos	12	25	35	10	40
Paginação de manuais de formação		31	57	26	83,9
Parceria com a TSF	2	9	13	4	44,4
«Conselho Fiscal» (emissões)	479	484	410	-74	-15
Parceria com o Diário Económico	2	2	2	0	0
Informações à imprensa	35	41	41	0	0
Atualização do vídeo institucional	1	1	1	0	0

### Formação à distância

O DCI coordena, desde a experiência-piloto, as gravações dos cursos de formação à distância. Compete-lhe orientar, no âmbito da comunicação, a prestação dos formadores em todo o processo, bem como harmonizar os formatos disponibilizados aos membros.

Em 2012 foram feitas 11 gravações novas (apoio técnico de comunicação e imagem) e acompanhada a atualização de oito cursos.

### Tempo de antena

O DCI produziu e realizou o tempo de antena da Instituição transmitido em dezembro na RTP1 e RTP Madeira. Esteve ainda presente, nas instalações da RTP, na reunião de rateio do tempo de antena para 2013.

### Vídeo institucional

O vídeo que resume os 14 anos da Instituição foi atualizado uma vez para exibição na cerimónia de entrega de certificados aos novos membros, sempre com a supervisão do DCI.

### Intervenções no sítio

A página oficial da Ordem na internet continua a ser uma das prioridades no âmbito da estratégia de comunicação entre a Instituição e os membros. A atualização diária de notícias de carácter técnico e legislativo é uma das funções que cabe ao DCI. Como não podia deixar de ser, este departamento procede à inserção das notícias publicadas na imprensa sobre a OTOC ou envolvendo responsáveis do Conselho Diretivo ou colaboradores da Instituição.

---

Assim, foram inseridas, ao longo do ano, um total de 1 130 notícias, distribuindo-se pelos seguintes itens:

OTOC nos <i>media</i>	325
Novidades de âmbito técnico	235
Comunicados	70
Opinião	148
Revista de imprensa	239
Agenda do Bastonário	55
Iniciativas	54
Inquéritos	4

No total, contabilizámos, para além dos artigos anteriormente mencionados, 2 600 intervenções no sítio, considerando atualizações diárias e consecutivas relacionadas com inserções e/ou atualizações de programas e calendários de ações de formação. Isto perfaz uma média diária de 10 intervenções na página oficial.

#### **Novo sítio**

O DCI participou na planificação do novo sítio da Ordem, em atividade desde finais de 2011. Foram vários meses de estreita colaboração com o DSI e a empresa de informática, Seara, que ministrou ainda formação ao colaborador do DCI encarregue de administrar o sítio. Supervisionámos o processo de migração de conteúdos do sítio antigo e procedemos, em tempo real, à atualização da nova plataforma.

#### **Pasta TOC**

Menos regulares que no sítio, as inserções na Pasta TOC dizem respeito às secções «Newsletter», «Circulares» e «Formação». Registou-se um aumento na secção «Circulares» devido à atualização diária das notícias técnicas.

Inseriram-se 34 edições dos «Recortes OTOC/Imprensa»; inseriram-se 179 «Circulares» informativas aos membros, nomeadamente notícias de natureza contabilística e fiscal. Finalmente, foram ainda inseridos 110 diapositivos relativos a conferências e a ações de formação segmentada, eventual, permanente, conferências e sessões de esclarecimento.

As perguntas colocadas pelos membros por via da Pasta TOC suscitaram 206 respostas por parte dos elementos do DCI.

#### **Redes sociais**

As novas plataformas das “redes sociais” foram os mais recentes “territórios” explorados pela Ordem no mais estreito contacto com os seus membros. A OTOC tem uma presença assídua no *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*, com

---

atualizações ao minuto de notícias associativas e de presenças da Instituição nos media.

Assim, no ano de 2012, foram feitas 992 inserções no *Facebook* e no *Twitter*. Foram alojados 180 vídeos (Ordem na Rádio, Ordem na TV e reportagens) no *YouTube*.

Finalmente, no *Flickr*, uma rede social destinada a galerias de imagens, o DCI inseriu durante o ano transato 871 fotografias relativas a eventos promovidos pela Ordem.

## IV.IV Departamento de Funcionamento

Este departamento trata dos processos de inscrição, da emissão e registo dos recibos enviados aos membros quer de quotas, quer relacionados com a participação nos eventos organizados pela Ordem, regista os créditos da formação equiparada e todas as funções de carácter geral inerentes à Ordem, bem como apoio às reuniões livres, formação e outros eventos.

Tem ao seu serviço nove colaboradores, funciona sob a orientação das diretoras Filomena Moreira e Rita Cordeiro e, no decurso de 2012, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Departamento de funcionamento   Desempenho em 2012						
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2012/11	Dif <sup>a</sup> %
<b>Art.º 10.º</b>	Declarações recebidas e registadas	11 061	5 471	2 351	-3 120	-57
<b>ATD</b>	Requisições	0	0	0	0	0
<b>Atendimento telefónico</b>	Recebido (candidatos, estagiários e membros)	33 780	46 493	23 152	-23 341	-50,2
	Efetuada (candidatos, estagiários e membros)	13 447	7 540	4 492	-3 048	-40,4
		47 227	54 033	27 644	-26 389	-48,8
<b>Brochuras vendidas</b>		460	384	339	-45	-11,7
<b>Cadastro</b>	Alterações	18 861	18 305	8 749	-9 556	-52,2
<b>Cartões de acesso à formação</b>	Enviados	997	1 784	1 592	-192	-10,8
<b>Cédulas</b>	Enviadas no ano (cédulas + segundas vias)	168	0	0	0	0
<b>Certidões</b>	Inscrição, situação contributiva, situação perante a OTOC	124	94	165	71	75,5
<b>Correspondência</b>	Candidatos e estagiários	5 718	7 396	6 990	-406	-5,5
	Membros	4 650	3 807	7 516	3 709	97,4
		10 368	11 203	14 506	3 303	29,5

Departamento de funcionamento   Desempenho em 2012						
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2012/11	Dif <sup>a</sup> %
<b>Encontro Nacional dos TOC</b>	Inscrições	1 043	273	386	113	41,4
	<b>Formação OTOC</b>					
	Conferências	7 149	11 561	8 476	-3 085	-26,7
	Congressos	0	0	3 320	3 320	100
	À distância	8 951	15 616	8 255	-7 361	-47,1
	Eventual	47 879	35 056	36 499	1 443	4,1
	Permanente	320	505	445	-60	-11,9
	Recorrente	420	226	218	-8	-3,5
	Segmentada	8 367	11 653	5 759	-5 894	-50,6
	Reuniões livres – Noites SNC	39 760	0	0	0	0
	Reuniões livres	38 392	34 017	41 024	7 007	20,6
	Sessões de esclarecimento	3 187	16 988	15 719	-1 269	-7,5
		154 425	125 622	119 715	-5 907	-4,7
<b>Formação equiparada</b>	Inscrições	9 268	9 844	7 673	-2 171	-22,1
<b>Formação - Questionários</b>	Leitura e resumo para Conselho Diretivo	6 255	16 172	12 151	-4 021	-24,9
<b>Logística</b>	Reservas de alojamentos	247	116	175	59	50,9
	Reservas de auditórios	1 461	838	819	-19	-2,3
	Reservas de hospedeiras	430	248	136	-112	-45,2
	Reservas de catering	46 139	34 887	50 886	15 999	45,9
		48 277	36 089	52 016	15 927	44,1
<b>Membros - Reentradas e saídas</b>	Reinscrições	57	31	20	-11	-35,5
	Inativos	1 069	1 681	1 561	-120	-7,1
		1 126	1 712	1 581	-131	-7,7
<b>Processos de candidatura a TOC</b>	<b>Candidaturas</b>					
	Recebidos e analisados no ano	1 262	1 767	1 824	57	3,2
	Analisados do ano anterior	148	283	392	109	38,5
		1 410	2 050	2 216	166	8,1

Departamento de funcionamento   Desempenho em 2012						
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>º</sup> 2012/11	Dif <sup>º</sup> %
Estágio	Entradas no ano	167	124	147	23	18,5
	Estágios de ano anterior	129	101	116	15	14,9
		296	225	263	38	16,9
Exame	Entradas no ano	1 104	1 591	1 895	304	19,1
	Aguardar de ano anterior	2 045	1 706	1 286	-420	-24,6
		3 149	3 297	3 181	-116	-3,5
Membros admitidos	Membros - Após estágio e exame	280	94	413	319	339,4
	Membros - Após exame	788	1 135	830	-305	-26,9
		1 068	1 229	1 243	14	1,1
Pasta TOC	Mensagens entradas e saídas	4 692	4 862	4 489	-373	-7,7
Placas identificativas	Requisições	245	112	92	-20	-17,9
Quotas	Requisições e lançamentos de alteração de situação	207 739	217 364	225 690	8 326	3,8
Vinhetas	Requisições	230 335	214 410	207 340	-7 070	-3,3
<b>Total geral</b>		<b>758 594</b>	<b>724 535</b>	<b>693 382</b>	<b>-31 153</b>	<b>-4,3</b>

## IV.V Departamento Jurídico

O departamento jurídico tem como principal objetivo responder às questões colocadas pelos membros de natureza jurídica e interpretativa das leis, nomeadamente de natureza ética e deontológica do exercício da profissão, desempenhar a função de instrutor dos processos disciplinares, nos termos definidos no Estatuto da Ordem, instruir os processos que, nos termos do artigo 58.º devem ser enviados ao Ministério Público e outras entidades, responder a questões dos membros que se integrem na interpretação de aplicação das normas que os profissionais têm que observar no exercício da profissão, bem como, de uma forma geral, representar, mediante procuração do Bastonário, a Ordem nos tribunais. É ainda da sua responsabilidade a análise e gestão dos processos de cancelamento ou suspensão da inscrição, independentemente da sua origem. Gere ainda todas as questões relacionadas com os recursos de exames apresentados pelos candidatos ao júri de exame.

O departamento jurídico da Ordem integra 19 juristas, dos quais três são advogados e 10 administrativos, funcionando sob a orientação do vice-presidente do Conselho Diretivo, Armando Marques.

O desempenho do departamento está refletido no seguinte quadro:

Departamento Jurídico   Desempenho em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif. <sup>a</sup> 2011/12	Dif. <sup>a</sup> %
<b>Processos</b>					
Averiguações	981	1 185	935	-250	-21,1
Esclarecimentos	4 822	4 700	3 916	-784	-16,7
Pareceres	5	5	2	-3	-60,0
Recursos	34	10	24	14	140,0
Consulta	0	20	13	-7	
Cancelamentos compulsivos (Conselho Diretivo)	7	17	22	5	
Cancelamentos compulsivos (pena disciplinar)			4		
Cancelamentos oficiosos	188	192	184	-8	
Pedidos de cancelamento voluntário	939	1 335	1 199	-136	-10,2
Pedidos de suspensão voluntária	241	425	382	-43	-10,1
Suspensão compulsiva (pena disciplinar)	0	0	10	10	0,0
Suspensão oficiosa			1		
Pena acessória			6		
Remessa ao Conselho Disciplinar (após diligências no DJ)	119	151	147	-4	-2,6
Certidão			17		

Departamento Jurídico | Desempenho em 2012

Natureza	2010	2011	2012	Dif.º 2011/12	Dif.º %
Livro de reclamações			9	9	100
Ofícios de interpelação quotas			13 748		
Processos de quotas remetidos ao Conselho Disciplinar			2 464		
Correspondência expedida (Departamento Jurídico)			26 840		
Correspondência rececionada (Departamento Jurídico)			27 472		
<b>Pasta TOC</b>					
Questões respondidas	4 104	3 980	3 704	-276	-6,9
<b>Atendimento</b>					
Atendimento telefónico a membros	15 532	14 558	15 200	642	4,4
Atendimento presencial a membros	880	686	654	-32	-4,7
Atendimento presencial a não membros	3 514	3 363	3 404	41	1,2
<b>Contencioso</b>					
Ação administrativa especial			7		
Ação de trabalho			1		
Ação cível			4		
Instauração de ações executivas por não pagamento de multas	314	211	236	25	11,8
(Instauradas desde 2002)	1 610	1 850	2 088	238	12,9
<b>Em curso</b>	954	989	978	-11	-1,1
<b>Concluídas das quais:</b>	656	861	1 110	249	28,9
Pagas	410	709	888	179	25,2
Não pagas	246	152	222	70	46,1
<b>Instrução disciplinar</b>		-	-		
Relatórios para deduzir despacho acusação	960	536	556	20	3,7
Relatório para convolar proc inq. em proc. disciplinares	126	94	50	-44	-46,8
Relatórios com proposta de aplicação pena disciplinar	795	510	333	-177	-34,7

Departamento Jurídico   Desempenho em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif.º 2011/12	Dif.º %
Relatórios com proposta de arquivamento	1 359	1 589	1 433	-156	-9,8
<b>Correspondência expedida na instrução disciplinar:</b>					
Correspondência expedida no âmbito da instrução disciplinar	14 605	14 226	10 589	-3 637	-25,6
Correspondência rececionada no âmbito da Instrução disciplinar	18 739	16 748	13 967	-2 781	-16,6

Como se verifica, em 2012 foram instaurados 935 processos, o que significou um decréscimo de 21,1 por cento em relação a 2011.

Nos processos de averiguações, a grande maioria destina-se a aferir o alegado incumprimento do dever de lealdade, conforme dispõe o art.º 56.º, n.º 2 do EOTOC e o art.º 17.º, n.º 2 do Código Deontológico e a existência de motivo justificado para não encerrar o exercício fiscal, nos termos e para os efeitos do artigo 54.º, n.º 2 do EOTOC, bem como as denúncias apresentadas pelos clientes.

**Comparativamente ao ano de 2011, podemos sintetizar:**

Averiguações	- 21,1%
Esclarecimentos	-16,7%
Recursos	+140%
Pedidos de cancelamento voluntário	-10,2%
Pedidos de suspensão voluntária	-10,1%
Remessa ao Conselho Disciplinar	-2,6%

De notar, que as decisões finais sobre os processos são sempre do Conselho Disciplinar, limitando-se o departamento jurídico à fase da instrução dos processos.

Quanto à correspondência expedida, no âmbito dos processos de averiguações e de esclarecimentos, foram expedidos 4 951 ofícios.

Foram ainda expedidos 13 748 ofícios visando o pagamento das quotas sob pena de remessa ao Conselho Disciplinar.

**Pasta TOC** - No ano de 2012 foram respondidas através da Pasta TOC, 3 704 mensagens. Tal significou um decréscimo de 6,9 por cento relativamente a 2011.

De notar, que as mensagens na Pasta TOC, quando enquadráveis, geram processos de averiguações ou de esclarecimentos, salvo se respeitarem a diligências de processos em curso.

Atendimento	
Atendimento telefónico a membros	15 200
Atendimento presencial a membros	654
Atendimento telefónico e presencial a não membros	3 404

Tal significa que se verificou um ligeiro crescimento de 4,4 por cento de chamadas telefónicas de membros.

O atendimento presencial a membros registou um decréscimo 4,7 por cento.

No cômputo global, o atendimento telefónico e presencial a membros totalizou 15 854, o que se traduziu num acréscimo de 1 por cento.

O atendimento telefónico e presencial a não membros registou um aumento de 1,2 por cento.

**Contencioso** - O Conselho Disciplinar aplica as penas disciplinares que podem ir desde a pena de advertência, à multa, à suspensão da inscrição até três anos ou mesmo à expulsão da Ordem.

No caso da pena de multa não ser paga voluntariamente, no prazo de 30 dias, após a notificação do acórdão, o processo é encaminhado para cobrança coerciva nos tribunais. E é nesta fase que intervém os mandatários da Ordem com a instauração de ações executivas.

No cômputo global, desde 2002, foram já instauradas 2 088 ações executivas com vista à cobrança coerciva de penas de multa. Destas, 1 110 estão concluídas. Estão em cobrança coerciva 222 ações executivas.

**Instrução disciplinar** - Nove dos dez juristas que integram o departamento estão exclusivamente a instruir processos disciplinares e processos de inquérito. Um dos juristas tem como função assessorar o Conselho Disciplinar.

Deste modo, para dimensionar a produção dos juristas no âmbito do departamento, haverá que facultar os elementos relativos à sua produção no ano de 2012, dados que foram obtidos da análise estatística do Conselho Disciplinar:

Relatórios para deduzir despacho de acusação	556
Relatórios de convoção de processos de inquérito em processos disciplinares	50
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	333
Relatórios com proposta de arquivamento	1433

Correspondência no âmbito da instrução	
Expedida	10 589
Rececionada	13 967

## IV.VI Departamento de Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) é coordenado pelo diretor Jaime dos Santos e tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem desde a sua concepção ao desenvolvimento, incluindo as acções necessárias à sua manutenção com o objectivo de assegurar o funcionamento pleno da Ordem, nas suas diversas intervenções. Em 2012 integrou um novo membro na equipa que assim passou a operar com nove técnicos.

No ano objeto de relato, é de destacar os seguintes projetos:

- A aplicação interna de gestão de informação dos membros foi melhorada, tendo sido realizados trabalhos de desenvolvimento e otimização ao nível da programação, nomeadamente nas áreas:

### Conselho Disciplinar

Automatismo para gerar despachos de acusação.

- Análise e alteração de objetos de BD (tabelas), para contemplar necessidades relativas ao processo de despachos de acusação (correspondência jurídico, correspondência CD, utilizadores, fichas do CD)
- Ofícios de instauração de PDQ, listagens e documentos anexos

2011	2012	Evolução %
4 162	2 215	-46,78

- Estatística trimestral do Conselho Disciplinar.
- Análise, desenvolvimento e disponibilização de aplicação que fornece os dados para a estatística.
- Disponibilização de listagens em Excel do CD por formulário (findos sem termo de conclusão, notificações judiciais avulsas, listagem para ofícios de acórdão).
- Disponibilização de listagem em formulário de processos de quotas em curso, destinadas aos juristas, com finalidade de concluir os mesmos.
- Alteração do formulário de entrada de correspondência do CD (implementação de verificações para impedir erros recorrentes).
- Alteração do formulário de saída de correspondência do CD (implementação de verificações para impedir erros recorrentes).
- Implementação de várias verificações de segurança e/ou conclusões automáticas de campos, na ficha principal do CD.
- Análise, desenvolvimento e disponibilização de aplicação para o livro de advertências (Conselho Disciplinar).
- Análise e reconstrução da aplicação de registo de notificações judiciais avulsas, alteração dos moldes de navegação e inserção / consulta das mesmas
- Alteração dos moldes de inserção de motivos de devolução (caixa de seleção de confirmação).

### Jurídico

- Implementação no registo de correspondência devolvida no departamento de

---

correspondência com reflexo no jurídico (se pro. quotas, reflete no jurídico, dispensa inserção duplicada).

- Análise, desenvolvimento e disponibilização de aplicação para controlo de correspondência das quotas no jurídico (criar independência aos administrativos da área).
- Ofícios por dívida de quotas (6 a 10 vezes / ano).

2011	2012	Evolução %
20 585	16 502	-19,83

- Gestão de dívida de quotas, gestão de processos jurídicos por dívida.
- Filtragem de denúncia e posteriores instaurações de processos Disciplinares (PDQ)
- Análise, desenvolvimento e disponibilização de aplicação para pagamentos faseados.
- Melhorias ao nível das áreas de **Artigo 8.º e outros**, nomeadamente:
  - Evolução do desenvolvimento do sistema de sociedades de tocs (STOC), e sua integração com a pontuação do art8;
  - Desenvolvimento da integração do artº8 com o artº10;
  - Evolução do desenvolvimento dos critérios de pontuação obtidos nas acções de formações e sua integração nos biénios respectivos;
  - Desenvolvimento do sistema de automatização dos despachos de acusação pelos instrutores dos processos no Conselho Disciplinar;
  - Alteração do novo guia do controlo de qualidade para as equipas de campo;
  - Alteração dos critérios do sorteio do controlo de qualidade (inclusão das STOC).

### Formação

- Análise, desenvolvimento e disponibilização da possibilidade de inscrição de formandos não portugueses nas ações de formação. Disponibilização de funcionalidades para: a confirmação de inscrições, consulta, extração de listagens, exportação para Excel, controlo da lotação e listagens de pagamentos Visa.
- Preparação da aplicação de gestão da formação de forma a permitir a gestão das salas no IV Congresso Nacional dos TOC.
- Preparação da aplicação de gestão da formação de forma a permitir a inscrição em opções no XIII Congresso Internacional de Custos.
- Criação na área da formação de um resumo diário para transferências e outro para anulações.
- Poder registar o NIB para efeitos de reembolso aquando da inscrição nas formações.
- Adaptação da área do lançamento dos créditos por presença na formação de forma a controlar os membros presentes sem inscrição.
- Melhoria na consulta da informação das referências, através da criação de um campo para o total das referências geradas válidas na área de consulta de referências da formação.

---

### **Candidatos e estagiários**

- Melhoria na área de controlo dos exames, foi incluído um campo para a data de exame pretendida, controlo aquando da convocação para exames.
- Alterações nas listagens de candidatos e estagiários, nomeadamente, a inclusão do BI, nas listagens de candidatos por distrito e estagiários por distrito. Incluída a coluna de observações. Adaptação das listagens em cumprimento das regras atualmente em vigor, do regulamento de inscrição, estágio e exame profissional.
- Alteração e otimização do processo de passagem de estagiários a membros.

### **Quotas**

- Alteração e otimização do procedimento de emissão de recibos quando o pagamento é feito por Visa.
- Alteração e otimização do mecanismo de geração de referências trimestrais de quotas, nomeadamente a partição dos ficheiros.
- Disponibilizada a possibilidade de exportação para ficheiro Excel da informação dos pagamentos de quotas por Multibanco e CTT.
- Otimização do código de emissão de recibos na sede.

### **Contabilidade**

- Desenvolvimento e disponibilização de uma área que permite a consulta da informação.
- integração de todos os recibos anulados (ATD, diversos, formação, formação à distância, multas, quotas, taxas e emolumentos e vinhetas).

### **Ficha de dados pessoais do membro**

- Acrescentada informação sobre a área de especialidade.

### **Auditoria dos dados**

- Foi feito um reforço ao nível dos mecanismos de auditoria dos dados.

### **Diversos**

- Foi criada uma área para consulta de referências multibanco válidas dos diversos.

### **Artigo 10.º**

- Desenvolvimento de uma área nova de gestão dos dados do Artigo 10.º, que permite o acesso integrado à informação e uma fácil gestão da mesma.

Foi feita a comunicação com a DGITA de 1 912 alterações de situação perante a Ordem, em envios mensais (3 213 em 2011).

Foram geradas referências trimestrais de quotas para pagamento no multibanco:

Período	Total referências geradas			Total membros c/Ref <sup>o</sup>			Emails enviados			Total envio para CTT		
	2011	2012	Evolução %	2011	2012	Evolução %	2011	2012	Evolução %	2011	2012	Evolução %
1º trimestre	142 941	127 316	-10,93	70 167	68 542	-2,32	59 237	57 748	-2,51	11 414	13 631	19,42
2º trimestre	144 122	138 267	-4,06	66 185	64 590	-2,41	55 196	54 516	-1,23	15 744	11 407	-27,55
3º trimestre	138 916	130 779	-5,86	65 067	64 543	-0,81	55 187	54 604	-1,06	9 997	15 528	55,33
4º trimestre	134 872	128 147	-4,99	63 483	62 900	-0,92	53 474	53 374	-0,19	13 632	12 566	-7,82

Foram disponibilizados no sítio da OTOC na internet:

Acesso a informações de créditos, artº 10º e biénios no âmbito do Controlo de Qualidade;

- Melhorias em funcionalidades já existentes;
- Resultados dos exames de acesso à OTOC:

2011		2012	
Exame	Quantidade	Exame	Quantidade
26 de fevereiro	888	11 de fevereiro	939
18 de junho	923	2 de junho	953
15 de outubro	1 157	20 de outubro	1 173
<b>Total</b>	<b>2 968</b>	<b>Total</b>	<b>3 065</b>

- Renegociação de contratos para redução de custos;
- Otimização do *script* do sistema de atendimento telefónico, com incremento de novas opções e novas guias de voz.

#### Levantamento de soluções:

- *Upgrade* do sistema de voz;
- Para aquisição de software, ou renovação de licenciamentos;
- Outros novos projetos e melhoramento de existentes.

#### Suporte Técnico:

- Novo certificado do server do *webmail*;
- Passagens de membros/estagiários/rejeitados: 33;
- Substituição de PC obsoletos ou avariados;
- Gestão de avarias várias;
- Gestão do *software/hardware* de controlo de acessos das ações de formação;
- Instalação de nova versão do programa de controlo de acessos de formação;
- Criação de contas de *email* de apoio ao congresso IIC 2013;
- Apoio ao TOC Online, vertente certificados de segurança;
- Preparação e envio de 11 *emailings*;

- *Emailings* para gráficas: 6;
- Receção/resposta/encaminhamento a 213 *emails* de membros.

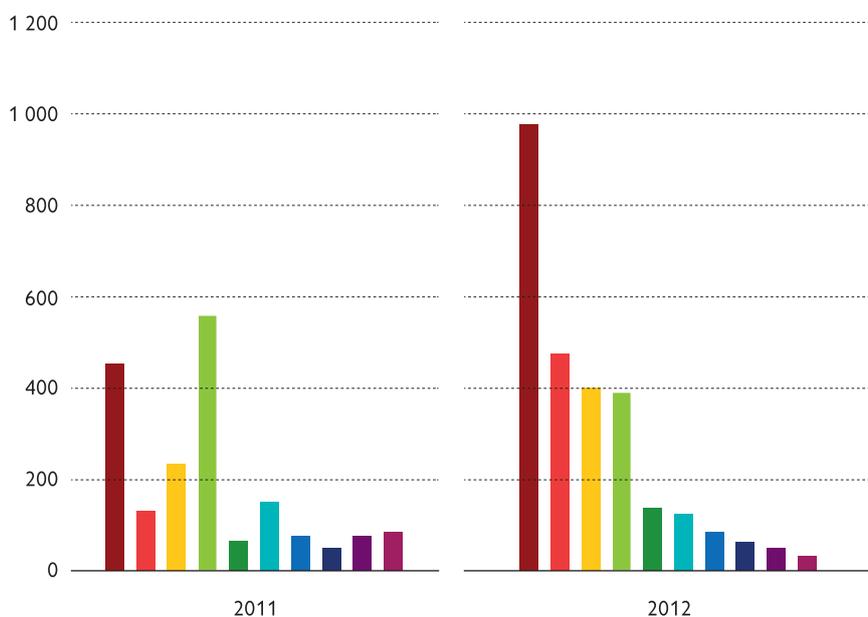
#### **Redes e Sistemas:**

- Implementação do Citrix como forma de partilhar informação actualizada com as representações;
- Migração de XP para *Windows 7* e 8;
- *Upgrade* versões *Office 2003* para 2010 e 2013;
- Análises de *hardware* e *software* adquirido para novo domínio, *storage* e sistema de *email*;
- Estabilização do sistema de *e-learning* e “importação” para os servidores da OTOC dos vídeos destas formações;
- Migração de todos os sistemas de base de dados e Pasta TOC para a plataforma virtualizada *Oracle VM*;
- Inquérito sobre reuniões livres;
- Novo *website* OTOC;
- Virtualização dos servidores que suportam o website;
- Criado fórum para coordenadores de reuniões livres;
- Criação de microsítios;
- Entrada em produção do projeto TOCOnline.

Os elementos de funcionalidade do DSI em comparação com o ano anterior:

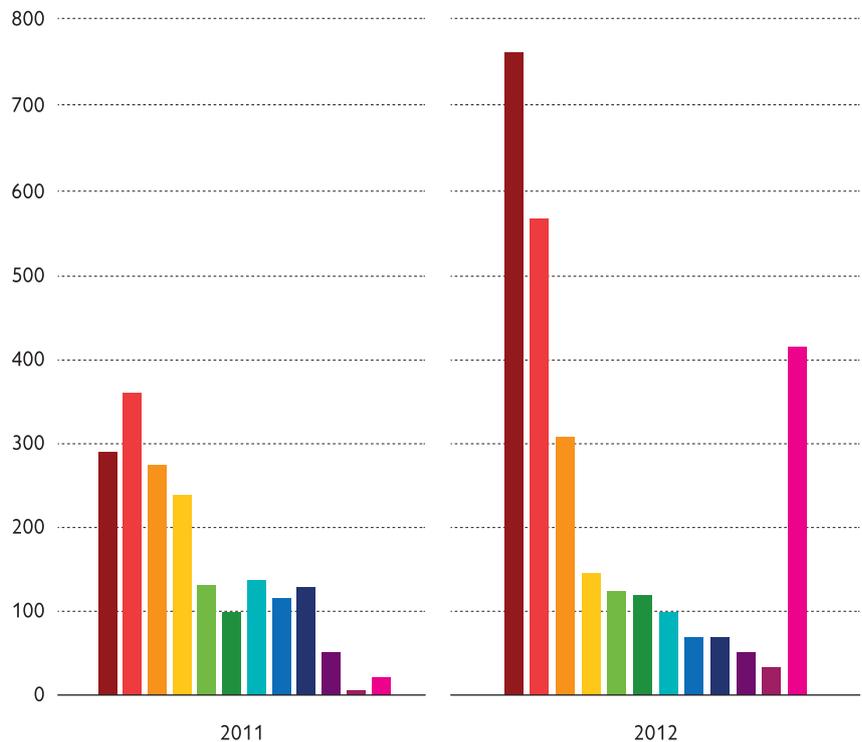
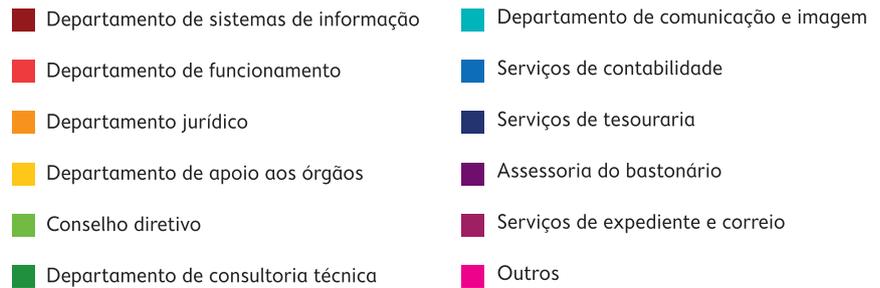
Pedidos internos - <i>Helpdesk</i>	2011	2012	Evolução %
Suporte técnico	460	987	114,57
Outros	139	477	243,17
Suporte administrativo	234	400	70,94
Programação Oracle	563	392	-30,37
Sítio	66	136	106,06
Informações/análises/esclarecimentos técnicos	148	122	-17,57
Telefones (equipamento/aplicações)	76	89	17,11
Acessos	54	63	16,67
Pasta TOC	72	53	-26,39
Bases de dados	84	33	-60,71
<b>TOTAIS</b>	<b>1896</b>	<b>2752</b>	<b>45,15</b>

## HELPDESK (por tipo de pedido)



Solicitados por:	2011	2012	Evolução %
Departamento de sistemas de informação	296	770	160,14
Departamento de funcionamento	368	570	54,89
Departamento jurídico	280	309	10,36
Departamento de apoio aos órgãos	245	143	-41,63
Conselho diretivo	135	122	-9,63
Departamento de consultoria técnica	102	118	15,69
Departamento de comunicação e imagem	138	94	-31,88
Serviço de contabilidade	116	67	-42,24
Serviço de tesouraria	132	67	-49,24
Assessoria do Bastonário	52	48	-7,69
Serviço de expediente e correio	8	30	275,00
Outros	24	414	1625,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1 896</b>	<b>2 752</b>	<b>45,15</b>

## HELPDESK (por departamento/serviço)



Para além do apoio interno, o DSI continuou a dar apoio externamente:

Atendimento	2011	2012	Evolução %
Telefónico	3 203	4 282	33,69
Email	448	213	-52,46
Presencial	7	4	-42,86
Pasta TOC	449	492	9,58

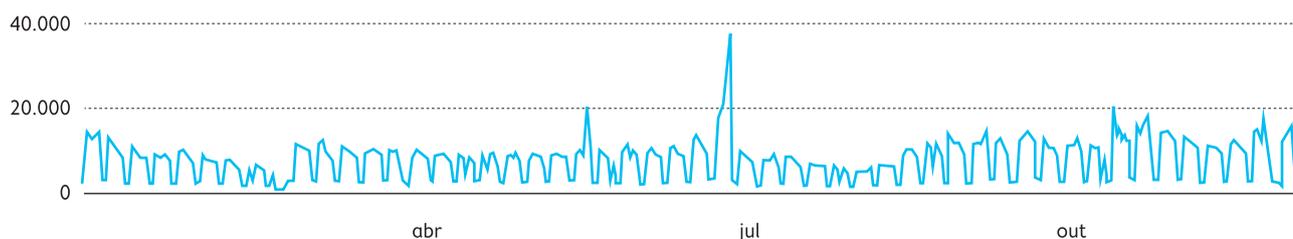
Enviou as referências para os membros, através de 11 *emailings* e 6 listas para emissão de *mailings* na gráfica.

O novo *layout* do sítio entrou em vigor em 2012 e o DSI acompanhou os trabalhos de implementação, tendo solicitado/implementado alterações e melhorias ao/no mesmo. Ao longo do ano, registaram-se:

Sítio e Pasta TOC	2011	2012	Evolução %
Acessos com autenticação de membros registados	1 635 328	1 303 425	-20,30
Atualizações de empresas	446 795	764 886	71,19
Atualizações de dados (sítio + Pasta TOC)	55 906	49 683	-11,13
Mensagens colocadas no fórum	53 491	39 715	-25,75
Declarações de pontuação submetidos	27 516	11 188	-59,34
Questões colocadas Pasta TOC	25 182	25 599	1,66
Inscrições Empresa na Hora	657	481	-26,79
Pedidos de complemento de reforma submetidos	523	98	-81,26
Inscrições Empresa na Hora - Estrangeiros	259	212	-18,15

Em 2012, o sítio da OTOC registou 2 613 420 visitas (+7.11% sobre 2011) com 20 499 083 visualizações de página (+8.32% sobre 2011), mantendo-se a mesma média de 7,76 páginas vistas por visita.

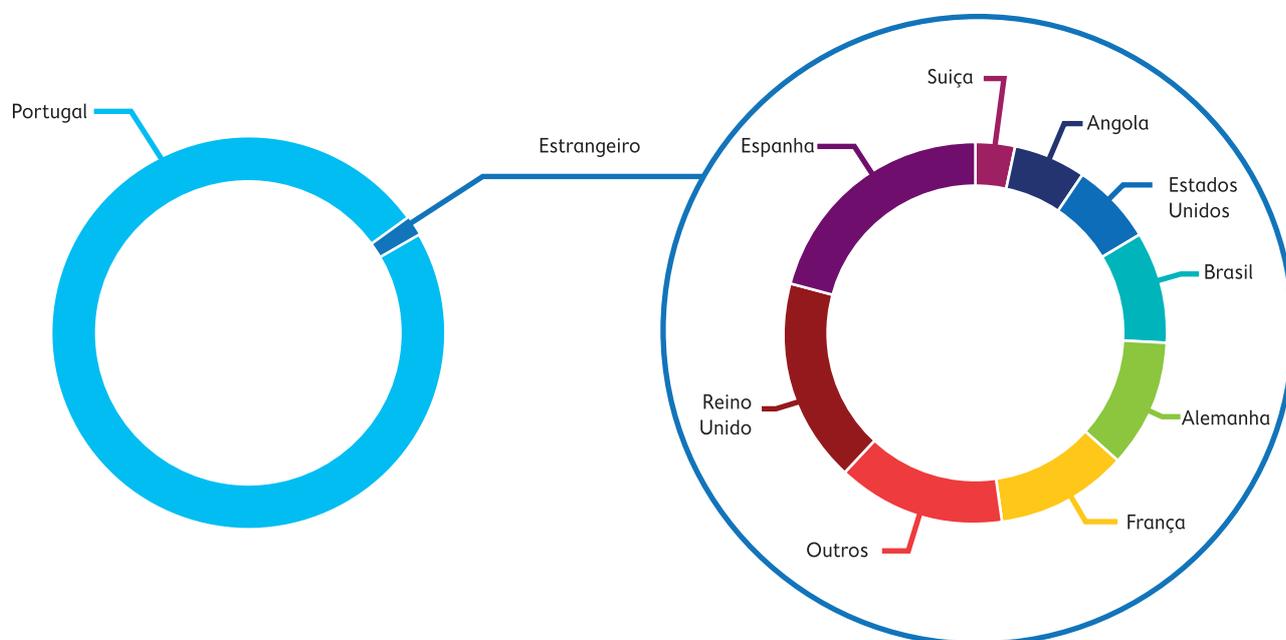
## VISITAS AO SÍTIO (volume de tráfego)



Os visitantes distribuíram-se geograficamente (por ordem decrescente de acessos), designadamente por:

País origem do acesso	Quantidade de acessos		Evolução %
	2011	2012	
Portugal	2 386 100	2 556 260	7,13
Espanha	8545	10 302	20,56
Reino Unido	7861	8461	7,63
França	5522	5473	-0,89
Alemanha	6543	5429	-17,03
Brasil	5884	4627	-21,36
Estados Unidos da América	2941	3336	13,43
Angola	3056	3035	-0,69
Suíça	1577	1602	1,59

## VISITAS AO SÍTIO (distribuição geográfica)



Para aceder ao sítio da OTOC, verificou-se a utilização dos seguintes *browsers* (apenas apresentados os 10 mais)

Browser de acesso	2012	%
Internet Explorer	1 976 573	75.63
Chrome	2 92 536	11.19
Firefox	265 801	10.17
Safari	43 530	1.67
IE com Chrome Frame	13 939	0.53
Android Browser	9 675	0.37
Opera	6 591	0.25
Mozilla Compatible Agent	2 273	0.09
Safari (in-app)	1 555	0.06
Opera Mini	432	0.02



Verifica-se também um aumento no acesso por equipamentos móveis, a saber: 35.301 visitas (+234% relativamente a 2011) que correspondem a 162.585 visualizações de páginas (+281% relativamente a 2011)

Diariamente o DSI processa os pagamentos automáticos das várias fontes e de várias naturezas, conforme indicado no quadro abaixo:

	Pagamentos por Visa			Pagamentos por Multibanco		
	2011	2012	Evolução %	2011	2012	Evolução %
Quotas	9 429	8 891	-5,71	35 303	32 853	-6,94
Formação	7 698	8 599	11,70	52 366	56 624	8,13
Formação à distância	3 121	1 334	-57,26	11 541	6 384	-44,68
Vinhetas	560	568	1,43	3 946	3 881	-1,65
Taxas e emolumentos	52	57	9,62	262	347	32,44
Diversos	15	32	113,33	133	142	6,77
Multas	0	1	100,00	3	7	133,33
<b>Total</b>	<b>20 875</b>	<b>19 482</b>	<b>-6,67</b>	<b>103 554</b>	<b>100 238</b>	<b>-3,20</b>

## PAGAMENTOS AUTOMÁTICOS



Mantivemos a competência de criar e gerir os cursos de formação à distância e acrescentámos ainda a gestão dos vídeos em servidores internos.

	2011	2012	Evolução %
<b>Cursos</b>	24	37	54,17
<b>Reedições</b>	8	17	112,50
<b>Inscrições</b>	15 637	8 238	-47,32

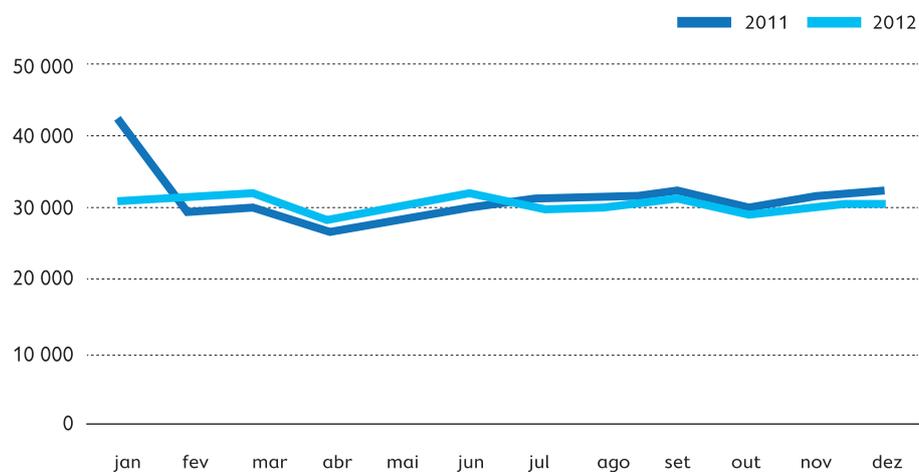
Membros inscritos nas formações à distância, por distrito:

Distrito	Membros inscritos na Formação à Distância	% inscrições na Formação à distância versus Total TOC no distrito
Açores	58	7,40
Aveiro	403	7,43
Beja	45	8,49
Braga	290	5,79
Bragança	49	9,94
Castelo Branco	85	7,31
Coimbra	205	7,01
Évora	60	7,56
Faro	170	7,46
Guarda	45	6,18
Leiria	184	5,81
Lisboa	1 438	6,47
Madeira	72	6,69
Portalegre	42	7,68
Porto	902	6,35
Santarém	147	5,49
Setúbal	456	7,52
Viana do Castelo	70	6,47
Vila Real	56	7,24
Viseu	110	6,67
Sem distrito identificado	68	4,35

Suporte no envio de dados para as seguradoras relativamente ao Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (SRCP):

	2011	2012
Janeiro	41 591	30 469
Fevereiro	28 948	30 779
Março	29 752	31 365
Abril	27 262	28 224
Mai	28 631	29 074
Junho	29 860	30 867
Julho	30 361	29 910
Agosto	30 334	30 006
Setembro	31 346	31 265
Outubro	29 400	29 716
Novembro	30 635	30 091
Dezembro	31 358	30 714

## MEMBROS COM DIREITO A SRCP

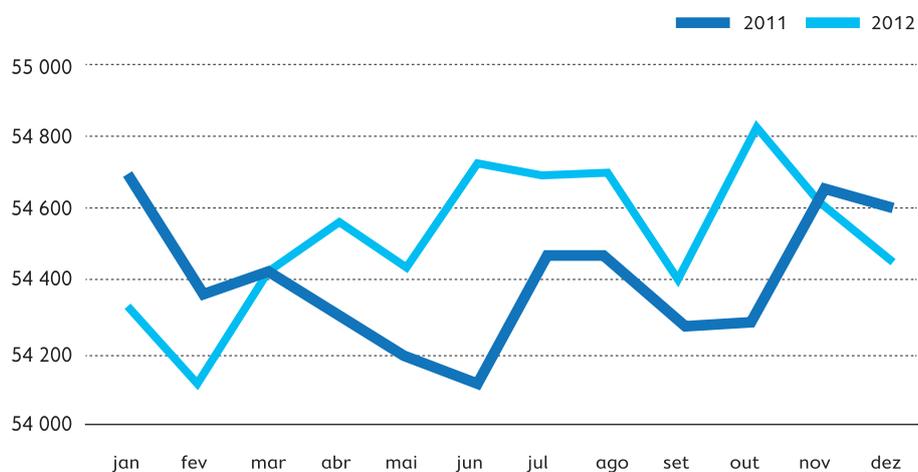


Em fevereiro de 2011, adicionou-se o filtro do art.10º para o SRCP, ou seja, apenas os membros a exercer têm, direito ao SRCP, por isso o decréscimo acentuado na quantidade de TOC.

Relativamente ao Seguro de Saúde (SS):

	2011	2012
<b>Janeiro</b>	54 722	54 325
<b>Fevereiro</b>	54 376	54 113
<b>Março</b>	54 439	54 440
<b>Abril</b>	54 333	54 574
<b>Maio</b>	54 197	54 461
<b>Junho</b>	54 142	54 748
<b>Julho</b>	54 478	54 713
<b>Agosto</b>	54 473	54 713
<b>Setembro</b>	54 291	54 418
<b>Outubro</b>	54 298	54 858
<b>Novembro</b>	54 680	54 644
<b>Dezembro</b>	54 635	54 473

## MEMBROS COM DIREITO A SS



---

O sistema de atendimento automático, que teve uma avaria a 18 de dezembro de 2012, registou os seguintes movimentos:

<i>Atendimento automático e call center</i>	2011	2012 (até 18 dez.)	Evolução %
Total de chamadas do <i>call center</i> /fornecedores/efetuadas	589 690	394 201	-33,15
Pedidos de suporte interno	76	89	17,11
Intervenções externas	6	4	-33,33
Chamadas atendidas através de <i>call center</i>	254 000	218 116	-14,13

## IV.VII Serviço de Contabilidade

O serviço de contabilidade, que funciona sob a orientação do diretor Manuel Vieira, tem como missão executar todas as operações contabilísticas relacionadas com a contabilidade da Ordem, bem como proceder ao processamento mensal dos salários e manter os registos do pessoal.

Tem ao seu serviço três colaboradores.

No decurso de 2012 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Serviços de Contabilidade   Desempenho em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2011/12	Dif <sup>a</sup> %
<b>Documentos contabilizados:</b>					
Caixa	187	186	157	-29	-15,59
Cobranças através bancos	5 943	6 561	6 579	18	0,27
Pagamentos via bancos	8 162	8 757	7 438	-1 319	-15,06
Faturas/documentos equivalentes	6 135	6 194	5 704	-490	-7,91
Operações diversas	7 007	7 801	7 155	-646	-8,28
<b>Total documentos</b>	<b>27 434</b>	<b>29 499</b>	<b>27 033</b>	<b>-2 466</b>	<b>-8,36</b>

No mapa acima verifica-se uma diminuição no número de documentos tratados durante o exercício.

#### IV.VIII Serviço de Recepção e Expedição de correio

Este serviço funciona sob a orientação do diretor Jaime dos Santos, receciona e regista toda a correspondência recebida por via postal e eletrónica, bem como procede à distribuição das questões colocadas na Pasta TOC.

Tem ao seu serviço três colaboradores e, no ano de 2012, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Serviço de receção e expedição de correio   Desempenho em 2012						
Natureza		2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2011/12	Dif <sup>a</sup> %
<b>Correspondência</b>	Recebida	41 713	43 193	40 094	-3 099	-7,17
	Registos de cartas	20 358	22 270	24 911	2 641	11,86
	Correio devolvido	12 969	16 244	13 527	-2 717	-16,73
	Vales postais recebidos	246	269	252	-17	-6,32
	Cheques recebidos	5 809	4 561	3 422	-1 139	-24,97
<b>Email recebidos e encaminhados Pasta TOC</b>		3 848	3 664	4 377	713	19,46
<b>Entradas Pasta TOC</b>		17 587	18 265	18 433	168	0,92

De salientar o decréscimo de correspondência recebida em virtude do recurso à transmissão eletrónica de correspondência.

O aumento de envio de correio registado deve-se às diversas notificações efetuadas pelo departamento jurídico para efeitos de instrução de processos.

## IV.IX Serviço de Tesouraria

O serviço de tesouraria, que funciona sob a orientação do diretor Manuel Vieira, tem como função fazer a gestão dos meios líquidos financeiros da Ordem.

Procede ao pagamento das despesas e controle da receita, independentemente do meio utilizado. Tem ao seu serviço três colaboradores e, no decurso de 2012, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Tesouraria   Desempenho em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2011/12	Dif <sup>a</sup> %
<b>Cobrança de quotas/inscrições formação</b>					
Via sítio OTOC sistema <i>online</i> / Unicre MB net	96 106	100 851	100 061	-790	-0,8
Via CTT	4 614	1 550	1 262	-288	-18,6
Receção cheques/Vales postais	5 208	6 229	5 920	-309	-5
Cobranças via entidade bancária	5 943	6 560	6 247	-313	-4,8
Via Multibanco	141 078	140 161	150 234	10 073	7,2
Débitos diretos	885	1 564	1 034	-530	-33,9
<b>Pagamentos:</b>					
Cheques emitidos	3 198	2 234	902	-1 332	-59,6
Transferências bancárias	3 040	6 433	6 625	192	3
Débitos bancários	0	90	0	-90	0
Correspondência expedida	271	80	52	-28	-35
Faturas/recibos profissional liberal rececionados	6 135	6 194	7 427	1 233	19,9
<i>Emails</i> recebidos	1 464	1 890	1 762	-128	-6,8
Questões respondidas via Pasta TOC	648	522	443	-79	-15,1
Telefonemas recebidos	10 669	21 033	8 994	-12 039	-57,2

De salientar o aumento de cobranças via multibanco, bem como a diminuição dos telefonemas recebidos em virtude dos contactos se verificarem via eletrónica.

---

# V

## Comissões

Em função da especificidade dos temas a tratar, as comissões existentes na Ordem podem ter uma característica de permanência, sendo denominadas por comissões permanentes ou de duração limitada no tempo, sendo nesse caso denominadas por comissões eventuais.

No que respeita às comissões permanentes, a Ordem, no decurso de 2012, teve em funcionamento as seguintes comissões:

História da Contabilidade, Júri de Exame de Admissão à Ordem, Controle da Qualidade, Acompanhamento de Estágios.

Relativamente às comissões eventuais, no decurso de 2012 existiu a comissão de verificação junto das escolas do cumprimento dos protocolos de dispensa de estágio e verificação e controle de funcionamento da formação equiparada, junto das entidades acreditadas pela Ordem.

As comissões permanentes, coordenadas pelo Bastonário, executaram as funções que foram definidas na sua criação e ao longo de 2012 apresentaram a seguinte atividade:

---

### V.I Comissão da História da Contabilidade

Esta comissão tem como objetivo dinamizar, tratar e executar todas as ações relacionadas com a história da Contabilidade.

É presidida por Lúcia Lima Rodrigues, sendo ainda seus elementos Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva e Hernâni Olímpio Carqueja que tomou posse em virtude do falecimento de Joaquim Guimarães.

Em 2012 teve a seguinte atividade:

- Concebeu e organizou o V Encontro de História da Contabilidade, realizado na Torre do Tombo, em Lisboa, a 9 de novembro, sendo a palestra magna proferida pelo Professor Hernâni Olímpio Carqueja. Este encontro contou também com uma comunicação do Professor Jorge Tua Pereda.
- De salientar que neste evento foi assinado um protocolo com a Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES).
- Também neste Encontro se prestou uma singela homenagem a Joaquim Fernando da Cunha Guimarães, com a projeção de um filme que relata um pouco da vida daquele que durante anos foi vogal desta comissão.

---

### V.II Júri de Exame

O júri de exame é presidido por Pedro Roque, sendo coordenado pelo Bastonário. Integram ainda aquele júri as seguintes individualidades: Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva, José Alberto Pinheiro Pinto, Avelino Antão, António Pires Caiado, Ezequiel Fernandes e Fernando Pega Magro.

---

Tem como missão conceber, preparar, organizar e realizar em todo o território nacional os exames de admissão à Ordem.

Em 2012 realizaram-se os seguintes exames:

Exames para admissão à OTOC			
Data	Nº candidatos	Taxa aprovação	Localidades
11 de fevereiro	883	42,24	Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu
2 de junho	899	33,59	
20 de outubro	1 105	50,14	

Do ponto de vista organizacional e logístico, os exames decorreram com toda a normalidade.

Em 2012 manteve-se o esforço relativo ao número de localidades em que os exames se realizaram, que ascenderam a 15, o que representa uma mobilização logística assinalável.

No que respeita à composição do júri de exame, em virtude do falecimento de Domingos Cravo, foi nomeado para o substituir Fernando Pega Magro.

---

Esta comissão é presidida por António Lopes Pereira, sendo vogais Carlos Grenha, Manuel Teixeira, Pedro Caeiro e José M. Veiga Pereira e, em representação do Conselho Diretivo, Jaime dos Santos.

Em 2012, a CCQ focou-se na prossecução dos seguintes objetivos:

- Dar seguimento aos CQ em curso, bem como àqueles que foram acionados por despacho específico do Conselho Diretivo. Deste modo, na sua atividade corrente, a CCQ, no ano de 2012, apreciou e elaborou propostas de despacho para 618 processos de CQ, cujos resultados se podem sintetizar no quadro seguinte:

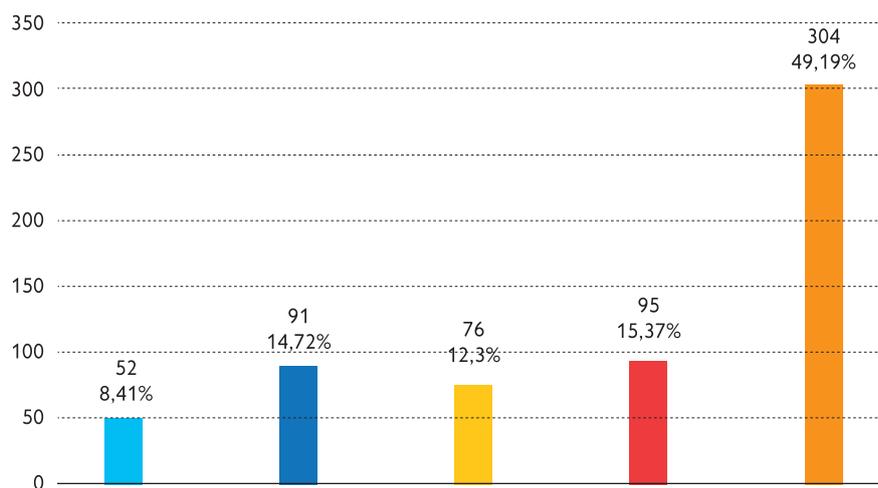
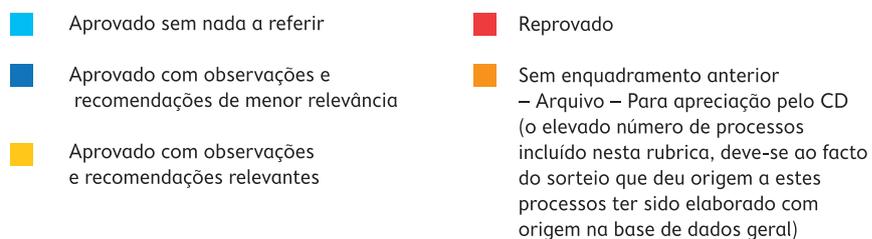
---

### V.III Comissão de Controle de Qualidade

---

## PROCESSOS ANALISADOS COM DESPACHO DEFINITIVO

---



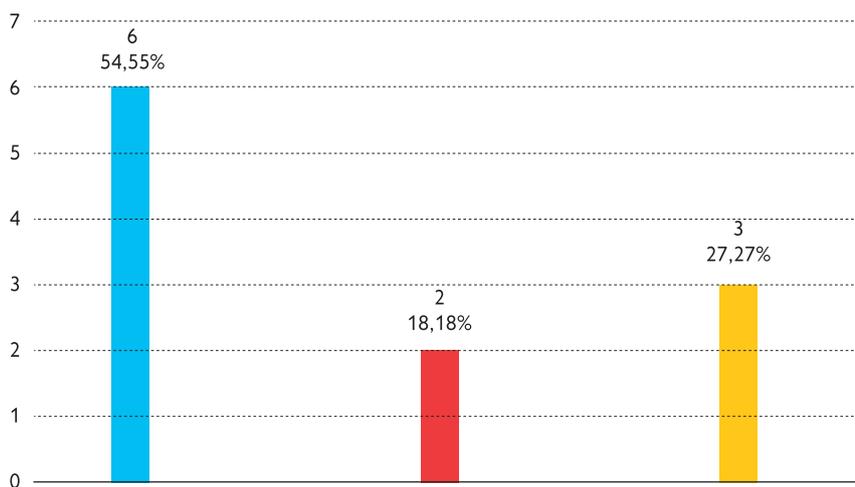
Em resultado dos CQ, o Conselho Diretivo remeteu para eventual procedimento disciplinar sete processos.

Efetuar os CQ abertos em consequência dos pedidos de derrogação dos limites da atividade nos termos do n.º 5 do art.º 8.º do EOTOC.

Foram abertos, no ano em apreço, 11 processos para efeitos da derrogação dos limites de pontuação cujos resultados foram os seguintes:

## DERROGAÇÕES

- Concedidas
- Não concedidas
- Em apreciação



Considerando absolutamente estratégica e fundamental a atitude das Equipas de Controlo de Qualidade (ECQ), julgamos fundamental dar-lhes uma atenção especial.

Neste sentido, os membros da CCQ, realizaram duas reuniões plenárias com as ECQ, com o objetivo de uniformizar critérios de avaliação e procedimentos de abordagem aos colegas a controlar.

A CCQ manteve um contacto muito próximo com as equipas de CQ, por forma a resolver atempadamente os problemas que surgiram durante a preparação e efetivação dos Controlos de Qualidade que lhes foram atribuídos.

A CCQ, em 2012, realizou 15 reuniões plenárias, para além das sessões de trabalho dos seus membros para análise dos processos de CQ.

- Em cumprimento do art.º 12.º do Regulamento do Controlo de Qualidade (RCQ) foi elaborada uma proposta para o sorteio público do CQ que se realizou na sede da OTOC, em 17 de dezembro de 2012.

---

## V.IV Comissão de Acompanhamento de Estágios

Pretende-se que os estágios profissionais sejam uma oportunidade para todos os que querem ingressar na profissão tomem contacto com a sua realidade funcional e a forma de a executar no dia-a-dia.

Atendendo à sua importância e à novidade que representa para a profissão, entendeu-se necessário que a Ordem chegasse até aos locais onde se realizam os estágios e de uma forma pedagógica e incentivadora da prática dos estágios, isto é, transmitir aos jovens profissionais, os valores e as dificuldades que envolve o exercício da profissão.

Com esse objetivo, funcionaram equipas ao nível distrital, que tiveram como missão o cumprimento do descrito.

Em 2012, esta comissão teve como desempenho visitas locais de acompanhamento de estágios nos seguintes locais:

Distrito	Total
Braga	6
Bragança	2
Castelo Branco	1
Coimbra	7
Faro	6
Guarda	3
Leiria	4
Lisboa	22
Portalegre	3
Porto	14
Região Autónoma dos Açores	8
Região Autónoma da Madeira	4
Santarém	2
Setúbal	6
Viana do Castelo	2
Vila Real	3
Viseu	1
<b>Total Geral</b>	<b>94</b>

Conforme já se referiu, para além das comissões permanentes, em 2012 estiveram em funcionamento na Ordem, sob orientação do Bastonário, as seguintes comissões eventuais:

---

## V.V Comissão de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada

A Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada, constituída por deliberação do Conselho Diretivo, continuou no ano de 2012 a desenvolver a sua atividade de acompanhamento e a verificação, junto das entidades inscritas na OTOC, das ações de formação equiparadas e previamente aprovadas pela Ordem, realizadas por aquelas entidades, quanto ao cumprimento

---

dos objetivos que prevaleceram à sua aprovação, sendo constituída por Amadeu Figueiredo, Cristina Gonçalves, Rui de Sousa e Teresa Santos.

Os membros da Comissão efetuaram reuniões em 20 de janeiro, 12 de julho e 19 de dezembro, cujos assuntos tratados constam das respetivas atas, tendo ainda executado trabalhos de preparação cuja análise e discussão foi efetuado entre os membros através de *email*.

A Comissão, tal como no ano anterior, efetuou a preparação do seu trabalho e das visitas a realizar, sempre apoiada pelos assessores do Bastonário, os quais foram facultando informações necessárias, designadamente listas atualizadas das entidades credenciadas, bem assim dos cursos programados e em desenvolvimento.

Com base na informação recolhida, reportada a 31 de dezembro, constata-se que estavam inscritas 112 entidades com competência para promover a formação equiparada. Dessas entidades apenas 56 realizaram ações de formação, entre 2008 e 2012.

A Comissão, no âmbito do objetivo para que foi constituída, continuou a efetuar visitas a entidades reconhecidas pela OTOC, para a realização de formação equiparada para efeitos de atribuição de créditos, de acordo com regulamento próprio.

Das visitas efetuadas, no decurso das quais foi possível observar o ambiente formativo, foi recolhida informação que consta dos relatórios individuais, tendo constatado, nomeadamente, que:

- A apreciação global do desenvolvimento das ações de formação, que decorriam nas entidades visitadas, é boa e mesmo excelente na maioria dos casos, quer quanto aos meios materiais, aos formadores e recursos pedagógicos utilizados quer quanto ao controlo de presenças por parte das entidades promotoras das ações.

Considerando a forma como as ações são desenvolvidas e o número de formandos presentes, fica evidente o sentido de complementaridade desta formação com a disponibilizada pela Ordem, afastando uma posição puramente mercantilista que poderia ocorrer a algumas.

---

É constituída por Fernando Pega Magro, Cláudia Santos, Jorge Moita e João Jorge. No âmbito da sua missão, definiu-se um programa de visitas às escolas com os quais havia sido celebrado o respetivo protocolo.

O objeto desta Comissão consiste na «verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na Ordem, junto das entidades protocoladas, elaborando a correspondente proposta para enviar ao Conselho Diretivo.»

Durante o ano a Comissão reuniu seis vezes (atas 9 a 14) para definir um plano de ação, proceder a agendamentos, apreciar os pareceres sobre as visitas às escolas e aprovar as propostas a submeter ao Conselho Diretivo.

---

## V.VI Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio

---

Tendo em conta a receptividade das escolas e a disponibilidade dos elementos que compõem a Comissão, foram efetuadas visitas a 16 escolas:

- Universidade Atlântica;
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa (ISCTE) do Instituto Universitário de Lisboa;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Viseu;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Leiria;
- Universidade da Beira Interior;
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico da Guarda;
- Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém - Instituto Politécnico de Santarém;
- Universidade Fernando Pessoa;
- Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve;
- Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;
- Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão;
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra;
- Universidade da Madeira;
- Instituto Superior da Maia;
- Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

De cada visita foi preparado um relatório e/ou memorando que foi remetido ao Conselho Diretivo de cada escola.

Foram efetuadas todas as visitas programadas com exceção das seguintes:

- Faculdade de Economia - Universidade do Porto;
- Instituto Superior de Administração e Gestão;
- Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos.

Relativamente aos dois primeiros casos, as visitas revelaram-se desnecessárias dado que obtivemos a informação de que as unidades curriculares ou não estavam em funcionamento ou não tinham alunos a frequentar.

Relativamente à última instituição, a visita não se efetuou por falta de resposta da escola e que, eventualmente, motivou proposta para a não aprovação de futuros protocolos.

A Comissão deliberou propor ao Conselho Diretivo a celebração de protocolos com entidades que estão a desenvolver unidades curriculares suscetíveis de proporcionar condições para a dispensa de estágio profissional no acesso à profissão de técnico oficial de contas.

Na sequência das visitas efetuadas foi proposta a celebração dos cinco novos protocolos, a renovação de oito e o cancelamento de três protocolos.

---

## Apoio técnico aos membros

---

# VI

As preocupações qualitativas que desde há muito vimos acentuando na nossa profissão, só serão exequíveis na medida em que a Ordem criar um sistema integrado de apoio técnico aos membros, não só no aproveitamento das novas tecnologias no exercício da profissão, mas também pela eficiência e desenvolvimento dos sistemas de apoio aos membros.

Ao longo de 2012, mantivemos todas as formas estruturais existentes de apoio aos membros e concebemos ainda uma ferramenta informática que denominamos por TOConline, oferecendo três licenças gratuitas aos membros, com vista a facilitar o cumprimento aos clientes dos membros na produção e envio de faturas para a administração fiscal.

O apoio técnico aos membros materializou-se nas seguintes ações:

No decurso de 2012 mantivemos na íntegra em todas as sedes de distrito as reuniões livres das quartas que se têm afirmado como uma importante ferramenta ao dispor dos profissionais para o exercício da profissão.

Na verdade, conforme os dados disponíveis na tabela relativa ao capítulo IX - Formação Profissional, o número de participantes neste evento tem vindo a aumentar de ano para ano, sinal evidente que os profissionais têm encontrado nesta forma de aquisição de conhecimentos, aderência às suas dificuldades.

Não foi possível, pelo menos na totalidade, fazer a conversão da composição das equipas, pelas mais diversas razões.

O departamento de consultoria, conforme descrição do seu funcionamento, tem vindo a desenvolver um meritório esforço, no sentido de responder atempada e qualitativamente às questões que lhe têm vindo a ser colocadas pelos membros. Este trabalho é desenvolvido no âmbito interno e externo, em que representa apenas cerca de sete por cento do volume das respostas emitidas.

Aquele esforço tem dado, indubitavelmente, merecidos frutos, pois, não obstante o aumento significativo no final de 2012, no decurso daquele ano, excecionando algumas situações complexas, o tempo que mediou entre a receção das perguntas e a elaboração das respostas, rondou os 15 dias, o que não deixa de ser significativo quanto ao empenho que a Ordem, através dos seus colaboradores, tem vindo a colocar para, em tempo útil, responder às questões que lhe são formuladas.

No ano de 2012 produzimos a mais profunda alteração até hoje verificada na base de dados da Ordem.

Pensamos ser inquestionável a importância que a base de dados da Ordem tem

---

### Reuniões Livres

---

### Emissão de pareceres

---

### Base de dados/SITOC da Ordem

---

no desempenho da profissão e também no ensino da mesma nas instituições do ensino superior.

Na verdade, pelo menos foi essa a nossa orientação, para além da necessidade de reduzir os custos, o espaço de tempo de 30 dias, não possibilitava aos membros o conhecimento imediato das alterações introduzidas nos diversos códigos com que interagimos no exercício da nossa profissão. Daí pensarmos, concebermos e executarmos um sistema diferente de suporte e comunicação da informação, abandonando o suporte físico e passando a fazê-lo via internet.

Era uma tecnologia completamente nova que iria exigir algum tempo de familiaridade por parte dos seus utilizadores e que iria ter contra si a prática de mais de 13 anos de experiência com o sistema de suporte físico.

Não obstante termos tido alguns problemas iniciais, hoje o sistema está a responder melhor às necessidades, cumprindo assim a sua missão de formar e informar. Hoje, todo o trabalho inerente à base de dados do SITOC é produzido na Ordem o que nos confere uma autonomia de ação completamente diferente do que ocorria há alguns anos.

---

### Revista TOC

A Revista **TOC** continua a ser o meio por excelência de contacto entre os membros e a sua instituição. Mantivemos a estrutura da revista e procuramos valorizar a mesma com a participação direta dos profissionais de diversos distritos que têm colaborado no «Lugar ao TOC».

A sua experiência e a forma como encaram a atividade é sempre um testemunho não só para os mais novos, mas também para todos aqueles que lutaram por singrar na profissão.

Conforme previsão no Plano de Atividades e Orçamento, foi enviada mensal e gratuitamente a todos os membros que não têm as quotas atrasadas por um período superior a 90 dias.

A sua estrutura, porque entendemos adequada à missão que lhe está subjacente, manteve-se inalterável, contendo uma entrevista de fundo, noticiário associativo, o artigo de opinião do Bastonário, artigos especializados e temas inerentes à profissão, bem como um conjunto de respostas a perguntas dos membros, no âmbito do consultório técnico.

---

### Revista de Contabilidade e Gestão

A revista Contabilidade e Gestão é publicada de seis em seis meses e os artigos que dela constam são sujeitos ao sistema de *blind referee*, com vista a salvaguardar os aspetos científicos da mesma.

Por razões de comodidade e de diminuição de custos, atendendo à natureza da revista, já no ano de 2011 decidiu-se, pela sua comunicação em suporte eletrónico, o que continuou em 2012, estando acessível a todos os membros da Ordem.

Publicaram-se, conforme previsão, dois números daquela revista.

---

## Apoio social aos membros

# VII

Uma profissão com as características e a heterogeneidade de membros como a nossa coloca-nos exigências e problemas diferenciados que vão muito para além da simples regulação profissional ou da visão meramente classicista dos profissionais.

Essa preocupação tem sido patente nos atos até hoje praticados pelos órgãos de gestão da Ordem que, através do fundo de pensões, seguro de saúde, seguro de responsabilidade civil ou fundo de solidariedade social, têm procurado encontrar as respostas para aqueles problemas.

Sabemos que temos limitações, nem mesmo nos queremos substituir ao Estado na solução das necessárias providências, mas se conseguirmos diminuir os efeitos negativos que algumas situações provocam nos membros da Ordem, diminuindo-lhes eventuais sofrimentos, já nos damos por satisfeitos e uteis à causa.

É isso que temos tentado fazer com a montagem de todo um esquema de proteção dos mais desfavorecidos ou daqueles a quem a sorte abandonou, tornando-os vítimas de situações que eles muitas vezes não controlam.

Constroem essa rede as seguintes iniciativas:

O fundo de solidariedade social, anualmente dotado com uma verba de 250 mil euros, tem como objetivo apoiar os membros que por efeito de doença, acidente ou outro facto impeditivo de ganhar o seu sustento, se vejam desprovidos de condições básicas de sobrevivência com um mínimo de dignidade.

Com uma vocação genuína para garantir aos membros da Ordem uma reforma mínima igual à remuneração mensal garantida, tem nos últimos três exercícios experimentado o seguinte movimento:

Beneficiários	2010	2011	2012	TOTAIS
N.º de beneficiários	28	31	32	
Valor pago	42 038	58 863	56 218	<b>157 119</b>

O seguro de saúde dos TOC é, provavelmente, uma das medidas que mais marcam as preocupações da Ordem no apoio social aos seus membros. Quando estamos bem, não temos preocupações que nos levem a cuidar da forma de solucionar uma eventual perturbação na nossa saúde, só sendo para isso despertados quando os problemas ocorrem.

É isso que a Ordem, com o seguro de saúde, pretende salvaguardar aos seus membros. Pretende-se que, no caso de serem vítimas de um problema de saúde,

---

### Fundo de solidariedade social

---

### Seguro de saúde dos TOC

---

tenham um mecanismo de que possam socorrer-se e que garanta a solução com um mínimo de esforço financeiro.

O seguro de saúde dos técnicos oficiais de contas, plano 0, por isso, o que é oferecido gratuitamente a todos os membros que não tenham as quotas atrasadas por um período superior a 90 dias, garante em caso de doença ou acidente ou internamento hospitalar, a despesa com o mencionado internamento e atos cirúrgicos, até ao montante de 50 mil euros, sendo devido pelo membro uma franquia de 10 por cento da despesa verificada.

Para além daquela despesa cobre ainda, no domínio do ambulatório, três consultas por ano para os técnicos oficiais de contas.

Em 2012, a Ordem pagou 837 667,83 euros para este seguro de saúde.

---

#### **Seguro de responsabilidade civil**

Os técnicos oficiais de contas, a exemplo de outros profissionais liberais, prestam a sua atividade por conta de outrem, subordinada a um contrato de trabalho, ou no regime de *outsourcing*, isto é, no regime de profissional liberal.

Num ou noutro caso, dado tratarem-se de profissionais altamente qualificados, eventuais danos ou prejuízos causados aos tomadores dos serviços são sempre da responsabilidade do executor do trabalho.

A Ordem desde há muito que vem alertando para aquela responsabilidade que numa profissão de interesse público ganha outra dimensão. Daí a inclusão da obrigatoriedade dos profissionais terem um seguro de responsabilidade civil, garantia que os tomadores dos serviços dos profissionais estarão salvaguardados de eventuais perdas ou danos que a intervenção do profissional possa gerar.

Não obstante a obrigatoriedade estatutária, a Ordem tem consciência das dificuldades financeiras dos profissionais, agravadas com o atual momento de crise em que se encontra mergulhada a economia europeia, e por isso tem vindo a suportar o custo deste seguro, oferecendo-o gratuitamente aos seus membros impondo, no entanto, como condição que as quotas à Ordem não estejam atrasadas por período superior a 90 dias.

No decurso de 2012, a Ordem suportou o custo deste seguro no montante de 434 337,61 euros.

---

#### **Fundo de pensões**

Tal como foi aprovado no Plano de Atividades e Orçamento, a OTOC reforçou o fundo de pensões com os valores provenientes da renda do edifício na Av. 24 de Julho, 58, em Lisboa, que ascendeu a 156 573 euros.

O fundo de pensões dos TOC, conforme antevimos no plano de atividades para 2013, logo que a conjuntura o permita, deverá ser objeto de profunda análise, com o objetivo de lhe conferir alguma expressão prática na vida dos profissionais quando estes passem à condição da reforma, o que infelizmente neste momento não tem.

Em 2012, e conforme promessa ao tempo estabelecida, a Ordem canalizou para o fundo de pensões dos TOC, a renda da antiga sede, na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, bem como os valores da utilização do cartão BESTOC, o que totalizou 160 478,34 euros.

---

O esforço financeiro que a Ordem já despendeu com o fundo de pensões, pode ser avaliado através do mapa que segue:

Período de contribuição	Montante	Acumulados
Ano de 2005	742 606,00	742 606,00
Ano de 2006	1 041 900,00	1 784 506,00
Ano de 2007	1 280 000,00	3 064 506,00
Ano de 2008	295 301,40	3 359 807,40
Ano de 2009	2 004 031,40	5 363 838,80
Ano de 2010	389 242,85	5 753 081,65
Ano de 2011	167 192,11	5 920 273,76
Ano de 2012	160 478,34	6 080 752,10

A «Casa do TOC», embora conscientes da sua dimensão, é um projeto que vai levar alguns anos a construir. Não obstante, continuamos a pensar que é um objetivo de grande alcance na profissão e, necessariamente, levará também muito tempo a angariar as verbas necessárias à sua execução.

Conforme previsão no Plano de Atividades e Orçamento para 2012, reforçou-se a afetação a este projeto com o montante de 500 mil euros, somando agora a importância consignada de 2 000 000 de euros.

---

#### «Casa do TOC»

---

# VIII

---

## Comunicação

Em qualquer organização, a comunicação, meio de divulgação de ideias, factos e pensamentos, é fundamental para criar um sentimento de grupo, dinâmica própria e génese de uma alma de classe.

A forma que até hoje temos usado na comunicação com os membros, atenta a realidade concreta da sua heterogeneidade, tem sido uma fórmula mista entre o uso das novas tecnologias, hoje melhor dominadas pelos mais jovens, e a fórmula clássica de comunicação em suporte de papel.

Não obstante acreditarmos e reconhecermos as enormes virtualidades das novas tecnologias, como as eletrónicas e as audiovisuais, compreendemos perfeitamente a necessidade de compatibilizar a comunicação com as características dos membros da Ordem, daí continuarmos a desenvolver a comunicação por diversas vias.

É o que acontece com a distribuição em papel da Revista TOC e a comunicação da revista científica já em suporte eletrónico.

Pensamos, no entanto, que os meios eletrónicos, incluindo os visuais e audiovisuais são o futuro da comunicação e que o esforço de adaptação dos cidadãos a estes novos suportes, não é de molde a impedir a sua contínua implementação, pelo que direcionamos a nossa ação nesse sentido.

A Pasta TOC, ideia pioneira neste género de comunicação, ensinou-nos que é possível fazer coisas extraordinárias com simplicidade de utilização. É nosso entendimento, por isso, que devemos continuar a desenvolver este canal, não só pela comodidade e acompanhamento das questões que propicia, mas também pela diminuição do gasto que proporciona.

É neste estado de espírito que estamos a preparar todos os processos para atribuir à Pasta TOC novas funcionalidades que, conectadas com outras, por exemplo, envio de SMS para o telemóvel, sempre que aí tenha uma nova mensagem, poderemos melhorar de forma muito significativa a comunicação entre os membros e a Instituição.

Os meios audiovisuais que temos vindo a disponibilizar no sítio da Ordem são outra poderosa ferramenta que propicia que, mesmo a milhares de quilómetros de distância, possamos acompanhar e viver o pulsar do dia a dia da Instituição.

## Formação profissional

# IX

No início de 2012 disponibilizámos o calendário formativo global, possibilitando aos membros que, desde o início do ano, pudessem fazer a opção pelos temas que considerassem mais interessantes e pertinentes.

Tal facto, em nosso entender, possibilita uma mais fácil gestão dos temas da formação, bem como um conhecimento mais antecipado dos assuntos a tratar.

O número de participantes nas ações de formação, embora muito promissor, foi no entanto inferior ao de 2011, razão, em nosso entender, que se deve ao facto de a maioria dos profissionais se enquadrar no biénio 2012/2013 e, daí, protelar no ano de 2012 a formação para 2013.

De qualquer modo, continuamos a manter a mesma estrutura da formação, onde pontifica a formação eventual, segmentada e de longa duração.

Naturalmente que houve diversas manifestações enquadradas nesta preocupação formativa, como é o caso das conferências, nacionais e internacionais, as parcerias com a AHRESP, a CAP, a Associação Fiscal Portuguesa, o Diário Económico, a TSF, a EFAA e o CILEA, que, cada uma à sua maneira e na vertente específica, concorreu para que nos sintamos melhor preparados para o exercício da nossa profissão onde a qualidade é, cada vez mais, um fator de importância acrescida.

O quadro seguinte descreve sinteticamente o que acabámos de relatar, mas agora, para uma melhor compreensão do esforço desenvolvido, com a expressão estatística da participação dos membros nos eventos.

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>ª</sup> 2012/11	Dif <sup>ª</sup> %
<b>Formação por tipo e temas do ano</b>					
<b>Conferências</b>					
VI Conferência Internacional GEOTOC - A Tributação das atividades em IVA	0	0	359		
Portugal: «A soma das partes - as economias regionais como fator de desenvolvimento»	0	0	592		
O SNC e os juízos de valor	0	0	135		
A Importância do anexo no Sistema de Normalização Contabilística	0	0	339		
XXV Seminário CILEA - Sustentabilidade empresarial	0	0	303		

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>ª</sup> 2012/11	Dif <sup>ª</sup> %
Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010	0	0	664		
Jornadas de homenagem ao Prof. Dr. Rogério Fernandes Ferreira	0	0	316		
Reforma da Administração Financeira do Estado	0	0	224		
OTOC/ACIB - Principais alterações fiscais	0	0	277		
OTOC/CAP - O Impacto da contabilidade e fiscalidade na Agricultura II	0	0	687		
«Portugal a Crescer»	0	0	1 821		
Observatório da Fiscalidade Portuguesa - Justiça tributária (Lisboa)	0	0	318		
VII Conferência Internacional GEOTOC/IDEFF - Novas tendências da fiscalidade e da contabilidade	0	0	586		
Os novos desafios da inspeção tributária	0	0	238		
III Fórum Fiscalidade - «Orçamento do Estado 2013»	0	0	397		
V Encontro de História da Contabilidade	0	0	229		
Observatório da Fiscalidade Portuguesa – Justiça tributária (Porto)	0	0	266		
Fichas laborais e de segurança e saúde no trabalho	0	0	255		
Anuário do Sector Empresarial do Estado	0	0	470		
Anos anteriores	7 149	11 561	0		
	<b>7 149</b>	<b>11 561</b>	<b>8 476</b>	-3 085	-26,7
<b>Congressos</b>					
IV Congresso dos TOC			3 320		
Anos anteriores	0	0			
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 320</b>	3 320	100,0
<b>À distância</b>					
SNC - Ativos não correntes	0	0	39		
SNC - Ativos correntes	0	0	61		

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>9</sup> 2012/11	Dif <sup>9</sup> %
Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	0	0	143		
NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	0	0	45		
SNC – Microentidades	0	0	205		
SNC - Passivos correntes e não correntes	0	0	27		
Impostos diferidos	0	0	207		
Norma contabilística pequenas entidades	0	0	128		
IRS e benefícios fiscais (revisão ao código)	0	0	146		
Regime contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	0	0	133		
Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração mod. 22)	0	0	494		
IRC (Revisão ao código)	0	0	192		
Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	0	0	305		
Mais e menos valias em IRC e IRS	0	0	62		
NCRF 12 - Imparidades de ativos	0	0	41		
Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às DF)	0	0	310		
O TOC - Procedimento tributário gracioso	0	0	45		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	0	0	45		
Código contributivo	0	0	137		
Ética e deontologia	0	0	47		
Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão ( <i>Balanced scorecard</i> )	0	0	139		
Código dos contratos públicos	0	0	41		
Infrações fiscais	0	0	299		
Análise de balanços e estudo de indicadores económico e financeiros	0	0	552		
Código fiscal de investimento	0	0	65		
IVA (Revisão ao código)	0	0	794		
Revisão das normas contabilísticas	0	0	461		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (Aspectos contabilísticos)	0	0	672		
Contencioso tributário	0	0	243		

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2012/11	Dif <sup>a</sup> %
Avaliação de empresas	0	0	605		
NCRF 27 - Instrumentos financeiros	0	0	211		
Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	0	0	152		
IRC (Revisão ao código)	0	0	269		
Preenchimento do mapa de fluxos de caixa	0	0	216		
Mais e menos-valias em IRC	0	0	90		
SNC – Microentidades	0	0	397		
Impostos diferidos	0	0	237		
Anos anteriores	8 951	15 616	0		
	<b>8 951</b>	<b>15 616</b>	<b>8 255</b>	-7 361	-47,1
<b>Eventual</b>					
Orçamento do Estado 2012 e encerramento de contas 2011	0	0	23 971		
Código de Insolvência / Alterações ao IMI (alertas)	0	0	5 290		
Contabilidade orçamental e Lei dos Compromissos na Administração Pública	0	0	7 238		
Anos anteriores	47 879	35 056	0		
	<b>47 879</b>	<b>35 056</b>	<b>36 499</b>	1 443	4,1
<b>Permanente</b>					
Revisão das normas contabilísticas	0	0	445		
Anos anteriores	320	505	0		
	<b>320</b>	<b>505</b>	<b>445</b>	-60	-11,9
<b>Recorrente</b>					
Orçamento do Estado 2012 e encerramento de contas 2011	0	0	30		
Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às DF)	0	0	41		
NCRF 17 - Ativos biológicos - Aspetos contabilísticos e fiscais	0	0	32		
Código contributivo	0	0	36		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (Aspetos contabilísticos)	0	0	33		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (Aspetos contabilísticos)	0	0	46		
Anos anteriores	420	226	0		
	<b>420</b>	<b>226</b>	<b>218</b>	-8	-3,5

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2012/11	Dif <sup>a</sup> %
<b>Segmentada</b>					
SNC – Microentidades	0	0	105		
Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)	0	0	149		
IRS e benefícios fiscais (Revisão ao código)	0	0	77		
Norma contabilística das pequenas entidades	0	0	55		
Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às DF	0	0	329		
IRC (Revisão ao código)	0	0	158		
Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22-Q 07)	0	0	375		
Preenchimento do mapa fluxos de caixa	0	0	356		
Ética e deontologia	0	0	35		
O TOC - Procedimento tributário gracioso	0	0	32		
Cálculo financeiro	0	0	106		
Código contributivo	0	0	109		
Infrações fiscais	0	0	126		
IVA (Revisão ao código)	0	0	299		
NCRF 27 - Instrumentos financeiros	0	0	197		
Relatórios de sustentabilidade e contas	0	0	146		
NCRF 17 - Ativos Biológicos - Aspectos contabilísticos e fiscais	0	0	164		
Mais e menos-valias em IRC e IRS	0	0	1 196		
Avaliação de empresas	0	0	588		
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (Aspectos contabilísticos)	0	0	939		
POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	0	0	218		
Anos anteriores	8 367	11 653	0		
	<b>8 367</b>	<b>11 653</b>	<b>5 759</b>	-5 894	-50,6
<b>Reuniões livres – Noites SNC</b>					
Anos anteriores	39 760	0	0		
	<b>39 760</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	0	0,0

Eventos realizados em 2012					
Natureza	2010	2011	2012	Dif <sup>a</sup> 2012/11	Dif <sup>s</sup> %
<b>21 Reuniões livres</b>	38 392	34 017	41 024	7 007	20,6
Anos anteriores	38 392	34 017	0		
	<b>38 392</b>	<b>34 017</b>	<b>41 024</b>	7 007	20,6
<b>Sessão de esclarecimento</b>					
Alterações ao código do IVA - Ferramenta informática (TocOnline)	0	0	15 719		
Anos anteriores	3 187	16 988	0		
	<b>3 187</b>	<b>16 988</b>	<b>15 719</b>	-1 269	-7,5
<b>Total geral</b>	<b>154 425</b>	<b>125 622</b>	<b>119 715</b>	-5 907	-4,7

De referir o aumento de 7 007 membros na frequência das reuniões livres, correspondendo a mais 20,6 por cento, a diminuição da frequência na formação à distância de 7 361 membros, ou seja, menos 47,1 por cento, o aumento nas ações de formação eventual que totalizaram 36 499 presenças, que, comparadas com 2011, verifica-se um aumento de 4,1 por cento e a descida na formação segmentada com menos 5 894 presenças, ou seja, menos 50,6 por cento.

Em 2012, fruto dos Decretos-Lei n.º 197 e n.º 198/2012, realizaram-se ações de formação a nível nacional, onde se inseriu também a nova ferramenta informática TOOnline, tendo contado com a presença de 15 719 membros.

Neste âmbito de preocupações, a Ordem, no decurso de 2012, realizou as seguintes ações de formação:

## Formação eventual

Realizaram-se três ações de formação eventual. Com estas ações, que deveriam ser classificadas mais como ações de sensibilização dos profissionais, atento o elevado número que nelas participam, do que ações de formação, procuramos fazer chegar aos mais recônditos lugares do país as alterações introduzidas nos códigos respetivos, bem como as novidades entretanto publicadas.

Não obstante a qualificação limitativa destas ações, elas continuam a representar o maior elo de ligação entre a Ordem e os seus membros, sendo muitas vezes as únicas ações de formação realizadas em muitos distritos do país.

A sua distribuição ao longo do ano (janeiro/fevereiro, junho/julho e outubro/novembro), tem permitido uma "ponte" constante com os membros e a sua instituição.

As ações realizadas em janeiro e fevereiro, pelas novidades que apresentam, («Orçamento do Estado e encerramento de contas»), são normalmente as mais participadas, tendo vindo a subir de forma notória o número de inscritos, que no ano de 2012 ascendeu a sensivelmente 24 mil profissionais.

A sua importância implica a criação de um espírito de solidariedade profissional, pois não obstante o elevado número de participantes, normalmente as que se realizam no interior do país são deficitárias.

---

Em 2012, neste tipo de formação participaram 36 499 profissionais, o que não deixa de ser revelador das preocupações que os TOC têm na implementação de rigor e qualidade no exercício da profissão.

Embora já abordadas no âmbito do apoio técnico aos membros, este tipo de eventos conjuga uma dupla qualidade de informação/formação, pelo que optámos por mencioná-las também neste capítulo.

O número de participantes nestes eventos, que são gratuitos e realizados em todas as sedes de distrito, tem vindo gradualmente a aumentar, o que não deixa de ser gratificante para quem as instituiu ver que os membros tiram delas a rentabilidade esperada.

Em 2012, em todos os distritos do Continente, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, participaram neste evento 41 024 profissionais.

O contacto com outras realidades e o conhecimento de outras formas de exercer

---

## Reuniões Livres

---

# X

---

## Relações internacionais

a profissão, tem-se constituído como um importante elemento de tomada de consciência, não só do rumo que devemos imprimir à nossa profissão, mas também, em termos relativos, a comparação que com elas fazemos.

O crédito que temos conquistado nos fóruns em que participamos não deixa de ser revelador da forma positiva como enquadrámos as questões e do rumo que imprimimos aos destinos da profissão.

A inscrição da Ordem na *Internacional Federation of Accountants* (IFAC), conhecendo o elevado nível de exigência daquela instituição, a maior a nível mundial que congrega profissionais de dezenas de países, não deixa de ser uma espécie de contra prova de que estamos no caminho certo para a nossa profissão e marca indiscutivelmente o ano de 2012.

A continuada cooperação com o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC), tem sido igualmente muito positiva, não só pelo facto de contactarmos com uma das maiores nações do mundo, com realidades completamente diferentes das nossas, mas que nos permite uma visão redimensionada da importância da profissão e, dado estarmos perante cultura, língua e pensamentos muito semelhantes, muito tem facilitado, não só a troca de experiências, mas também a comunicação de visões evolutivas para a profissão no amanhã.

A nossa presença em eventos realizados no Brasil, como foi o caso da participação no Congresso Brasileiro da Contabilidade realizado em Belém do Pará, as jornadas de Contabilidade realizadas em S. Luís do Maranhão, a presença de profissionais brasileiros no IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, bem como noutros eventos, é a prova inequívoca que estamos a construir uma grande família unida em torno da língua que nos é comum e da cultura e sentimentos que perfilhamos, relacionados com a profissão.

O início da cooperação com os novos países da lusofonia, com destaque para Angola e Moçambique, não só pela sua dimensão, mas também pela oportunidade e desenvolvimento verificado nestes países, abre à Ordem uma nova dimensão de diálogo e oportunidades de apoio e cooperação com esses povos.

Em 2012, com o CILEA, realizámos o XXV seminário, no Theatro Circo, em Braga, que registou a presença de representantes de 18 países, e demonstrámos, uma vez mais, a nossa capacidade de mobilização e organização de eventos.

---

## Outras ações

# XI

Como referimos no início, colocar no papel toda a emoção do que foi gerir uma instituição como a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas não é tarefa fácil.

O lema é muito simples: optar sempre pelo lado construtivo e nunca fechar a porta a novas ideias.

Assim foi em 2012 e será em 2013 e sempre que as pessoas se disponibilizem para dar o seu melhor em prol da causa da nossa profissão.

«A Soma das Partes» e o efeito que indiscutivelmente teve e tem na sociedade, quanto à imagem dos técnicos oficiais de contas e, necessariamente, da própria profissão, são momentos verdadeiramente ímpares que marcam a diferença de uma profissão que conhece os seus problemas, que sabe para onde quer ir e escolhe o caminho construtivo.

A análise da justiça tributária, evento realizado em parceria com a Associação Fiscal Portuguesa e o jornal Diário Económico, é mais uma afirmação da grande abrangência do exercício da profissão e, naturalmente, da necessidade da Ordem tomar a iniciativa de “abalar” consciências quanto aos efeitos que a fiscalidade tem na vida dos cidadãos.

Em Lisboa, no Museu do Oriente e no Porto, no auditório da Universidade Católica, dissemos presente e demos o nosso contributo para uma cidadania mais esclarecida.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, verdadeira “bíblia” por onde se pode aferir do estado financeiro e económico das edilidades, indiscutivelmente com lugar já assegurado quanto ao seu rigor, verdade e transparência na sociedade, é mais uma iniciativa, que não sendo nova, se vem reeditando todos os anos.

O apoio financeiro e organizacional da Ordem a um grupo de investigadores universitários que têm produzido esta importante e única informação no país, possibilitou o aparecimento de outro documento de grande relevância que engloba a situação financeira do Setor Público Empresarial do Estado.

Estas e muitas outras ações que, aparentemente, nada têm a ver com a profissão, são uma excelente rampa para a projeção de uma imagem diferente dos técnicos oficiais de contas.

As parcerias que temos vindo a desenvolver com diversas associações patronais, como é o caso da colaboração com diversas associações comerciais e industriais, mas com especial relevo nas parcerias estabelecidas com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) ou até mesmo as colaborações estabelecidas com o governo através do Ministério da Economia na divulgação dos meios de apoio às empresas ou do projeto «Revitalizar» e com o Ministério das Finanças

---

através das reuniões livres, é nossa convicção que são manifestações de grande relevância para a mudança de mentalidades e de conceitos relacionados com a profissão que se estão a operar aos mais diversos níveis.

Contudo, o que marcou decisivamente o ano de 2012 foi a realização do IV Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, não só pelo enorme efeito agregador dos profissionais, mas acima de tudo por duas razões de grande importância: a primeira, porque este congresso foi o ponto de partida para uma reflexão profunda para a necessidade de uma nova visão por parte dos profissionais para o exercício da profissão em que estes se convertem em criadores de valor nas empresas. Aceitando este enorme desafio, como de facto o aceitaram, demos, todos nós, um enorme passo em direção ao futuro na criação de uma profissão mais proativa e mais próxima dos empresários e das empresas. Depois, porque foi o primeiro congresso em que instituímos as sessões paralelas, criando um espaço interativo com a academia contabilística, que, não temos dúvidas, produzirá enormes frutos a médio e longo prazo.

Finalmente, a presença entre nós de todos os países que constituem a lusofonia, com exceção de Timor, cuja ausência ainda não conseguimos compreender, elevou o IV Congresso a um inesquecível momento de comunhão em torno da Contabilidade e dos profissionais que partilham a língua "de Camões".

---

## Considerações finais

# XII

Quem tem a coragem de fazer coisas, quem tem a coragem de assumir a gestão dos destinos da profissão, arrisca-se à crítica, independentemente de ser fundada ou não, e a sua ação é permanentemente sindicada, analisada e comparada com a de outros.

Esta é a dinâmica própria deste tipo de instituições. Quem está por dentro e vive diariamente os seus problemas, dá o seu melhor, emprega a sua maior capacidade para gerir bem e caminhar no sentido certo.

Quem está de fora, uma vez bem intencionado, outras talvez não, acha sempre que seria capaz de fazer melhor e que o que foi feito de uma maneira poderia ter sido feito de outra.

São opiniões que devemos respeitar, mas o mundo não é constituído só por nós. Outros fazem parte dele, daí, sempre que somos chamados a fazer um julgamento ou um juízo sobre a bondade ou falta dela da ação dos outros, em nosso entender, uma das primeiras preocupações é relativizar esse trabalho, isto é, compará-lo com situações congêneres, para aferir da sua razoabilidade no meio em que ele se gera. Se não o fizermos, corremos o risco dos nossos raciocínios andarem pelas nuvens e não terem adesão à realidade que analisamos.

Mas, sendo o juízo dos outros de grande importância, porque são os destinatários da ação, o mais importante, pelo menos para nós, é a maneira como estamos nestas lides, a maneira como as vivemos, como as sentimos, como as compreendemos e a intensidade como a elas nos entregamos.

O balanço que fazemos da nossa ação em 2012, foi muito positivo para a profissão. Todo o relato é verdadeiramente elucidativo do que acabamos de afirmar e, é nossa convicção que abrimos as portas a um novo conceito profissional, mais sustentado, coerente com a realidade concreta que nos rodeia e, acima de tudo, que cria nos profissionais uma nova esperança.

Procurámos, e é nossa convicção que o conseguimos, abanar a consciência social para a importância dos técnicos oficiais de contas na sociedade e o seu imprescindível papel na sustentação e desenvolvimento da economia portuguesa. Pelo menos, independentemente da forma que as ações se revestiram, foi essa a nossa grande motivação. Se o conseguimos ou não, essa é uma outra questão, que deixamos à análise e julgamento dos membros.

Certo é que, em toda a ação desenvolvida, colocámos o melhor do nosso saber, da nossa criatividade, do nosso empenhamento e da nossa vontade. Se o conseguimos, o nosso agradecimento pelo vosso reconhecimento. Caso contrário, apresentamos desde já as nossas desculpas, com a promessa de que, no futuro, o nosso esforço será redobrado por fazer mais e melhor.

# XIII

## Análise da situação económica e financeira

Conforme o estabelecido no nosso Estatuto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, mais precisamente na sua alínea c) do artigo 35.º, apresentamos à apreciação as contas do ano de 2012.

O total dos rendimentos obtido no ano de 2012, conforme quadro abaixo, fez um total de 15 137 644 euros.

### XIII.I Análise económica Rendimentos

Rubricas	2011	Desvio	2012	Desvio	Orçamento
71 Vendas	-5 233	1 710	-3 523	2 477	-6 000
72 Prestações de serviços	-14 585 854	859 221	-13 726 633	512 968	-14 239 600
75 Subsídios à exploração	-69 378	-58 023	-127 401	-99 401	-28 000
76 Reversões	-26 562	26 562	0	25 000	-25 000
78 Outros rendimentos e ganhos	-1 061 294	-86 810	-1 148 103	-212 790	-935 313
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	-130 245	-1 740	-131 984	-26 984	-105 000
<b>Somas</b>	<b>-15 878 565</b>	<b>740 921</b>	<b>-15 137 644</b>	<b>201 269</b>	<b>-15 338 913</b>

Analisando o quadro, podemos constatar que os rendimentos obtidos durante o ano de 2012 ficaram abaixo do orçamentado em 201 269 euros. A subrubrica que mais contribuiu para este desvio foi a de prestação de serviços. O que é natural, uma vez que esta representa 90 por cento das fontes de rendimentos da Instituição. De qualquer modo, os níveis de execução da receita no ano de 2012 foram de 98,69 por cento. Um desvio de  $201\,269 / 15\,338\,913 \times 100 = 1,31\%$ .

Um nível de execução extraordinário a que já vimos sendo habituados pela Ordem e que, em bom rigor, raia a cientificidade.

Com mais pormenor, podemos verificar, pelo quadro seguinte, que a principal causa que mais contribuiu para este desvio foi a previsão para a formação. De facto, na formação ficámos, em termos orçamentais, significativamente aquém dos valores previstos. Por outro lado, as restantes rubricas acompanharam os valores delineados em sede de orçamento e até ultrapassaram as nossas previsões, como sucedeu com as sub-rubricas «Joias», «Quotas» e «Eventos».

Rendimentos	2011	Desvio	2012	Desvio	Orçamento
<b>71 Vendas</b>	<b>-5 233</b>	1 710	<b>-3 523</b>	2 477	<b>-6 000</b>
711 Mercadorias	-5 233	1 710	-3 523	2 477	-6 000
<b>72 Prestações de serviços</b>	<b>-14 585 854</b>	<b>859 221</b>	<b>-13 726 633</b>	512 968	<b>-14 239 600</b>
721 Joias	-122 900	-1 400	-124 300	-22 300	-102 000
722 Quotas	-10 660 446	38 754	-10 621 692	-12 492	-10 609 200
72201 Quotização-Membros efectivos	-10 479 024	44 508	-10 434 516	-16 116	-10 418 400
72202 Quotização-Membros suspensos	-181 422	-5 754	-187 176	3 624	-190 800
<b>723 Ações de formação OTOC</b>	<b>-2 993 216</b>	<b>835 728</b>	<b>-2 157 488</b>	664 352	<b>-2 821 840</b>
7231 Formação eventual	-1 110 688	-44 704	-1 155 392	216 448	-1 371 840
7232 Formação segmentada	-981 120	546 816	-434 304	265 696	-700 000
7233 Formação permanente	-48 384	-7 936	-56 320	-6 320	-50 000
7234 Formação à distância	-838 304	345 840	-492 464	197 536	-690 000
7235 Formação recorrente	-14 720	-4 288	-19 008	-9 008	-10 000
<b>724 Eventos OTOC</b>	<b>-512 684</b>	<b>-11 575</b>	<b>-524 259</b>	-74 259	<b>-450 000</b>
72401 IV Congresso	0	-96 540	-96 540	113 460	-210 000
72403 Conferências	-258 674	144 135	-114 539	125 461	-240 000
72404 Sessões de esclarecimento	-254 010	-59 170	-313 180	-313 180	0
<b>72501 Vinhetas</b>	<b>-106 908</b>	<b>3 588</b>	<b>-103 320</b>	-2 760	<b>-100 560</b>
<b>72701 Multas-Processos Disciplinares</b>	<b>-189 700</b>	<b>-5 874</b>	<b>-195 574</b>	-39 574	<b>-156 000</b>
<b>75 Subsídios à exploração</b>	<b>-69 378</b>	<b>-58 023</b>	<b>-127 401</b>	-99 401	<b>-28 000</b>
75202 Patrocínios ações de formação	-24 537	18 387	-6 150	17 851	-24 000
75203 Outros patrocínios	-44 841	-76 410	-121 251	-117 251	-4 000
<b>76 Reversões</b>	<b>-26 562</b>	<b>26 562</b>	<b>0</b>	25 000	<b>-25 000</b>
762 Perdas por imparidade	-26 562	26 562	0	25 000	-25 000
76211 Dívidas a receber	-26 562	26 562	0	25 000	-25 000
<b>78 Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>-1 061 294</b>	<b>-86 810</b>	<b>-1 148 103</b>	-212 790	<b>-935 313</b>
<b>7816 Outros rendimentos suplementares</b>	<b>-861 017</b>	<b>-56 012</b>	<b>-917 030</b>	-180 554	<b>-736 476</b>
781601 Encontro Nacional dos TOC	-3 274	-1 055	-4 329	3 171	-7 500
781604 Taxas e emolumentos	-763 088	-59 501	-822 589	-200 259	-622 330
781605 Inscrições-Reg.atribuição créditos	-25 935	5 122	-20 813	7 262	-28 075
781606 Publicidade	-68 720	1 751	-66 969	11 602	-78 571
781609 Outros	0	-2 330	-2 330	-2 330	0
7873 Rendas em propriedades investimento	-151 733	-4 840	-156 573	0	-156 573
7888 Outros	-48 544	-25 957	-74 500	-32 236	-42 264
<b>79 Juros, dividendos e outros rendimentos</b>	<b>-130 245</b>	<b>-1 740</b>	<b>-131 984</b>	-26 984	<b>-105 000</b>
791 Juros obtidos	-130 245	-1 740	-131 984	-26 984	-105 000
<b>Total</b>	<b>-15 878 565</b>	<b>740 921</b>	<b>-15 137 644</b>	<b>201 269</b>	<b>-15 338 913</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 482 301</b>		<b>965 418</b>		<b>443 836</b>

Não será despidendo evidenciar o facto de a subrubrica «Eventos OTOC» incluir conferências e, particularmente, o nosso congresso realizado em setembro cujo contributo para este desvio negativo foi de 113 460 euros.

Podemos concluir que, face a estes números, a realidade económica e financeira que afeta a sociedade portuguesa em geral contribuiu para a redução dos rendimentos da formação quer em relação ao orçamentado quer em relação ao período anterior.

Já nos «Subsídios à exploração», sobretudo pelos patrocínios e apoios ao nosso congresso, quer com as «Taxas e emolumentos» superámos os valores orçamentados.

Na rubrica «Outros rendimentos e ganhos», registámos uma realização superior à prevista da subrubrica de «Taxas e emolumentos» face à previsão orçamental bem como face ao período anterior que contribuíram com um desvio positivo de 212 790 euros, em relação ao orçamento.

Finalmente, os rendimentos provenientes das aplicações financeiras ultrapassaram quer o valor orçamentado quer o valor realizado no ano de 2011.

Resumindo e concluindo, face à execução apresentada, podemos afirmar que a realização do nosso orçamento foi na ordem dos 98,7 por cento da sua previsão.

## Gastos e perdas

O ano de 2012 conheceu um total de gastos de 14 172 226 euros distribuídos pelas rubricas constantes do quadro abaixo.

Gastos	2011	Desvio	2012	Desvio	Orçamento
61 CMVMC	60 765	9 524	70 290	-20 928	91 218
62 Fornecimentos e serviços externos	9 038 899	-239 348	8 799 551	-564 075	9 363 626
63 Gastos com o pessoal	3 845 761	-37 128	3 808 633	-273 475	4 082 108
64 Gastos de depreciação	553 727	-3 658	550 069	-158 606	708 675
65 Perdas por imparidade	462 481	117 066	579 547	429 547	150 000
68 Outros gastos e perdas	274 710	-43 624	231 086	-70 024	301 110
69 Gastos e perdas de financiamento	159 919	-26 868	133 050	-65 274	198 324
<b>Total</b>	<b>14 396 264</b>	<b>-224 037</b>	<b>14 172 226</b>	<b>-722 835</b>	<b>14 895 061</b>

Relativamente ao orçamentado, os «Gastos e perdas» ocorridos no valor total de 14 172 226 euros ficaram aquém da previsão orçamental em 722 835 euros. Como à frente se verá, contribuiram diversos factos que se passam a pormenorizar.

Na rubrica de «Custos de mercadorias vendidas» e «Matérias-primas consumidas», verificámos uma redução dos consumos, sobretudo pelo facto relacionado com os consumíveis utilizados na formação e no congresso, como sejam, as pastas, esferográficas, brochuras, etc. Assim, tal como salientámos na componente dos rendimentos, uma realização inferior do orçamentado nos rendimentos repercute-se de igual forma nos gastos correspondentes.

Uma outra consequência direta da redução da formação ministrada pela OTOC foi a diminuição dos gastos previstos com honorários. De facto, embora os gastos com honorários não sejam exclusivos da formação, a verdade é que as despesas com formadores representam uma significativa fatia desta rubrica e um valor com elevada repercussão nas contas finais.

Gastos	2011	Desvio	2012	Desvio	Orçamento
61 CMVMC	60 765	9 524	70 290	-20 928	91 218
611 Mercadorias	597	28	625	25	600
612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 169	9 496	69 665	-20 953	90 618
<b>62 FSE</b>	<b>9 038 899</b>	<b>-239 348</b>	<b>8 799 551</b>	<b>-564 091</b>	<b>9 363 642</b>
621 Subcontratos	590 691	-28 887	561 805	63 315	498 490
<b>622 Serviços especializados</b>	<b>4 487 711</b>	<b>-428 850</b>	<b>4 058 861</b>	<b>-910 741</b>	<b>4 969 602</b>
6221 Trabalhos especializados	1 762 638	-267 329	1 495 309	-234 367	1 729 676
6222 Publicidade e propaganda	459 002	-81 668	377 333	-11 975	389 308
6223 Vigilância e segurança	80 118	-7 602	72 517	-5 352	77 868
6224 Honorários	1 326 662	-98 054	1 228 608	-727 144	1 955 752
6226 Conservação e reparação	486 304	35 288	521 592	65 412	456 180
6227 Serviços bancários	169 702	207	169 909	231	169 678
6228 Outros	203 284	-9 692	193 592	2 452	191 140
<b>623 Materiais</b>	<b>146 518</b>	<b>3 185</b>	<b>149 703</b>	<b>15 863</b>	<b>133 840</b>
6231 Ferramentas e utensílios	0	0	0	-4 000	4 000
6232 Livros e documentação técnica	5 568	-5 192	375	-4 825	5 200
6233 Material de escritório	120 985	25 345	146 329	26 689	119 640
6234 Artigos para oferta	19 966	-16 967	2 999	-2 001	5 000
<b>624 Energia e fluidos</b>	<b>73 868</b>	<b>42 269</b>	<b>116 137</b>	<b>36 171</b>	<b>79 966</b>
6241 Electricidade	51 540	35 808	87 348	32 748	54 600
6242 Combustíveis	14 972	5 644	20 616	2 569	18 046
6243 Água	7 356	818	8 174	854	7 320
<b>625 Deslocações e estadas</b>	<b>419 080</b>	<b>3 267</b>	<b>422 347</b>	<b>40 947</b>	<b>381 400</b>
6251 Deslocações e estadas	419 080	3 267	422 347	40 947	381 400

Gastos	2011	Desvio	2012	Desvio	Orçamento
625101 Refeições	93 709	15 997	109 706	26 706	83 000
625102 Deslocações	241 086	-9 870	231 216	16 416	214 800
625103 Estadas	84 285	-2 860	81 425	-2 175	83 600
<b>626 Serviços diversos</b>	<b>3 321 031</b>	<b>169 667</b>	<b>3 490 698</b>	<b>190 354</b>	<b>3 300 344</b>
6261 Rendas e alugueres	560 865	136 982	697 847	91 315	606 532
6262 Comunicação	1 277 718	32 316	1 310 034	87 786	1 222 248
6263 Seguros	1 407 788	-65 266	1 342 522	-46 302	1 388 824
6265 Contencioso e notariado	11 496	3 992	15 488	6 368	9 120
6266 Despesas de representação	383	52 625	53 008	43 008	10 000
6267 Limpeza, higiene e conforto	62 782	9 017	71 799	8 179	63 620
<b>63 Gastos com o pessoal</b>	<b>3 845 761</b>	<b>-37 128</b>	<b>3 808 633</b>	<b>-273 475</b>	<b>4 082 108</b>
631 Remunerações órgãos da Ordem	729 507	755	730 262	4 502	725 760
632 Remunerações do pessoal	2 381 580	-23 332	2 358 248	-214 382	2 572 630
635 Encargos sobre remunerações	597 140	6 623	603 762	-45 256	649 018
636 Seguros de acidente no trabalho	21 348	-10 347	11 001	-10 399	21 400
637 Gastos de ação social	28 098	-833	27 265	-4 735	32 000
638 Outros gastos com o pessoal	88 088	-9 994	78 094	-3 206	81 300
<b>64 Gastos de depreciação</b>	<b>553 727</b>	<b>-3 658</b>	<b>550 069</b>	<b>-158 606</b>	<b>708 675</b>
641 Propriedades de investimentos	39 975	0	39 975	0	39 975
642 Ativos fixos tangíveis	513 753	-3 658	510 095	-158 605	668 700
<b>65 Perdas por imparidade</b>	<b>462 481</b>	<b>117 066</b>	<b>579 547</b>	<b>429 547</b>	<b>150 000</b>
651 Em dívidas a receber	462 481	117 066	579 547	429 547	150 000
<b>68 Outros gastos e perdas</b>	<b>274 710</b>	<b>-43 624</b>	<b>231 086</b>	<b>-70 024</b>	<b>301 110</b>
6811 Impostos diretos	34 407	-61	34 346	-1 254	35 600
6812 Impostos indiretos	530	181	711	11	700
6813 Taxas	3 953	-332	3 622	3 622	0
684 Perdas em inventários	13 554	-10 932	2 621	2 621	0
6873 Abates	9 134	-9 134	0	0	0
6881 Correções períodos anteriores	0	0	0	0	0
6882 Donativos	31 525	-4 025	27 500	-75 950	103 450
6883 Quotizações	36 412	-3 212	33 200	-2 827	36 027
6888 Outros	145 194	-16 109	129 085	3 752	125 333
<b>69 Gastos e perdas de financiamento</b>	<b>159 919</b>	<b>-26 868</b>	<b>133 050</b>	<b>-65 274</b>	<b>198 324</b>
6911 Juros de financiamentos obtidos	35 226	-16 557	18 669	5 459	13 210
6917 Juros contrato de locação financeira	124 693	-10 312	114 381	-70 733	185 114
<b>Total</b>	<b>14 396 264</b>	<b>-224 037</b>	<b>14 172 226</b>	<b>-722 851</b>	<b>14 895 077</b>

---

As rubricas dos gastos de serviços especializados não atingiram os valores previstos em sede de orçamento, salvo com as despesas de conservação e manutenção. Nestas, merece especial destaque os gastos com a nossa sede bem como com o edifício da Avenida 24 de Julho, em Lisboa. Na verdade, no primeiro, foi preciso proceder a uma reparação do sistema do ar condicionado e, no segundo, tivemos de proceder a uma pintura exterior e reparações e manutenção interiores. Também neste grupo de gastos, especial referência para a publicidade e propaganda que, no período em análise, merece duas especiais referências: a nossa participação no programa da TSF, «A Soma das Partes», bem como o nosso congresso. Já no decurso da atividade normal, temos a publicidade institucional, legalmente exigível para a divulgação das nossas atividades e eventos, como sejam os relacionados com as convocatórias para assembleias gerais, exames, conferências, etc. A subrubrica «Outros», inclui a contribuição da Ordem para o fundo de pensões no valor de 160 478,34 euros e diverso material de apoio à formação, material de escritório (11 941 euros), e plantas e flores (10 170 euros). O aumento considerável da previsão da energia elétrica deve-se, em grande parte, à alteração da correspondente taxa de IVA.

No âmbito da proposta de atividade aprovada em assembleia geral, a nossa Ordem tem vindo a participar em diversas organizações de índole internacional, como é o caso do CILEA, da FEE, da EFAA e, em novembro último, o IFAC. Para além disso, temos vindo a desenvolver com os nossos colegas brasileiros um projeto de transferência de conhecimentos com os países de língua portuguesa, conforme se tem divulgado nos últimos anos, que implica algumas deslocações de elementos dos nossos órgãos para participar nos eventos daquelas organizações. E, de não somenos importância, lembramos a presença dos representantes dos PALOP que estiveram presentes no IV Congresso, a nosso convite.

Quanto à rubrica de «Serviços diversos» destaca-se a redução dos gastos com seguros face às novas diretivas internas, e o acréscimo de gastos com rendas com especial destaque para os relacionados com o espaço e equipamentos para o nosso Congresso, cuja demonstração de resultados apresentamos mais adiante. Na rubrica de gastos com pessoal, o valor atingido ficou muito aquém do previsto, em virtude das previsões de alargamento do quadro de pessoal não se terem concretizado. Na componente dos membros dos órgãos, o excedente ficou a dever-se a senhas de presença atribuíveis aos membros de alguns dos órgãos por participação nas reuniões, exames e outras realizações institucionais e que, face ao novo Código Contributivo, tiveram de integrar a remuneração correspondente. Quanto às depreciações, parte do investimento que se previa realizar, no decurso de 2012, foi adiado para 2013, pelo que os correspondentes investimentos não foram adquiridos.

Estas depreciações resultam da utilização e obsolescência de todo o património ao serviço da atividade desenvolvida. Como é natural, alguns equipamentos, mobiliários e ferramentas vão-se inutilizando e, periodicamente, procedemos ao

seu abate. Foi o que sucedeu no final do ano de 2011, em que procedemos a um levantamento exaustivo de todos os bens do ativo fixo tangível e procedemos ao abate dos inutilizados ou obsoletos. Do nosso balanço, merecem especial destaque, pelo seu valor, o património imobiliário bem como o parque automóvel da Ordem. Enfim, os bens sujeitos a registo.

Note-se que a sua localização respeita a toponímia à data da aquisição. Além disso, o mapa evidencia o valor correspondente ao terreno separado do valor atribuído ao edifício, bem como as obras que vieram ocorrer após a aquisição e que, como determina a lei, tenham contribuído para o aumento da sua vida útil. Em qualquer dos casos, o mapa apresenta, para cada uma destas informações, o seu valor e o momento da sua ocorrência.

Em primeiro lugar, temos o edifício da Av. 24 de Julho que hoje contribui com as suas rendas para o fundo de pensões, como já é de todos conhecido e que de ano para ano vimos a relatar na apresentação das contas.

Trata-se do primeiro investimento realizado em imóveis, em 1998, ao terceiro ano de vida da nossa Instituição.

Descrição	Data utilização	Valor contabilístico	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
<b>Propriedades de investimento</b>		<b>2 432 864</b>	<b>743 082</b>	<b>1 689 782</b>
Terrenos e recursos naturais		236 638	0	236 638
Terreno-Edifício de Santos-Av.24 de Julho, nº 58	30-04-1998	236 638	0	236 638
<b>Edifícios e outras construções</b>		<b>2 196 226</b>	<b>743 082</b>	<b>1 453 144</b>
Edifício de Santos-Conclusão da obra	31-07-2000	296 773	74 193	222 580
Edifício de Santos -Conclusão de obra	31-12-2000	18 583	4 491	14 092
Edifício de Santos-Av.24 de Julho, nº 58 a 58 A	30-04-1998	1 880 870	664 398	1 216 472

Descrição	Data utilização	Valor contabilístico	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
<b>Edifícios da sede e representações</b>		<b>15 462 699</b>	<b>1 671 118</b>	<b>13 791 581</b>
<b>Terrenos e recursos naturais</b>		<b>3 027 555</b>	<b>0</b>	<b>3 027 555</b>
Terreno-Rua da Boavista,383 - R/C - Porto	31-12-2000	48 460	0	48 460
Terreno-Estradas das Machadas de Cima, nº 5 - Setúbal	31-12-2000	35 366	0	35 366
Terreno -Rua Paulo VI, nº23B Lote 44 - Leiria	31-12-2000	19 434	0	19 434
Terreno-Rua Cristovão Pinho Queimado, nº 42, Lote 4 - Aveiro	30-07-2001	38 826	0	38 826
Terreno-Avenida Madre Andaluz, nº 12B - Santarém	01-08-2001	43 688	0	43 688
Terreno-Praça Camilo Castelo Branco, nº 37,Bloco A7 - Braga	30-09-2003	43 539	0	43 539
Terreno-Avenida de Espanha, nº 27 R/C - Castelo Branco	01-12-2003	32 149	0	32 149
Terreno-Dr. António Costa, nº10 Lote 20 - Viseu	31-10-2005	69 845	0	69 845
Terreno-Avenida Barbosa du Bocage, nº45 - Lisboa	31-05-2006	2 378 922	0	2 378 922
Terreno-Urbanização Panorama Lote 3 - Coimbra	01-02-2006	79 218	0	79 218
Terreno-Avenida das Madalenas, nº 99 C - Funchal	01-08-2008	80 620	0	80 620
Terreno-Avenida 1º de Maio, nº 23-Loja 1/Loja 4 - Vila Real	30-12-2009	73 529	0	73 529
Terreno-Horta das Figuras, Lote 13 BL F - Faro	16-03-2009	83 960	0	83 960
<b>Edifícios e outras construções</b>		<b>12 435 144</b>	<b>1 671 118</b>	<b>10 764 026</b>
Edifício-Rua da Boavista,383 - R/C - Porto	31-12-2000	152 225	36 788	115 437
Edifício-Estradas das Machadas de Cima, nº 5 - Setúbal	01-03-2001	113 116	26 771	86 345
Edifício-Rua Paulo VI, nº23B Lote 44 - Leiria	01-03-2001	64 256	15 207	49 049
Edifício-Rua Cristovão Pinho Queimado, nº 42, Lote 4 - Aveiro	30-07-2001	124 434	28 620	95 814
Edifício-Avenida Madre Andaluz, nº 12B - Santarém	01-08-2001	145 018	33 112	111 906
Edifício-Praça Camilo Castelo Branco, nº 37,Bloco A7 Braga	30-09-2003	167 864	31 334	136 529
Edifício-Avenida de Espanha, nº 27 R/C - Castelo Branco	01-12-2003	100 567	18 270	82 297
Edifício-Dr. António Costa, nº10 Lote 20 - Viseu	31-10-2005	233 631	33 876	199 754
Edifício Sede-Avenida Barbosa du Bocage, nº45 - Lisboa	31-05-2006	9 448 599	1 259 813	8 188 786
Obras-Avenida Barbosa du Bocage, nº45	31-12-2006	610 694	74 301	536 393
Edifício-Urbanização Panorama Lote 3 - Coimbra	01-02-2006	237 653	32 875	204 778
Obras-Avenida Barbosa du Bocage, nº 45	31-12-2007	13 780	1 401	12 379
Edifício-Avenida das Madalenas, nº 99 C - Funchal	01-08-2008	396 888	35 058	361 830
Edifício-Avenida 1º de Maio, nº 23-Loja 1/Loja 4 - Vila Real	30-12-2009	220 587	13 603	206 984
Edifício-Horta das Figuras, Lote 13 BL F - Faro	16-03-2009	251 881	19 311	232 570
Obras adaptação nas instalações de Faro	02-07-2009	153 952	10 777	143 176

Da análise dos quadros anteriores, podemos concluir que, desde 1998, o investimento total do nosso património imobiliário fez o valor de 17 895,563 euros, correspondendo a um investimento médio anual de 1 278 255 euros. Deste investimento, apenas o edifício da nossa atual sede não se encontra

totalmente pago. Oportunamente, foi celebrado um contrato de locação financeira em 30 de maio de 2005, cujo término está previsto para 30 de maio de 2020. O valor inicial foi de 9 432 558,99 euros, cujo compromisso tem sido pontualmente cumprido e cujo plano financeiro anual é o seguinte:

Ano	Capital
2013	659 215
2014	669 259
2015	679 455
2016	689 807
2017	700 316
2018	710 986
2019	721 818
2020	491 859
<b>Capital a pagar</b>	<b>5 322 715</b>

Outro investimento significativo dos nossos ativos fixos tangíveis é o parque automóvel que é constituído pelos seguintes veículos.

Descrição	Data utilização	Valor contabilístico	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
<b>Equipamento de transporte</b>		220 432	206 690	13 742
Volkswagen-Sharan 1.9 TDI - Matrícula 66-65-OU	18-01-2000	30 181	30 181	0
BMW 525D A - Matrícula 28-CH-40	31-10-2006	69 929	69 929	0
Mercedes Benz - Matrícula 62-EI-49	28-12-2007	53 000	53 000	0
Volkswagen-Gof Van 1.9TDI - Matrícula 40-FD-86	30-01-2008	23 000	23 000	0
Volkswagen Golf A6 - Matrícula 44-HT-88	15-06-2009	26 073	23 357	2 716
Renault Mégane III 1.5 - Matrícula 22-JB-69	22-06-2011	18 250	7 224	11 026

O restante investimento encontra-se distribuído pelos indispensáveis equipamentos diversos, com destaque para o informático, e pelo diverso mobiliário indispensável ao funcionamento da instituição, distribuído pela nossa sede e representações atrás identificados.

---

No que toca à rubrica de perdas por imparidades, consideramos um valor significativo acima do orçamentado. O valor registado foi de 579 547 euros, correspondendo a um desvio de 429 547 euros, acima do orçamentado. A razão prende-se com diversos fatores, tendo como pano de fundo o universo de membros incumpridores, enquadrados numa realidade económica e financeira nacional que contribui para dificultar os orçamentos familiares dos portugueses. Apresentamos o quadro com os valores e critérios de determinação do valor apresentado.

Critérios	%	Valores em dívida dos membros	Imparidade
13 a 18 meses	15	147 360	22 104
19 a 24 meses	25	174 912	43 728
25 a 60 meses	50	926 095	463 048
> 60 meses	100	1 528 512	1 528 512
<b>Total</b>		<b>2 776 879</b>	<b>2 057 392</b>

Se tivermos em conta que este valor acumulado de 2 776 879 euros do valor em dívida corresponde a 17 anos de atividade, num universo atual de cerca de 72 315 membros, com quotas mensais de 12 euros, teremos de concluir que estamos perante um número de membros incumpridores de 1 134, correspondendo a cerca de 1,6 por cento do universo total dos membros e do dever estatutário de pagar quotas.

Neste quadro, temos vindo a desenvolver esforços envolvendo diversos departamentos que têm produzido resultados muito positivos, como se pode depreender pelo quadro abaixo, onde evidenciamos os resultados obtidos com cartas de pré-contencioso que temos vindo a enviar aos membros com quotas em atraso.

No quadro que se segue, identificamos a data de envio das cartas aos membros cuja dívida acumulada de quotas é a que consta da coluna «Dívida inicial.» Com este procedimento lembramos aos membros faltosos o inconveniente do incumprimento, evitando assim o procedimento disciplinar aos que, por qualquer razão, não cumpriram, atempadamente, o dever de pagamento das quotas. Apenas os reincidentes é que merecem o prosseguimento para o correspondente processo disciplinar.

Com este procedimento, tendo em conta o ano de 2012, dos 13 747 membros avisados, apenas permaneceram no incumprimento 2 461.

Ano	Mês	Qtd membros	Dívida inicial	Participação ao Conselho Disciplinar		Recuperado		Sucesso %
				Membros	valor	Membros	valor	
2009	fevereiro	3 602	565 401	679	111 651	2 923	453 750	80
	março	427	221 630	285	183 249	142	38 381	17
	outubro	8 343	976 834	1 528	264 107	6 815	712 727	73
	Soma	12 372	1 763 865	2 492	559 007	9 880	1 204 858	68
2010	abril	1 098	545 432	775	472 955	323	72 477	13
	novembro	191	56 156	105	35 891	86	20 265	36
	dezembro	7 449	1 038 096	1 880	322 896	5 569	715 200	69
	Soma	8 738	1 639 684	2 760	831 742	5 978	807 942	49
2011	março	4 576	481 663	856	110 949	3 720	419 566	87
	maio	1 203	446 536	656	356 896	547	86 240	19
	julho	7 684	699 133	1 277	636 158	6 407	636 158	91
	novembro	4 149	427 884	751	121 814	3 398	373 590	87
	dezembro	558	169 168	293	144 796	265	40 041	24
	Soma	18 170	2 224 384	3 833	1 370 613	14 337	1 555 595	70
2012	fevereiro	2 664	238 722	396	60 902	2 268	148 722	62
	abril	697	176 897	331	162 128	366	109 505	62
	maio	3 890	372 948	669	96 090	3 221	293 730	79
	outubro	5 891	605 497	1 065	149 641	4 826	563 574	93
	novembro	605	164 251	(em curso)			48 320	29
	Soma	13 747	1 558 315	2 461	468 761	10 681	1 163 851	75

O procedimento iniciado em novembro último ainda decorre, pelo que a informação é incompleta.

Quanto à rubrica de «Outros gastos e perdas», temos os impostos diretos, sobretudo originados pelo IMI. Os donativos correspondem a participações a diversas entidades, mormente do ensino superior, para eventos relacionados com a nossa área profissional. As quotizações são as suportadas para o CILEA (4 000 euros), EFAA (30 000 euros) e FEE (200 euros). A subrubrica «Outros» inclui um valor superior a 113 mil euros de devolução de quotas, por cancelamento da inscrição.

O último grupo em análise é o dos «Gastos e perdas financeiros» onde se destaca os juros do contrato de locação financeira relacionado com o financiamento para a aquisição da nossa atual sede, o edifício da Avenida Barbosa du Bocage, de que já atrás abordámos.

De qualquer modo, quando comparamos a previsão de gastos com a sua realidade, constatamos que o nível de execução atingiu 95,05 por cento do orçamentado, pelo que, se tivermos em atenção as específicas condições da nossa economia no

ano de 2012, teremos que concluir que um desvio nesta rúbrica de 4,95 por cento credibiliza de uma forma manifestamente comprovada o rigor do órgão de gestão da Ordem.

Face a tudo o que se expôs, tendo em conta que os rendimentos totais foram de 15 137 644 euros face a «Gastos e perdas» no valor de 14 172 226 euros, teremos um resultado antes de impostos de 965 418 euros.

Face ao desempenho da nossa gestão, e em termos de rácios de particular relevância económica e financeira, a autonomia financeira é de 65,9 por cento e a liquidez geral de 185 por cento. Uma variação positiva de 7 por cento quanto à autonomia financeira e 42 por cento quanto à liquidez geral comparado com os valores apresentados no período anterior.

À data em que se produz esta informação, os membros inscritos na OTOC perfazem um total de 72 315, distribuídos pelas seguintes faixas etárias.

Idade	Quantidade
< 25	194
> = 25 < 30	1 753
> = 30 < 35	7 018
> = 35 < 40	19 782
> = 40 < 45	14 902
> = 45 < 50	7 530
> = 50 < 55	5 284
> = 55 < 60	5 471
> = 60 < 65	4 336
> = 65	6 045
<b>Total</b>	<b>72 315</b>

Geograficamente, encontram-se assim distribuídos:

Distrito	Quantidade
Aveiro	5 383
Beja	483
Braga	5 436
Bragança	533
Castelo Branco	1 050
Coimbra	2 868
Évora	745

## XIII.II Análise financeira

Atividade social e ambiental desenvolvida

Distrito	Quantidade
Faro	2 157
Guarda	691
Leiria	3 171
Lisboa	20 293
Portalegre	511
Porto	13 537
Santarém	2 394
Setúbal	5 952
Viana do Castelo	1 162
Vila Real	795
Viseu	1 601
Região Autónoma dos Açores	788
Região Autónoma da Madeira	1 166
Sem informação	1 599

Da análise dos quadros supra, constatamos que cerca de metade dos técnicos oficiais de contas estão entre os 30 e os 50 anos. A grande concentração está nas áreas urbanas, com particular relevância para Lisboa e Porto.

Quanto à gestão diária do património coletivo, os seus responsáveis, desde sempre, têm pautado a sua atuação com a transparência que se exige a quem gere os recursos do coletivo e com o objetivo de utilizá-los e aplicá-los da melhor forma. No entanto, ninguém está isento de erros. Cremos que o saldo acumulado de todos, durante estes 17 anos de vida da nossa instituição, é claramente positivo. Há vida para além dos números!

Na linha que tem pautado a condução dos nossos destinos associativos, outros aspetos têm merecido a nossa preocupação, sobretudo de índole social e profissional, digamos que a consciência cívica faz parte da nossa forma de agir. Aliás, no plano de atividades aprovado em assembleia geral, o primeiro parágrafo do capítulo dedicado à estratégia global revela esta preocupação: «Os atos da Ordem apesar de, muitas vezes, não se identificarem com um objetivo específico, são sempre pensados, de forma direta ou indireta, no âmbito de uma estratégia global definida pela Instituição no seu plano de atividades ou no decurso do mesmo, caso sejam introduzidos novos dados.»

No plano interno, digamos assim, temos vindo a entregar as verbas provenientes da renda do nosso edifício na Avenida 24 de Julho, ao fundo de pensões, como já atrás evidenciámos.

Por outro lado, como foi afirmado no plano de atividades para o ano em análise, «o valor da solidariedade tem sido, desde a primeira hora, um ponto de honra para a Instituição.» Neste caso específico, o fundo de solidariedade social cuja dotação, anualmente, é reposta até ao valor de 250 000 euros, é uma das formas de dar

cumprimento à vertente de solidariedade social para com os nossos colegas mais desfavorecidos. No ano de 2012, este fundo contribuiu com 56 218,54 euros para melhorar a qualidade de vida de 32 nossos membros.

Apresentamos a evolução dos últimos anos, quer em termos de contributo financeiro quer em termos de membros beneficiados.

Beneficiários	2012	2011	2010	Totais
Nº de beneficiários	32	31	28	
Valor pago	56 218	58 863	42 038	<b>157 119</b>

No âmbito profissional, temos projetos que chegam a todos os membros, como são o caso do SITOC, as revistas e outras espécies de documentos informativos que são disponibilizados a todos os TOC.

Abaixo se apresenta um quadro identificando e quantificando, quer uns quer outros, comparados com os dois últimos anos.

Rubricas	Gastos		
	2012	2011	2010
Seguro responsabilidade civil TOC	434 338	445 748	638 269
Seguro de saúde TOC	837 668	888 132	872 995
SITOC	215 161	320 140	373 364
Revista TOC	1 140 595	1 068 532	976 768
Revista Contabilidade e Gestão	34 147	35 666	144 293
Revista formação	22 561	0	0
Revista SNC		0	61 580
Livro SNC/POC		0	89 757
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 072
Fundo de pensões	160 478	156 351	389 243
Reuniões livres	382 472	348 519	380 982
Noites SNC			124 765
Fundo solidariedade social	56 219	58 863	42 037
Departamento técnico	493 164	504 305	468 766
Representações	266 343	303 708	318 799
<b>Total</b>	<b>4 058 392</b>	<b>4 145 212</b>	<b>4 896 690</b>

Embora com a consciência de que nem todos os membros usufruirão de igual modo destes retornos, destes valores que revertem diretamente em benefício dos membros da ordem, poderemos concluir que o retorno direto a cada um dos seus membros foi o seguinte:

Retorno direto	2012	2011	2010
Membros	72 315	72 104	73 419
Devolução anual	56,12€	57,49€	66,70€
Devolução mensal	4,68€	4,79€	5,56€

No plano da imagem da nossa profissão na sociedade, indiscutivelmente, o nosso primeiro congresso como Ordem marcou um momento dos mais solenes no ano de 2012 que mereceu o empenho de toda a Instituição. Registámos a presença de todos os países de expressão portuguesa, com exceção de Timor. Foi um esforço valioso para a nossa imagem, mas considerável em termos económicos e financeiros, como se pode concluir pelo quadro resumo que se segue:

Congresso	valores
Ingressos	96 540
Patrocínios	120 818
Soma	217 358
Consumíveis	33 720
FSE	465 225
Soma	498 945
Resultado	-281 586

Ainda no plano interno, temos vindo a apostar forte na comunicação eletrónica. De facto, nós que fomos os paladinos da desmaterialização, continuamos a pautar a nossa atuação pela preocupação quer na vertente económica quer na componente ambiental. Como já o afirmámos no ano passado, os avisos para pagamentos de quotas contribuíram para uma redução de gastos na ordem dos 80 000 euros/ano. Também o SITOC é uma aposta ganha. As dificuldades iniciais de adaptação estão hoje ultrapassadas, mas o saldo económico e a acessibilidade facilitada ao profissional, onde quer que esteja, valeram a pena o esforço de adaptação. Esta decisão aportou ganhos financeiros quantificáveis. Mas também contribuímos significativamente para evitar a poluição com centenas de milhares de CD plásticos. E estes, porque não sabemos quantificá-los, não deixam de estar presentes na qualidade de vida de todos nós.

Já no final do ano passado, e na senda da desmaterialização, reduzimos substancialmente a produção em suporte de papel das brochuras dos planos de atividades e orçamento bem como dos relatórios de contas. A partir da última assembleia geral, estes documentos serão disponibilizados no nosso sítio, em ficheiros PDF, sendo produzidas apenas um número reduzido em papel. Esta opção, além do impacto ambiental, contribui para uma redução de gastos superior a 100 000 euros cada edição, uma vez que teríamos de produzir, embalar

---

e enviar um exemplar a todos os membros, antes da reunião magna de discussão e aprovação do documento.

Já na relação com os nossos parceiros, temos vindo a contribuir para atenuar a crise económica e financeira que afeta a todos e, neste caso particular, os nossos fornecedores de bens e serviços. A forma mais óbvia, como se pode constatar pelas contas que vimos apresentando, foi a redução significativa dos prazos médios de pagamento. De facto, temos vindo a ter a preocupação de agilizar os processos de conferência de forma a que, quer fornecedores quer formadores, quer consultores, quer outros prestadores de serviços, enfim, todos os nossos parceiros de atividade sejam pagos com a brevidade possível.

Finalmente, no plano cultural, é de frisar o contributo que temos vindo a proporcionar para a história da nossa profissão. Não apenas através dos Encontros da História da Contabilidade que, em 2012, ocorreu pela quinta vez, na Torre do Tombo, em Lisboa. Como é de todos conhecido, trata-se dum evento onde destacadas personalidades da nossa área divulgam marcos importantes do percurso da contabilidade.

Por outro lado, faz parte do nosso património um significativo número de livros, brochuras, equipamentos e ferramentas que são autênticas peças de museu e que merecem uma atenção particular. Todo este ativo cultural e histórico chegou à posse da nossa Ordem através de donativos de vários beneméritos, oportunamente divulgados.

Por decisão do Conselho Diretivo, foi decidido proceder ao recurso de um especialista na matéria para proceder a uma avaliação adequada deste património que se encontra inventariado em termos de identificação e quantidade.

No presente período, o valor dos investimentos realizados foi de 172 337 euros. Relativamente ao valor proposto no plano de atividades, de 900 000 euros, apenas realizámos 672 337 euros.

---

## Investimentos

Investimentos	2012	2011
Equipamento de transporte	0	18 250
Equipamento administrativo	157 380	228 648
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	14 958	0
«Casa do TOC»	500 000	0
<b>Total</b>	<b>672 337</b>	<b>246 898</b>

No orçamento previmos uma verba de 250 000 euros para o projeto WebTV que não se concretizou. No entanto, a aposta na informática como instrumento fundamental para concretizar alguns projetos, como a autonomia máxima, em matéria de formação à distância, desenvolvimento da Pasta TOC e a própria evolução dos meios de informação automática, têm-nos levado a investimento nestas áreas.

---

Também de acordo com o plano de atividades e orçamento aprovados para 2012, ficou assente que continuaríamos a «afetar, na medida em que a execução orçamental e financeira permita, uma verba para este projeto (Casa do TOC).»

---

## Conclusão

Apesar de a nossa economia atravessar um momento de particular dificuldade, podemos afirmar que a execução orçamental atingiu, na componente de rendimentos, uma realização global de 98,7 por cento e, na componente dos gastos, uma realização de 95,1 por cento.

Estes números revelam o empenhamento de todos, órgãos, colaboradores e membros, numa forma particular, mas também dos nossos parceiros, fornecedores de bens e serviços.

Só com o envolvimento de todos, é que podemos ter atingido os objetivos a que nos propusemos quando apresentámos o plano de atividades e orçamento que serviram de linha mestra à condução da nossa Ordem durante o ano de 2012.

É nessa expectativa que o Conselho Diretivo da Ordem, apresenta à assembleia geral a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2012;
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
  - 2.1. A importância de 56 218,54 euros para reforço da «Reserva do Fundo Social»;
  - 2.2. A importância de 26 653,29 euros para a conta de «Resultados Transitados»;
  - 2.3. A importância de 853 233 euros para a conta «Fundos».
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição no exercício objeto de relato.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2013  
O Conselho Diretivo

Bastonário

Vice-presidente

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal



Domingues  
de Azevedo



Armando Pereira  
Marques



Jaime Soares  
dos Santos



Filomena Felgueiras  
Moreira



Manuel  
Vieira



Ezequiel  
Fernandes



Rita Cordeiro

## Balanço, demonstrações e anexos

# XIV

Balanço em 31 de dezembro de 2012			
Rubricas	Notas	2012	2011
<b>Ativo</b>			
Ativo não corrente			
Bens do patrimônio histórico e cultural	6	46 800	46 800
Ativos fixos tangíveis	6/7	14 011 388	14 349 145
Propriedades de Investimento	8	2 179 692	2 219 666
Outros ativos financeiros	13.5	250 000	250 000
<b>Subtotal</b>		<b>16 487 880</b>	<b>16 865 612</b>
Ativo corrente			
Inventários	9	72 758	63 661
Adiantamentos a fornecedores	13.1	14 126	16 844
Estado e outros entes públicos	15.1	11 496	4 214
Membros	13.1/13.2	1 611 004	1 991 446
Outras contas a receber	13.1	154 593	197 476
Diferimentos	15.2	342 192	304 264
Caixa e depósitos bancários	13.3	2 578 888	2 902 266
<b>Subtotal</b>		<b>4 785 056</b>	<b>5 480 171</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21 272 936</b>	<b>22 345 783</b>
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.3	12 925 260	11 531 907
Resultados transitados	5	-26 653	-13 904
Reservas fundo de solidariedade social	15.3	193 781	191 137
<b>Subtotal</b>		<b>13 092 388</b>	<b>11 709 140</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>936 105</b>	<b>1 439 466</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>14 028 493</b>	<b>13 148 606</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7/13.4	4 663 500	5 340 421
<b>Subtotal</b>		<b>4 663 500</b>	<b>5 340 421</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	322 190	499 896
Estado e outros entes públicos	15.1	145 050	131 171

Balço em 31 de dezembro de 2012			
Rubricas	Notas	2012	2011
Financiamentos obtidos	13.4	659 215	1 620 694
Outras contas a pagar	13.1/14	1 031 340	1 124 184
Diferimentos	15.2	423 148	480 811
<b>Subtotal</b>		<b>2 580 943</b>	<b>3 856 756</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7 244 443</b>	<b>9 197 176</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>21 272 936</b>	<b>22 345 783</b>

Demonstraço dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2012			
Rendimentos e gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	10	13 730 156	14 589 733
Subsídios à exploraço		127 401	69 378
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-70 290	-60 765
Fornecimentos e serviços externos		-8 799 551	-9 060 386
Gastos com pessoal	14	-3 808 633	-3 845 761
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	-579 547	-435 919
Outros rendimentos e ganhos	8/10	1 268 773	1 156 098
Outros gastos e perdas		-231 086	-274 726
<b>Resultado antes de depreciaço, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 637 223</b>	<b>2 137 652</b>
Gastos / reversões de depreciaço e de amortizaço	6	-550 069	-553 727
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 087 153</b>	<b>1 583 925</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10	11 315	27 194
Juros e gastos similares suportados		-133 050	-155 471
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>965 418</b>	<b>1 455 648</b>
Impostos sobre o rendimento do período	12	-29 313	-16 182
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>936 105</b>	<b>1 439 466</b>

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2012

Rubricas	Notas	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de membros		15 025 688	16 110 512
Pagamentos a fornecedores		-10 265 592	-10 779 041
Pagamentos ao pessoal		-3 621 160	-3 663 935
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1 138 936</b>	<b>1 667 536</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		4 214	0
Outros recebimentos/pagamentos		197 813	114 525
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>1 340 963</b>	<b>1 782 061</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-130 836	-224 441
Investimentos financeiros		0	0
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		143 964	165 184
Juros e rendimentos similares		93 180	51 110
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>106 308</b>	<b>-8 147</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0	1 350 000
Juros de financiamentos obtidos		8 720	20 980
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-1 000 000	-350 000
Financiamentos obtidos de locação financeira		-638 399	-621 365
Juros e gastos similares		-140 970	-152 034
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-1 770 649</b>	<b>247 582</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-323 378	2 021 496
Efeitos das diferenças de câmbio			22
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 902 266	880 748
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>2 578 888</b>	<b>2 902 266</b>

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2012					
Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas fundo de solidariedade social	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2011 (ESNL)	11 531 907	191 137	-13 904	1 466 119	13 175 260
Correções de erros por efeitos retrospectivos				-26 653	-26 653
Posição em 31 de dezembro de 2011 reexpressa	11 531 907	191 137	-13 904	1 439 466	13 148 606
Posição em 1 de janeiro de 2012 (ESNL)	11 531 907	191 137	-13 904	1 466 119	13 175 260
Resultado líquido do período de 2011			1 466 119	-1 466 119	0
Outras variações	1 393 353	2 644	-1 478 869	936 105	853 233
Posição em 31 de dezembro de 2012 (ESNL)	12 925 260	193 781	-26 653	936 105	14 028 493

## 1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

**1.1 | Designação da entidade:** Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

**1.2 | NIPC** 503692310

**1.3 | Sede:** Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

**1.4 | Natureza da atividade:** A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) é uma pessoa coletiva pública de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro. À OTOC compete representar, mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos técnicos oficiais de contas e superintender em todos os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

**1.5 | Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

## 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

### 2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6726 - B/2011 - 14 de março - NCRF-ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC

**2.2 | Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL

**2.3 | Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

a) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em

---

31 de dezembro de 2011 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2012.

### 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

#### 3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OTOC, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

#### IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador,

---

é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### **LOCAÇÕES**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

### **PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins **são a obtenção de rendas** e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

### **INVENTÁRIOS**

#### **Mercadorias e matérias-primas**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

#### **RÉDITO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

---

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para entidade;

Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

### **IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos, comerciais sujeitos (manuais de formação, livro "Anotações ao SNC", patrocínios, publicidade na Revista TOC, inscrições ao abrigo do regulamento de atribuição de créditos).

### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Membros e outras dívidas de terceiros**

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

---

### **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

### **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

## **3.2 | Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

## **3.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OTOC.

#### 4 | FLUXOS DE CAIXA:

##### 4.2 | Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2012	Observações
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	13 161	Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de janeiro
Depósitos à ordem	365 727	
Outros depósitos bancários	2 200 000	
<b>Total</b>	<b>2 578 888</b>	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OTOC.

#### 5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foram detetados alguns erros relativamente ao período anterior, os quais foram corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2011, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

Balço em 31 de dezembro de 2012					
Rubricas	Notas	2012	2011	Reexpressão	2011
<b>Ativo</b>					
Ativo não corrente					
Bens do património histórico e cultural	6	46 800	46 800		46 800
Ativos fixos tangíveis	6/7	14 011 388	14 349 145		14 349 145
Propriedades de Investimento	8	2 179 692	2 219 666		2 219 666
Outros ativos financeiros	13.5	250 000	250 000		250 000
<b>Subtotal</b>		<b>16 487 880</b>	<b>16 865 612</b>		<b>16 865 612</b>
Ativo corrente					
Inventários	9	72 758	63 661		63 661
Adiantamentos a fornecedores	13.1	14 126	16 844		16 844
Estado e outros entes públicos	15.1	11 496	4 214		4 214
Membros	13.1/13.2	1 611 004	1 991 446		1 991 446

Balço em 31 de dezembro de 2012					
Rubricas	Notas	2012	2011	Reexpressão	2011
Outras contas a receber	13.1	154 593	197 476	-9 913	207 389
Diferimentos	15.2	342 192	304 264		304 264
Caixa e depósitos bancários	13.3	2 578 888	2 902 266		2 902 266
<b>Subtotal</b>		<b>4 785 056</b>	<b>5 480 171</b>	<b>-9 913</b>	<b>5 490 085</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>21 272 936</b>	<b>22 345 783</b>	<b>-9 913</b>	<b>22 355 696</b>
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos	15.3	12 925 260	11 531 907		11 531 907
Resultados transitados	5	-26 653	-13 904		-13 904
Reservas fundo de solidariedade social	15.3	193 781	191 137		191 137
<b>Subtotal</b>		<b>13 092 388</b>	<b>11 709 140</b>		<b>11 709 140</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>936 105</b>	<b>1 439 466</b>	<b>-26 653</b>	<b>1 466 119</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>14 028 493</b>	<b>13 148 606</b>	<b>-26 653</b>	<b>13 175 260</b>
<b>Passivo</b>					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	7/13.4	4 663 500	5 340 421		5 340 421
<b>Subtotal</b>		<b>4 663 500</b>	<b>5 340 421</b>		<b>5 340 421</b>
Passivo corrente					
Fornecedores	13.1	322 190	499 896	13 428	486 468
Estado e outros entes públicos	15.1	145 050	131 171		131 171
Financiamentos obtidos	13.4	659 215	1 620 694		1 620 694
Outras contas a pagar	13.1/14	1 031 340	1 124 184	3 312	1 120 873
Diferimentos	15.2	423 148	480 811		480 811
<b>Subtotal</b>		<b>2 580 943</b>	<b>3 856 756</b>	<b>16 740</b>	<b>3 840 016</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>7 244 443</b>	<b>9 197 176</b>	<b>16 740</b>	<b>9 180 436</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>21 272 936</b>	<b>22 345 783</b>	<b>-9 913</b>	<b>22 355 696</b>

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2012					
Rendimentos e gastos	Notas	2012	2011	Reexpressão	2011
Vendas e serviços prestados	10	13 730 156	14 589 733	-1 353	14 591 087
Subsídios à exploração		127 401	69 378		69 378
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-70 290	-60 765		-60 765
Fornecimentos e serviços externos		-8 799 551	-9 060 386	-21 487	-9 038 899
Gastos com pessoal	14	-3 808 633	-3 845 761		-3 845 761
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	-579 547	-435 919		-435 919
Outros rendimentos e ganhos	8/10	1 268 773	1 156 098	-8 245	1 164 344
Outros gastos e perdas		-231 086	-274 726	-15	-274 710
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 637 223	2 137 652	-31 101	2 168 753
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-550 069	-553 727		-553 727
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 087 153	1 583 925	-31 101	1 615 026
Juros e rendimentos similares obtidos	10	11 315	27 194		27 194
Juros e gastos similares suportados		-133 050	-155 471	4 448	-159 919
Resultado antes de impostos		965 418	1 455 648	-26 653	1 482 301
Impostos sobre o rendimento do período	12	-29 313	-16 182		-16 182
Resultado líquido do período		936 105	1 439 466	-26 653	1 466 119

## 6 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2011	Adições	31-12-2012
Bens do património histórico e cultural	46 800		46 800
Terrenos e recursos naturais	3 027 555		3 027 555
Edifícios e outras construções	12 435 144		12 435 144
Equipamento básico	0		0
Equipamento de transporte	220 432		220 432
Equipamento administrativo	3 243 922	157 380	3 401 301
Equipamentos biológicos	0		0
Outros ativos tangíveis	227 069		227 069
Investimentos em curso - ativos tangíveis	0	14 958	14 958
<b>Ativo tangível bruto</b>	<b>19 200 922</b>	<b>172 337</b>	<b>19 373 259</b>
Depreciações acumuladas	4 804 976	510 095	5 315 071
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>4 804 976</b>	<b>510 095</b>	<b>5 315 071</b>
<b>Ativo tangível líquido</b>	<b>14 395 945</b>	<b>-337 757</b>	<b>14 058 188</b>

## 7 | LOCAÇÕES:

### Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;

b) A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, que não é depreciável.

Ativo não corrente Ativo fixo tangível	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 583 129	1 054 147	8 528 982

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2013	> 1ano e = 5anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português				
Contrato nº 450002473	659 215	2 738 837	1 924 663	5 322 715
<b>Total das locações financeiras</b>	<b>659 215</b>	<b>2 738 837</b>	<b>1 924 663</b>	<b>5 322 715</b>

### LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Ano 2013	659 215
Ano 2014 e seguintes	4 663 500
<b>Total de médio e longo prazo</b>	<b>5 322 715</b>

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

## 8 | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

### Modelo aplicado

A entidade manteve a contabilização das suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a Nota 3.

### Quantias reconhecidas nos resultados para:

Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Identificação da propriedade de investimento	Montante considerado em rendimentos do período
Avenida 24 de Julho, nº 58, em Lisboa	156 573

### Aplicação modelo do custo:

- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas; 50 anos, taxa aplicada 2%.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resume-se a:

Identificação da propriedade de investimento Avenida 24 de Julho, nº 58, em Lisboa	31-12-2012
<b>Quantia bruta escriturada inicial</b>	
Terrenos e recursos naturais	236 638
Edifícios e outras construções	2 196 226
	<b>2 432 864</b>
Depreciações acumuladas iniciais	213 198
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0
Quantia líquida escriturada inicial	2 219 666
Depreciações reconhecidas no período	39 975
<b>Saldo no final do período</b>	<b>2 179 692</b>

## 9 | INVENTÁRIOS

### Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Rubricas	31-12-2012		31-12-2011	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia Bruta	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61 243	61 243	44 231	44 231
Mercadorias	11 515	11 515	19 430	19 430
<b>Total</b>	<b>72 758</b>	<b>72 758</b>	<b>63 661</b>	<b>63 661</b>

### Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, detalham-se conforme quadro que se segue:

Movimentos	2012		2011	
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	19 430	44 231	19 495	87 980
Compras	602	89 298	532	16 421
Regularizações	-7 892	-2 621	-	-
Saldo final	-11 515	-61 243	-19 430	-44 231
Gastos no período	625	69 665	597	60 169

## 10 | RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011	Varição
<b>Vendas</b>			
Livros	125	314	-189
Brochuras das ações de formação	3 398	4 920	-1 521
Subtotal	3 523	5 233	-1 710
<b>Prestação de serviços</b>			
Jóias	124 300	122 900	1 400
Quotização			
Membros efetivos	10 434 516	10 479 024	-44 508
Membros suspensos	187 176	181 422	5 754
Inscrições em ações de formação:			
Formação eventual	1 155 392	1 110 688	44 704
Formação segmentada	434 304	980 952	-546 648
Formação permanente	56 320	48 384	7 936
Formação à distância	492 464	838 304	-345 840
Formação recorrente	19 008	14 720	4 288
Conferências	114 539	258 674	-144 135
Sessão de esclarecimento	313 180	254 010	59 170
IV Congresso	96 540	0	96 540
Vinhetas	103 320	106 908	-3 588
Multas	195 574	188 515	7 059
Sub-total	13 726 633	14 584 500	-857 868
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>			
Encontro Nacional dos TOC	4 329	3 274	1 055

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011	Varição
Taxas e emolumentos e outros	843 402	789 023	54 379
Publicidade	66 969	68 720	-1 751
Patrocínios	127 401	69 378	58 023
Rendas de propriedades de investimento	156 573	151 733	4 840
Sub-total	1 198 674	1 082 128	116 546
<b>Juros</b>			
Depósitos bancários	131 984	130 245	1 740
<b>Total</b>	<b>15 060 814</b>	<b>15 802 106</b>	<b>-741 292</b>

## 11 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 27 de fevereiro de 2013.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

## 12 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser detalhados como segue:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	2012	2011
Resultado antes de impostos	965 418	1 482 301
Resultado antes de impostos sujeito (I)	136 339	75 266
Taxa de imposto(II)	21,50%	21,50%
Imposto esperado (IxII)	29 313	16 182
<b>Imposto sobre o rendimento (III)</b>	<b>29 313</b>	<b>16 182</b>
<b>Taxa efectiva de imposto (III / I)</b>	<b>21,50%</b>	<b>21,50%</b>

## 13 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

**13.1 | Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal**  
**Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de «fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal», apresentava a seguinte decomposição:**

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Ativos</b>						
Membros	3 668 395	2 057 392	1 611 004	3 469 291	1 477 845	1 991 446
Adiantamentos a fornecedores	14 126		14 126	16 844		16 844
Outras contas a receber	154 593		154 593	197 476		197 476
<b>Total do Ativo</b>	<b>3 837 114</b>	<b>2 057 392</b>	<b>1 779 722</b>	<b>3 683 611</b>	<b>1 477 845</b>	<b>2 205 766</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	322 190		322 190	499 896		499 896
Outras contas a pagar	1 031 340		1 031 340	1 124 184		1 124 184
<b>Total do passivo</b>	<b>1 353 530</b>	<b>0</b>	<b>1 353 530</b>	<b>1 624 080</b>	<b>0</b>	<b>1 624 080</b>
<b>Total líquido</b>	<b>2 483 584</b>	<b>2 057 392</b>	<b>426 192</b>	<b>2 059 531</b>	<b>1 477 845</b>	<b>581 686</b>

**13.2 | Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.**

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	2012		2011	
	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
Até 12 meses	891 516	0	1 050 594	0
De 13 a 18 meses	147 360	22 104	122 844	18 427
De 19 a 24 meses	174 912	43 728	166 872	41 718
De 25 a 60 meses	926 095	463 048	716 142	358 071
Superior a 60 meses	1 528 512	1 528 512	1 412 839	1 059 629
<b>Total</b>	<b>3 668 395</b>	<b>2 057 392</b>	<b>3 469 291</b>	<b>1 477 845</b>

A variação dos critérios aplicados, estão devidamente explicados no «Relatório da análise da situação económica e financeira.»

2012			
Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
<b>Dívidas a receber</b>			
Membros	579 547	0	579 547
<b>Total</b>	<b>579 547</b>	<b>0</b>	<b>579 547</b>

### 13.3 | Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
<b>Ativos</b>		
Caixa	13 161	10 281
Depósitos à ordem	365 727	141 985
Outros depósitos bancários	2 200 000	2 750 000
<b>Total</b>	<b>2 578 888</b>	<b>2 902 266</b>

### 13.4 | Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de «Financiamentos obtidos» por via da locação financeira (ver nota 7), apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Banco Comercial Português	659 215	4 663 500	5 322 715	620 694	5 340 421	5 961 115
<b>Total</b>	<b>659 215</b>	<b>4 663 500</b>	<b>5 322 715</b>	<b>620 694</b>	<b>5 340 421</b>	<b>5 961 115</b>

Financiamentos obtidos - Não correntes	31-12-2012	31-12-2011
1 a 2 anos	669 259	637 305
2 a 3 anos	679 455	654 361
3 a 4 anos	689 807	671 874
4 a 5 anos	700 316	689 855
Mais de 5 anos	1 924 663	2 687 026
<b>Total</b>	<b>4 663 500</b>	<b>5 340 421</b>

### 13.5 | Outros ativos financeiros

Trata-se de um depósito a prazo afeto ao fundo de solidariedade social, de acordo com a aprovação de contas de 2011.

Descrição	31-12-2012		31-12-2011	
	Não corrente	Total	Não corrente	Total
<b>Outros instrumentos financeiros</b>				
<b>Ativos</b>				
Outros investimentos financeiros	250 000	250 000	250 000	250 000
<b>Total</b>	<b>250 000</b>	<b>250 000</b>	<b>250 000</b>	<b>250 000</b>

#### 14 | Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos da OTOC	730 262	729 507
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OTOC	128 009	130 500
Outros gastos	13 596	17 687
Remunerações do pessoal da OTOC	2 358 248	2 381 580
Encargos sobre remunerações do pessoal OTOC	475 753	466 639
Outros gastos	102 764	119 847
<b>Total</b>	<b>3 808 633</b>	<b>3 845 761</b>

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

#### 15 | OUTRAS INFORMAÇÕES

##### 15.1 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos</b>						
<b>Ativos</b>						
Imposto sobre o rendimento	11 496		11 496	4 214		4 214
<b>Total do ativo</b>	<b>11 496</b>	<b>0</b>	<b>11 496</b>	<b>4 214</b>	<b>0</b>	<b>4 214</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento	0		0	0		0
Retenção de impostos sobre rendimentos	70 819		70 819	60 217		60 217
Imposto sobre o valor acrescentado	6 639		6 639	5 643		5 643

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Contribuições para a Segurança Social	67 592		67 592	65 312		65 312
<b>Total do passivo</b>	<b>145 050</b>	<b>0</b>	<b>145 050</b>	<b>131 171</b>	<b>0</b>	<b>131 171</b>
<b>Total líquido</b>	<b>133 554</b>	<b>0</b>	<b>133 554</b>	<b>126 957</b>	<b>0</b>	<b>126 957</b>

## 15.2 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2012		31-12-2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativos				
<b>Gastos a reconhecer</b>				
Contratos de manutenção <i>software</i>	104 516	104 516	162 911	162 911
Material de economato	20 223	20 223	23 628	23 628
Juros - Contrato <i>leasing</i>	5 424	5 424	10 687	10 687
<b>Outros</b>				
Aluguer de salas	6 648	6 648	0	0
Protocolo «Diário Económico»	83 025	83 025	0	0
Seguro de doença	34 013	34 013	35 750	35 750
Seguro de responsabilidade civil	30 974	30 974	34 971	34 971
Honorários de formadores	1 000	1 000	0	0
Quotizações	33 442	33 442	29 000	29 000
Manutenção de edifícios	2 046	2 046		
Seguros diversos	12 998	12 998	7 317	7 317
Outros	7 883	7 883	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>342 192</b>	<b>342 192</b>	<b>304 264</b>	<b>304 264</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Rendimentos a reconhecer</b>				
Jóias, quotização, inscrições	423 148	423 148	480 811	480 811
Formação, rendas				
<b>Total</b>	<b>423 148</b>	<b>423 148</b>	<b>480 811</b>	<b>480 811</b>

### 15.3 | Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2012	31-12-2011
Fundos	12 925 260	11 531 907
Reservas fundo de solidariedade social	193 781	191 137
Resultados transitados	-26 653	-13 904
Resultado líquido do período	936 105	1 439 466
<b>Total</b>	<b>14 028 493</b>	<b>13 148 606</b>

De salientar que durante o exercício de 2012, 32 membros beneficiaram do Fundo Social, no total de 56 219 euros.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2013

TOC n.º 7 605	Conselho Diretivo						
	Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
							
Ana Teresa Pina	Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena Felgueiras Moreira	Manuel Vieira	Ezequiel Fernandes	Rita Cordeiro

---

## Parecer do Conselho Superior sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012

Em harmonia com os Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e, tendo em vista o exercício dos poderes conferidos pelo n.º 1 do artigo 33.º C, reuniu, em 27 de fevereiro de 2013, o Conselho Superior da instituição, para emitir parecer, nos termos das disposições citadas, sobre o Relatório e Contas da Ordem, apresentados pelo Conselho Diretivo à Assembleia Geral, a realizar a 23 de março do corrente ano.

Como é seu dever e tem sido sua prática, o Conselho Superior procedeu a uma análise detalhada do conteúdo dos documentos sob apreciação, traduzida numa ampla troca de informações entre os seus membros e numa profícua discussão, induzida pela intervenção inicial, muito esclarecedora, do Bastonário.

Torna-se difícil exprimir num parecer sintético o conteúdo integral da apreciação que o Conselho Superior fez da natureza e conteúdo dos documentos apresentados, bem como de todas as conclusões a que se chegou, como consequência da reunião efetuada, pelo que se opta por salientar os aspetos mais relevantes e mais marcantes do período.

1. Mais uma vez não se verificou a existência de desvios significativos entre os objetivos quantitativos e programáticos da Instituição, que tinham sido aprovados para o exercício, pela Assembleia Geral ordinária e se encontravam traçados nos respetivos documentos de orientação (Orçamento e Plano de Atividades).
2. Deve realçar-se a execução, praticamente integral, de todas as tarefas definidas, nos diversos domínios de atividade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, sem que isso se tenha traduzido em desvios significativos ao nível de rendimentos e gastos.
3. Esta execução, qualitativa e quantitativa, é tanto mais de salientar, quanto, como é sabido, o exercício de 2012, decorreu num período de incerteza no plano económico e social do país, o que, naturalmente não poderia deixar de gerar, influências negativas sobre a atividade da Ordem.
4. A constatação que tem de retirar-se é, portanto, a de que os objetivos fixados, apesar de ambiciosos, eram realistas e a situação financeira que os suportava e permitiu a sua concretização, continha as válvulas de segurança adequadas a uma correta e bem sucedida gestão.

---

5. O período de 2012 potenciou a intervenção da Ordem junto da sociedade envolvente, sendo exemplos comprovativos deste juízo do Conselho Superior, o sucesso das várias iniciativas realizadas (conferências, seminários, participações em cerimónias de interesse público, etc) com especial destaque para o conjunto de realizações que ficou conhecido com a designação genérica de “A Soma das Partes” e, em especial com a realização, do IV Congresso dos TOC.

6. No capítulo da formação, que é já uma imagem de marca da Ordem, prosseguiu o esforço de consolidação das ações tradicionais (incluindo as reuniões livres) a que se acrescentaram novas formas de interação profissional, com os membros, procurando dar resposta aos desafios novos e recentes que lhes têm sido colocados.

O crescente número de participantes nas ações de formação, nas mais diversas componentes, são o retrato fiel do sucesso desta política da Ordem.

7. É indispensável prosseguir com o esforço de melhoria da informação interna, bem como com as ações organizativas para o controlo de gestão que foram concretizadas durante o ano anterior.

Foi possível também verificar, mais uma vez, o elevado nível de desempenho dos diversos órgãos sociais, bem como da esmagadora maioria dos colaboradores, o que, evidentemente, ajudou a consolidar a excelente imagem que a Ordem já tem no exterior.

8. No plano internacional consolidou-se todas as parcerias já estabelecidas, com instituições congéneres estrangeiras e, nomeadamente, obteve-se o reconhecimento, por parte do IFAC, do estatuto de membro associado o que permite a curto prazo, a passagem da Ordem a membro efetivo desta importante instituição.

9. Particularmente relevante, no plano internacional, é ainda a cooperação com os países lusófonos, cujos grupos profissionais se fizeram representar de forma muito significativa no IV Congresso, que, apesar das dificuldades decorrentes de um objetivo de cooperação novo, tem vindo progressivamente a evoluir para uma colaboração muito significativa e extremamente importante, com esses países e os seus profissionais de contabilidade.

10. De realçar também a qualidade da política de comunicação da Ordem, bem aferida pelo facto de, sistematicamente, os responsáveis da instituição e, nomeadamente, o seu Bastonário, serem chamados a intervir e a colaborar no esclarecimento de múltiplas situações de natureza social, económica e fiscal, que nos últimos tempos, têm sido impostas aos agentes económicos, e de forma geral, a todos os cidadãos.

11. Constata-se facilmente que toda a bem sucedida atividade da Ordem se orientou sobretudo para a valorização contínua dos seus membros, na sua

---

dimensão profissional, mas também, na sua dimensão social e cultural, tendo sido realizadas muitas ações que visavam esses objetivos e são testemunho destas preocupações.

A aposta do contabilista como agente económico e social de valor, tem sido, a principal marca da gestão prevalecte na Ordem e, ano após ano, confirma-se a sua validade mas, sobretudo o seu reforço.

12. Finalmente, pôde verificar-se que o relatório analisado bem como as contas e anexos que foram apresentados estão elaborados de forma bem estruturada e transparente e obedecem a todos os requisitos legais e procedimentais adequados e exigidos.

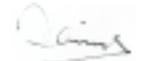
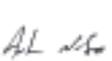
Nestes termos com estes considerandos, e em síntese, o Conselho Superior da OTOC:

a) Felicita os órgãos sociais e, em especial, o seu Bastonário, pelos êxitos e realizações alcançados ao serviço da Ordem, durante o ano de 2012, estimulando-os a que continuem e desenvolvam os objetivos que vêm sendo traçados, em benefício da profissão de contabilista e da plena inserção e acrescida credibilidade, dos respetivos profissionais na sociedade portuguesa;

b) Delibera, por unanimidade, emitir um parecer favorável, à aprovação, pela Assembleia Geral da Ordem, sobre o Relatório e Contas do exercício de 2012, uma vez que as realizações relatadas e escrutinadas, correspondem, quase integralmente, aos objetivos iniciais aprovados e aos meios colocados à disposição para a sua concretização.

Lisboa. 27 de fevereiro de 2013

O Conselho Superior,

Bastonário	Vice-presidente	Rep. do Centro	Rep. do Sul	Rep. da Madeira	Rep. dos Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
								
Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	José das Neves Raimundo	António Nabo	Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	João Lopes Ribeiro	Leonel Pontes

---

# Relatório anual

## da atividade fiscalizadora de 2012

### 1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia Geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte. Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

### 2. ÂMBITO

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37.º do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de atividades e orçamento, a atividade administrativa do Conselho Diretivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos. Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 5 de março de 2013, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

### 3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

#### 3.1 Organização interna do CF

A organização interna do CF obedece a um Regulamento de Funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004, tendo o atual CF, deliberado mantê-lo.

#### 3.2 Reuniões

Em 2012 o CF realizou onze reuniões (dez em 2011).

#### 3.3 Plano de Atividades e Orçamento para 2012

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da OTOC.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos, mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objetivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores em Assembleia Geral realizada em 15 de dezembro de 2012, o presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a

---

intervenção do CF no sentido da emissão de um parecer informal sobre o PAO de 2013, tendo o mesmo sido favorável.

### **3.4 Acompanhamento das atividades dos outros órgãos da Ordem**

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a atividade de todos os órgãos da OTOC, pelo que a atuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da atividade dos órgãos da OTOC foi o de analisar as respetivas atas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou os respetivos esclarecimentos. O atual Conselho Disciplinar, de acordo com documento enviado ao CF anterior, mantém a decisão de não disponibilizar as atas das respectivas reuniões, por considerar que as características da sua atividade assumem um caráter sigiloso. Além disso, o CF analisou os relatórios de atividades dos restantes órgãos, os quais estão em conformidade com as respetivas competências estatutárias, sendo que o Relatório de Atividades do Conselho Diretivo descreve as suas principais atividades.

### **3.5 Acompanhamento das atividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos**

Considerando que os departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à atividade administrativa do Conselho Diretivo e do Bastonário, o CF entende que a sua ação fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respetivas atividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência “fiscalizar a sua atividade administrativa”.

Neste contexto, o CF verificou que os relatórios das atividades das comissões técnicas, reproduzem o trabalho desenvolvido durante o ano, sendo que as principais atividades são descritas no relatório de atividades do Conselho Diretivo.

### **3.6 Notas de recomendações**

O CF apresentou algumas notas de recomendações aos órgãos da Ordem, e, em especial, ao Conselho Diretivo.

### **3.7 Outros procedimentos**

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os diretores e com responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OTOC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e os anexos, com a normalização conta-

---

bilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e, em particular, com os modelos de demonstrações financeiras publicados através da Portaria n.º 105/2011, de 14 de março.

c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;

d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no Anexo, designadamente no que concerne a depreciações e amortizações, perdas de imparidade de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos ativos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;

e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
- Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;
- Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em ativos e de provisões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo (periodização económica);
- Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes, os quais se encontram traduzidos nas demonstrações financeiras apresentadas.

g) Análise dos relatórios elaborados pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

### **3.8 Destaque a algumas atividades e assuntos**

O CF destaca as seguintes atividades e assuntos, alguns dos quais são recorrentes:

#### **3.8.1 Seguro de Responsabilidade Civil**

O n.º 4 do art.º 52.º do EOTOC estabelece que os TOC com inscrição em vigor

---

devem subscrever, por si ou através da Ordem, um contrato de seguro de responsabilidade civil e profissional de valor nunca inferior a 50 mil euros.

Como é referido no relatório de atividades, o CD deliberou manter em 2012 o respetivo pagamento.

### **3.8.2 Auditoria externa**

Considerando que os órgãos da OTOC são eleitos em lista apresentada a sufrágio, incluindo, portanto, o CF, opinamos que se justifica a manutenção da auditoria externa por uma entidade independente, pelo que concordamos com a deliberação do Conselho Diretivo na permanência desses serviços, os quais têm sido adjudicados, desde a constituição da OTOC, à sociedade “Oliveira, Reis & Associados”, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC com o n.º 23, com sede em Lisboa.

O CF mantém o entendimento de que se justifica uma rotatividade desses serviços. No entanto, o Conselho Diretivo manteve a decisão de seleccionar a mesma SROC, que se mantém desde a data da constituição da OTOC, argumentando que esta tem cumprido as suas responsabilidades, o que o CF considera não constituir um argumento suficiente.

Além do Relatório de Auditoria, elaborado nos termos do art.º 45.º do Estatuto da Ordem dos ROC (EOROC), reportado a 31 de dezembro de 2012, os auditores externos elaboraram um relatório anual reportado à mesma data e um relatório de auditoria intercalar datado de 10 de dezembro de 2012, estes a título facultativo, pois não são exigidos pelo EOROC, desenvolvendo os testes de conformidade sobre o controlo interno, apresentando sugestões ao Conselho Diretivo para a sua melhoria, as quais têm servido de orientação para o CF efetuar algumas recomendações ao Conselho Diretivo.

## **4. RELATÓRIO E CONTAS**

### **4.1 Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 contemplam os assentos contabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, a Ordem utilizou em 2010 aquele normativo. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem passou a utilizar, desde o ano de 2011 as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos (ESNL), cujos instrumentos legais publicados são: a Portaria nº 105/2011, de 14 de março, quanto aos Modelos de Demonstrações Financeiras; a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, no que respeita ao Código de Contas; e o Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março, no que concerne à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL;

b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no Anexo, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo e da característica qualitativa da prudência (v.g. perdas por imparidade de dívidas a receber), o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da Ordem;

c) Desde o início da atividade da OTOC que os resultados líquidos dos períodos têm registado valores positivos. O resultado líquido do período de 2012, positivo em 936.105 euros é devido essencialmente à boa gestão da Ordem;

d) As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2012 subiram ligeiramente para 3.668.395 euros (em 2011 eram de 3 469 291 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 2 057 392 euros;

e) De acordo com a demonstração de fluxos de caixa, registou-se uma variação negativa de 323.378 euros, justificada pela variação negativa dos fluxos de caixa das atividades de financiamento de 1 770 649 euros, já que os fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimento foram positivas em 1.340.963 euros e 106.308 euros, respetivamente;

f) Insiste-se na conveniência da apresentação de demonstrações complementares sobre os gastos (v.g. pessoal, fornecedores e serviços de externos) de Atividades, Departamentos, Comissões Técnicas e Órgãos da OTOC.

#### 4.2 Relatório de atividades

O CF procedeu à análise do Relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD) de 2012, o qual descreve as atividades do Conselho Diretivo e dos restantes órgãos da OTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, exceto, as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório.

#### 5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como é referido no RACD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 5 de março de 2013

O Conselho Fiscal,

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal



António Joaquim  
Fernandes Cerqueira

Tomás Pires Vieira  
dos Santos

Cláudia Isabel Afonso  
dos Santos

---

# Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012

## INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, examinámos o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), as quais incluem o balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 21 272 936 euros e um total dos fundos patrimoniais de 14 028 493 euros, incluindo um resultado líquido do período de 936 105 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo.

## RESPONSABILIDADES

2. Nos termos da alínea c) do art.º 35.º do EOTOC, é da competência do Conselho Diretivo da OTOC a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. Considerando que o Conselho Diretivo deliberou manter a auditoria às contas, de base contratual, realizada por “Oliveira, Reis & Associados”, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, com sede em Lisboa, entendemos que o trabalho desenvolvido por essa sociedade incorre nas responsabilidades inerentes ao respectivo relatório de auditoria face ao disposto no art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.

4. O relatório de auditoria referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012, datado de 28 de fevereiro de 2013, foi emitido na modalidade, sem reservas e sem ênfases.

5. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do

---

Conselho Diretivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

### ÂMBITO

6. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma, seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

7. O relatório anual da atividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa atividade fiscalizadora.

8. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

9. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2012.

### PARECER

10. Somos de parecer que o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2012 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OTOC em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.

Lisboa, 5 de março de 2013

O Conselho Fiscal,

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal



António Joaquim  
Fernandes Cerqueira

Tomás Pires Vieira  
dos Santos

Cláudia Isabel Afonso  
dos Santos



## Relatório de auditoria

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC)*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 21 272 936 euros e um total de fundos patrimoniais de 14 028 493 euros, incluindo um resultado líquido de 936.105 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OTOC e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

---

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

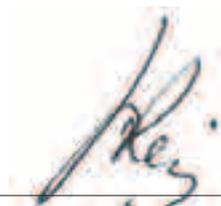
#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante no relatório do Conselho Diretivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2013

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



---

José Vieira dos Reis,  
ROC n.º 359



**OTOC**  
ORDEM DOS TÉCNICOS  
OFICIAIS DE CONTAS

OTOC | ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa

Tel. 21 799 97 00 | Fax 21 795 73 32 | Email [geral@otoc.pt](mailto:geral@otoc.pt)